



Relatório e Contas 2014



APSS

Administração dos Portos



ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES	02
1. Principais acontecimentos em 2014	02
2. Atividade Portuária	03
2.1. Enquadramento	03
2.2. Evolução do Tráfego	03
3. Ações desenvolvidas	10
4. Recursos Humanos	24
II. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	31
1. Objetivos de gestão	31
2. Gestão do Risco Financeiro e Limites de Endividamento	33
3. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores e Atrasos nos Pagamentos	33
4. Recomendações do acionista	34
5. Remunerações	35
6. Estatuto do Gestor Público	38
7. Contratação pública	38
8. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	39
9. Frota Automóvel	40
10. Medidas de Redução de gastos operacionais	40
11. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	41
12. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas	41
13. Outras informações	42
14. Quadro relativo à divulgação de informação no sítio do SEE (portal DGTF)	43
15. Síntese do Cumprimento das Orientações Legais	44
III. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	45
IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	55
V. NOTAS FINAIS	56
VI. CONTAS DO EXERCÍCIO	57
VII. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	62

I. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2014

O ano de 2014 foi o melhor de sempre para o porto de Setúbal, que ultrapassa, pelo segundo ano consecutivo, recordes anteriores no que se refere ao volume de cargas movimentadas. Com 15% de aumento de tráfego face ao ano anterior, o porto de Setúbal cresceu a um ritmo três vezes superior à média nacional ao movimentar mais de oito milhões de toneladas de mercadorias.

Porto de Setúbal chegou aos oito milhões de toneladas em 2014



O porto de Setúbal atingiu, pela primeira vez num exercício anual, a marca dos 8 milhões de toneladas, o que representa um crescimento de um milhão por ano desde 2012: 6 milhões alcançados em 2012, 7 milhões em 2013 e agora 8 milhões em 2014. Os números concretos ainda não foram divulgados mas a APSS já referiu que este marco revela que 'o trabalho de comunidade portuária, das autoridades públicas do porto, dos concessionários, clientes, indústrias e das linhas de navegação, bem como da CP Carga e operadores logísticos e rodoviários ligados ao porto tem vindo a dar frutos de forma consistente'. 'É mérito do porto de Setúbal, e da qualidade do seu serviço, da disponibilidade de espaço, das infraestruturas de excelência e da grande eficiência no uso dos meios', conclui ainda a APSS.

O movimento de contentores ultrapassou, pela primeira vez, os 100 mil TEU's, tendo representado um crescimento de 47% face a 2013.

No sistema portuário continental, o porto de Setúbal foi também o que mais cresceu na carga expedida, tendo-se acentuado a sua vocação exportadora, representando 67% do total do tráfego, e em volume, cerca de 5,4 milhões de toneladas de mercadorias.

Segundo dados enviados pela CP Carga, o porto de Setúbal foi também um dos portos com maior movimento de comboios com origem/destino no *hinterland*, a par do porto de Sines, com uma quota nacional superior a 30%.

Para este sucesso foi fundamental o contributo da comunidade portuária, entidades públicas, concessionários, clientes, indústrias exportadoras e importadoras, armadoras e agente, CP Carga e os operadores logísticos e rodoviários, que exercem a sua atividade no porto de Setúbal. Por conseguinte, não é por acaso que no *hinterland* do porto de Setúbal, se incluem dois dos maiores concelhos exportadores do país: Palmela e Setúbal, que ocupam, respetivamente, a segunda e quarta posição a nível nacional, em valor.



2. ATIVIDADE PORTUÁRIA

2.1. Enquadramento

De acordo com a *UNCTAD-United Nations Conference on Trade and Development*, a economia mundial deverá ter registado um crescimento de 3% em 2014, o que representa uma ligeira recuperação em relação ao ano anterior, verificando-se, finalmente, alguns sinais de alguma recuperação, nomeadamente com a área do euro a sair de uma recessão severa, prevendo-se já crescimento do produto no total desta região, com os EUA a apresentar sinais de recuperação e com algumas economias emergentes a darem, igualmente, sinais positivos depois de um ano de 2013 com menor crescimento.

O comércio mundial, de acordo com os dados da Organização Mundial do Comércio, terá crescido cerca de 3,1% em 2014. Na base desta previsão está um crescimento económico mundial mais lento e uma quase estagnação das importações no primeiro semestre do ano transato, nomeadamente das regiões exportadoras de recursos naturais, como a América do Sul e a América Central, bem como o impacto negativo do aumento das tensões geopolíticas e das desigualdades em termos de crescimento das diversas economias.

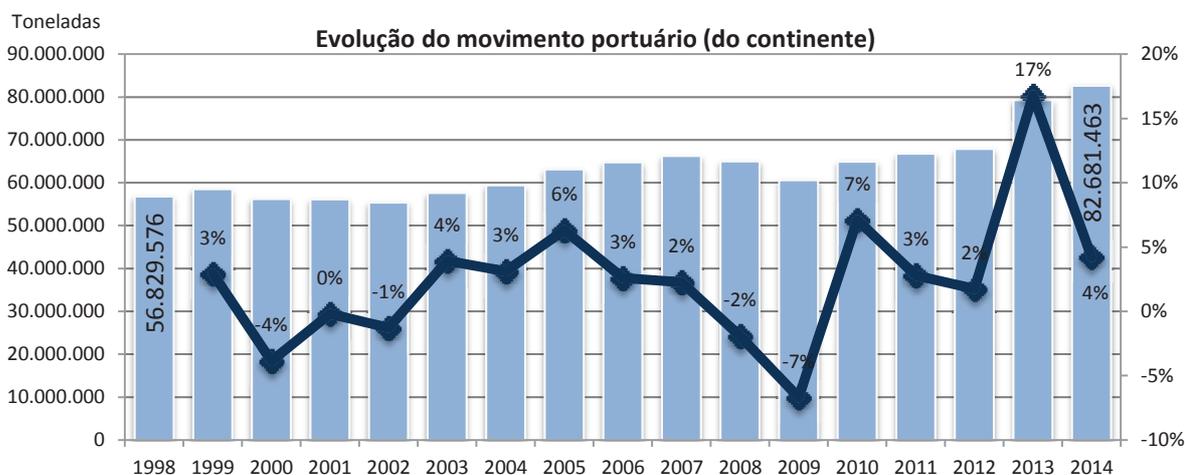
O Banco de Portugal, no seu Boletim Económico, aponta para uma taxa de crescimento do PIB positiva em 2014, ainda bastante afetada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos. O desempenho da atividade económica assentará no crescimento robusto das exportações e numa aceleração da formação bruta de capital fixo (investimento), a par de alguma desaceleração do consumo privado. A evolução da procura interna deverá continuar condicionada pelo ainda elevado nível de endividamento do setor privado e pelo processo de consolidação orçamental.

Principais Indicadores Económicos		2012	2013	2014 ^P
PIB em volume (%)	Portugal	-3,2	-1,4	0,9
	Área do Euro	-0,6	-0,4	[0,7; -0,9]
Índice harmonizado de preços no consumidor (%)	Portugal	2,8	0,4	- 0,2
	Área do Euro	2,5	1,4	0,5

Fonte: “Boletim Económico do Banco de Portugal – Inverno”, Janeiro de 2015; “Projeções Macroeconómicas para a Área Euro”, Banco Central Europeu, Dezembro de 2014. Legenda: (p) - projeções

2.2 Evolução do Tráfego

Em 2014, o movimento de mercadorias nos sete principais portos do continente atingiu, aproximadamente, 83 milhões de toneladas, quebrando o anterior recorde registado em 2013, o que correspondeu a um crescimento de 4%. Para esse resultado o contributo do porto de Setúbal foi essencial, já que foi o porto que mais cresceu em termos percentuais (15%), tendo movimentado mais de 8 milhões de toneladas.



Navios

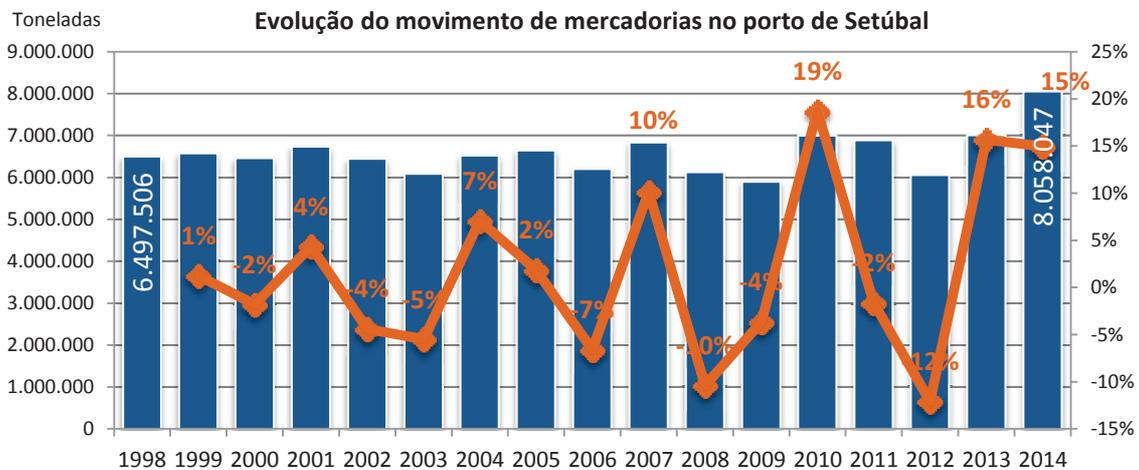
No ano de 2014, escalaram o porto de Setúbal 1.583 navios, o que corresponde a uma média de 4,3 navios por dia, a grande maioria dos quais (1.414) veio em atividade comercial e os restantes por outros motivos (visita, reparação, dragagens, etc). O GT total associado ao tráfego comercial apresentou um crescimento inferior ao número de navios em atividade comercial, representando uma ligeira redução na dimensão média dos navios.

Movimento de navios em atividade comercial	2012	2013	2014	Var.13/12	Var.14/13
Nº. Nacionais	108	91	117	-15,7%	28,6%
GT (1000 Tons.) Nacionais	573	506	589	-11,7%	16,5%
Nº. Estrangeiros	1.020	1.162	1.297	13,9%	11,6%
GT (1000 Tons.) Estrangeiros	13.120	14.546	16.068	10,9%	10,5%
Total Navios	1.128	1.253	1.414	11,1%	12,8%
Total (1000 Tons.) GT	13.693	15.051	16.657	9,9%	10,7%
GT Médio (1000 Tons.)	12,14	12,01	11,78	-1,0%	-1,9%

Fonte: APSS, SA

Mercadorias

Em 2014, o porto de Setúbal movimentou mais de 8 milhões de toneladas, representando um acréscimo de 15% em relação ao ano de 2013, resultante de um reforço da vocação exportadora do país e de um contexto de uma visível retoma da atividade económica nacional.



O comércio externo apresentou uma variação positiva de 17%, devido a um desempenho positivo, quer na exportação (+21%), quer na importação (+10%), confirmando a já referida retoma da atividade nacional e a continuação de um crescimento nas exportações nacionais.

Quer o tráfego intracomunitário, quer o extracomunitário apresentaram crescimentos positivos quer nas exportações, quer nas importações com relevo para as exportações com crescimentos na ordem dos 20%.

O tráfego de cabotagem perdeu peso relativo, certamente devido ao facto de estar suportado em mercadorias como os produtos petrolíferos, que registaram uma diminuição na movimentação, apesar de uma ligeira recuperação na movimentação de cimento a granel, a outra grande mercadoria movimentada em cabotagem nacional.

Unidade: 1.000 toneladas

Movimento de mercadorias por origem/destino	2012	2013	2014	Var.13/12	Var.14/13
União Europeia	1.622	1.946	2.367	19,9%	21,7%
Importação	749	929	1.092	24,0%	17,6%
Exportação	873	1.017	1.275	16,5%	25,4%
Restantes países	3.872	4.637	5.333	19,8%	15,0%
Importação	1.126	1.369	1.428	21,6%	4,3%
Exportação	2.746	3.268	3.905	19,0%	19,5%
Total comércio externo	5.494	6.582	7.700	19,8%	17,0%
Importação/Entrada	1.875	2.298	2.520	22,5%	9,7%
Exportação/Expedição	3.619	4.284	5.180	18,4%	20,9%
Cabotagem entrada	295	208	123	-29,4%	-41,1%
Cabotagem saída	270	218	235	-19,1%	7,9%
Total cabotagem	565	427	358	-24,5%	-16,0%
Total geral	6.059	7.009	8.058	15,7%	15,0%
Rácio Exportação/Importação	1,93	1,86	2,06	-3,4%	10,2%

Fonte: APSS, SA

Porto de Setúbal consegue resultado histórico nos contentores

O movimento de contentores no porto de Setúbal passou a bater a barreira dos 100 mil TEU (unidade de medida de capacidade de carga) em 2014, segundo a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS). No total, foram movimentados mais de 105 mil TEU, um crescimento de perto de 49%, face a 2013. A APSS sublinha que nesta tipologia de carga, entre 2010 e 2014, foi possível duplicar o movimento em número de TEU.

“É um ano que passa a figurar na história do porto de Setúbal como um ano de união de vontades das empresas da Comunidade Portuária de Setúbal e de todos os seus trabalhadores, na rentabilização das infraestruturas existentes, dando uma resposta efectiva e competitiva às necessidades das empresas clientes”, refere a entidade portuária em comunicado. No entender da APSS, foi esta sinergia que permitiu ultrapassar os oito milhões de toneladas de car-

ga em 2014, mantendo um crescimento de um milhão de toneladas por ano, nos últimos três anos. Assim, a APSS acredita que os actuais números permitem perspectivar que o porto de Setúbal possa “vir a ser um porto ‘core’, até 2016, com 10 milhões de toneladas anuais, tendo em conta a sua grande capacidade instalada”. Desde 1994 até 2014 o movimento do porto duplicou, passando de cerca de quatro milhões de toneladas para oito milhões.



O movimento de contentores no porto de Setúbal ultrapassou os 100 mil TEU

Porto de Setúbal exporta 67% da carga

O porto de Setúbal exportou 5,2 milhões de toneladas em 2014, que corresponde a 67% do total movimentado relativamente à carga internacional, que atingiu 7,7 milhões de toneladas, depois da actualização do movimento de e para os portos nacionais, voltou a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS), em comunicado.

Em de salienta a diversificação das destino das mercadorias, com 1,3 milhões de toneladas exportadas para a União Europeia, o que corresponde a um crescimento superior a 25%, face a 2013, e 5,9 milhões de toneladas exportadas para países terceiros, um crescimento de 13,5%, em relação ao mesmo período. Segundo a APSS, por este facto, “contribuiu o aumento generalizado em 2014, de movimentos de quase todos os modos de acondicionamento. Total a 2017, normalizando-se grandes efeitos, com 2,8 milhões de toneladas, mais 14% carga geral, com 3,7 milhões de toneladas, mais 20%; roll-on roll-off, com 140 mil unidades, mais 12,5%; contêineres, com 102,5 mil TEU, mais 46,8%.

Nas mercadorias, liderou o cimento, com 1,3 milhões de toneladas, seguido de produtos metalúrgicos, com 1,1 milhões de toneladas, de algodão, com 1,1 milhões de toneladas, dos autopeças, com 504 mil toneladas, das máquinas, com 465 mil toneladas, da madeira, com 400 mil toneladas e do papel, com 388 mil toneladas. No mesmo de destacaram-se também, as de Serviço Público cresceram mais de 10%, com 4,8 milhões de toneladas, e os Terrenos de Uso Privado, mais cerca de 10%, com um movimento de cerca de 5,2 milhões de toneladas.



Por modo de acondicionamento, o incremento verificado deve-se ao desempenho positivo da carga geral e dos graneis sólidos.

A carga geral apresentou um acréscimo de 20%, devido a um aumento dos valores movimentados de carga fracionada em 10%, fruto de um aumento na movimentação de cimento ensacado e de produtos metalúrgicos na ordem dos 17%.

A carga contentorizada apresentou um acréscimo de 65% na tonelage movimentada representando um aumento de 51% em número de contentores e 47% no número de TEU's. O dado a reter é o recorde de mais de 100 mil TEU's movimentados pelo porto de Setúbal bem como facto de a tonelage ter crescido cerca de 15%.

A carga roll-on roll-off apresentou um acréscimo de 18%, fruto de um melhor desempenho na exportação de veículos novos, bem como de um aumento da procura interna para viaturas novas, Movimentaram-se cerca de 149 mil unidades (+20%)

O tráfego de graneis, sólidos e líquidos, apresentaram, respetivamente, uma variação de 14% e -18%, em virtude de um aumento na movimentação de adubos e fertilizantes, clínquer de cimento, e cimento a granel e de uma redução bastante acentuada na movimentação de energéticos nos graneis líquidos.

Unidade: 1.000 toneladas

Movimento de mercadorias por modo de acondicionamento	2012	2013	2014	Var.13/12	Var.14/13
Granéis líquidos	559	467	384	-16,4%	-17,8%
Granéis sólidos	2.653	2.817	3.207	6,2%	13,9%
Carga geral	2.847	3.725	4.467	30,9%	19,9%
Carga fracionada	2.181	2.898	3.196	32,8%	10,3%
Carga contentorizada	451	628	1.035	39,2%	65,0%
Carga roll-on/roll-off	214	199	236	-6,9%	18,3%
Total	6.059	7.009	8.058	15,7%	15,0%
Nº de caixas de 20' e 40'	26.976	37.730	57.039	39,9%	51,2%
Nº TEU	49.350	70.564	103.563	43,0%	46,8%
Nº de veículos	136.360	124.749	149.039	-8,5%	19,5%

Fonte: APSS, SA

O volume de mercadorias movimentadas nos terminais de serviço público ultrapassou o dos terminais de uso privativo. O Terminal Multiusos-Zona 2 (SADOPORT) foi o maior terminal de serviço público, em toneladas movimentadas, registrando um crescimento de 16%, em grande parte devido ao tráfego de contentores. Os terminais de uso privativo tiveram um desempenho positivo, registrando um aumento de 10%, sendo de destacar a prestação positiva dos terminais Termitrena e Secil.

Unidade: 1.000 toneladas

Principais mercadorias movimentadas	2012	2013	2014	Var.13/12	Var.14/13
Cimento	1.368	1.615	1.914	18,1%	18,5%
P. Metalúrgicos	806	1.112	1.292	38,1%	16,1%
Clínquer	820	887	1.167	8,2%	31,6%
Aubos	383	394	505	2,8%	28,0%
Minérios	407	435	444	6,9%	2,1%
Madeiras	474	528	400	11,4%	-24,3%
Carvão/Coque	293	318	327	8,3%	3,0%
Papel	193	239	308	23,7%	28,9%
Ro-Ro	214	199	236	-6,9%	18,3%
Ácidos	166	149	186	-10,0%	25,0%
P. Agrícolas	120	181	109	51,3%	-39,7%
Gasóleo/Gasol.	219	200	96	-8,7%	-52,0%
Fuelóleo	92	50	24	-45,5%	-51,7%
Pasta de Madeira	0	0	9	0,0%	100,0%
Pedras Ornamentais	3	0	8	-100,0%	100,0%
Outros	503	702	1.033	39,6%	47,1%
Total	6.059	7.009	8.058	15,7%	15,0%

Fonte: APSS, SA

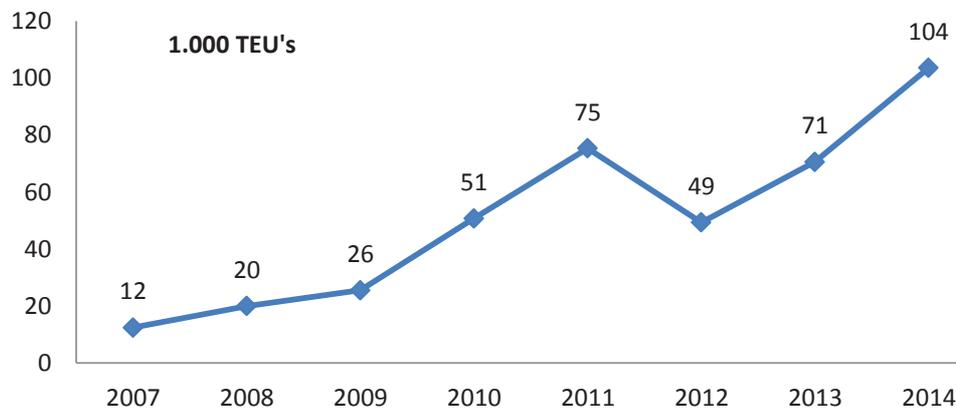
Unidade: 1.000 toneladas

Movimento de mercadorias por cais	2012	2013	2014	Var.13/12	Var.14/13
Terminais de serviço público	3.323	4.084	4.830	22,9%	18,3%
Multiusos - Zona 2	1.287	1.672	1.943	29,9%	16,2%
Multiusos - Zona 1	1.077	1.480	1.811	37,4%	22,4%
TPS -Saptec – Granéis Sólidos	578	578	644	-0,1%	11,5%
Terminal Roll-On Roll-Off	197	175	219	-11,0%	22,0%
TGL-Saptec - Granéis Líquidos	184	180	213	-2,4%	21,9%
Terminais de uso privativo	2.736	2.925	3.228	6,9%	10,4%
Termitrena	1.089	1.226	1.500	12,6%	22,3%
Secil	946	990	1.132	4,6%	14,4%
Praias Sado	371	463	444	24,6%	-4,1%
Tanquisado/Eco-Oil	294	209	112	-28,9%	-46,1%
Outros	35	37	39	5,9%	3,6%
Total	6.059	7.009	8.058	15,7%	15,0%
Rácio Term. Ser. Público/Usado Privativo	1,2	1,4	1,5	15,0%	7,2%

Fonte: APSS, SA

Gráfico – Evolução na movimentação de TEU's

O ano de 2014 representou o melhor ano da história do Porto de Setúbal em movimentação de unidades TEU (“twenty-foot equivalent unit”, unidade equivalente a vinte pés), tendo-se movimentado 103.563 TEU, reforçando a tendência crescente de crescimento neste segmento de mercado muito importante para o Porto de Setúbal e para o país.

**Pesca**

Em 2014, um total 18,6 mil toneladas de pescado foram descarregadas no conjunto dos portos de pesca de Setúbal e Sesimbra de acordo com os dados da DocaPesca, SA, o que representou cerca de 25 milhões de Euros.

Porto	Toneladas			Euros		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Setúbal	1.997	1.838	1.482	3.818.202	3.608.072	3.493.119
Sesimbra	18.499	20.633	17.109	23.817.905	22.480.496	21.487.962
TOTAL	20.496	22.472	18.592	27.636.107	26.088.568	24.981.081
VAR. %	-4%	10%	-17%	5%	-6%	-4%

Fonte: Dados DocaPesca, SA

Transporte fluvial

Em 2014, o movimento de passageiros e viaturas entre as duas margens do Rio Sado manteve-se nos 1,2 milhões, tendo sido vendidos mais de 750 mil bilhetes (que inclui duas viagens), o que representou, para o concessionário deste serviço público, um acréscimo nas vendas de 2,3%.

Evolução do Tráfego	2012	2013	2014	VAR.2013/2014
Viaturas (Ferries)	227.434	208.369	213.012	2,2%
Passageiros (Ferries)	424.877	380.461	350.170	-8,0%
Passageiros (Catamaran)	670.553	634.889	643.016	1,3%
Total	1.322.864	1.223.718	1.206.198	-1,4%

Unidade: Número

Fonte: Atlantic Ferries

Bilhetes vendidos	2012	2013	2014	VAR.2013/2014
Veículos	229.141	211.153	214.118	1,4%
Passageiros	566.419	523.430	537.413	2,7%
Passes	7.089	6.466	6.594	2,0%
Total	802.649	741.049	758.125	2,3%

Unidade: Número de bilhetes

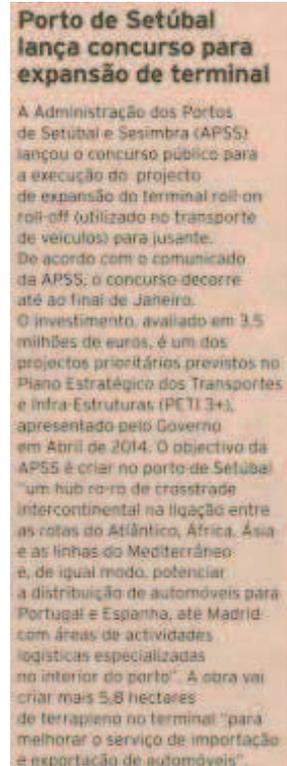
Fonte: Atlantic Ferries

3. Ações desenvolvidas

Em 2014, merecem destaque as seguintes intervenções e projetos desenvolvidos pela APSS e enquadrados no âmbito do Plano Estratégico dos portos de Setúbal e Sesimbra:

PORTO COMERCIAL

- No âmbito do Projeto de Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal, considerado uma intervenção prioritária no PETI 3+, foram lançados os estudos de elaboração do Projeto Técnico de Execução e Estudo de Impacte Ambiental.
- Em conjunto com a REFER e SAPEC, foi desenvolvido o projeto de Ligação Ferroviária aos terminais da Mitrena, também previsto no PETI3+ ao nível do estudo de viabilidade técnica, económica e financeira, a cargo da REFER Engineering.
- A empreitada de execução do projeto de Expansão do Terminal *Roll-On Roll-Off* para jusante, igualmente considerado um investimento prioritário no PETI3+ foi lançada.
- Foram realizadas diversas intervenções nos terminais portuários, destacando-se no TMS-1 a recarga com betão betuminoso no pavimento e arruamentos e, no Terminal Ro-ro, a recarga da retenção marginal nascente.
- Foram realizadas diversas companhas de levantamentos topográficos nos canais e bacias, bem como levantamento topográfico em Sta. Catarina, Doca das Fontainhas e Edifício dos Cacifos.
- Entrou em atividade a nova lancha de pilotagem, melhorando a operacionalidade e as condições de segurança do serviço prestado aos navios no porto de Setúbal.



PORTO CIDADE

- Na Doca de Recreio das Fontainhas iniciaram-se as obras de reabilitação e reparação da infraestrutura.
- Deu-se continuidade às obras de reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda, centradas no corpo Sul do edifício.
- Deu-se início à elaboração do projeto técnico de execução da construção do Porto de Abrigo das Praias do Sado, por reconversão dos antigos molhes da Central Termoelétrica da EDP.
- No âmbito do projeto da requalificação do terraplano do Cais 3, foi lançado o concurso público para a realização de intervenções de reabilitação de infraestruturas e frente de cais, tendo em vista melhorar o acesso ao público aquela área.
- Com a Câmara Municipal de Setúbal, foram analisadas várias temáticas comuns, designadamente relativas à preparação de um processo referente à nova delimitação da área de jurisdição portuária, um estudo de uma nova infraestrutura para a náutica de recreio e análise conjunta de intervenções de reabilitação da zona ribeirinha e áreas adjacentes, procurando prever o efeito do desenvolvimento da cidade e do porto nas infraestruturas e no ordenamento das duas áreas, compatibilizando, interligando e coordenando a estratégia subjacente de forma harmoniosa.

PORTOS DE PESCA

- No seguimento da aprovação da candidatura à obtenção de financiamento no âmbito do PROMAR, deu-se início à elaboração do Projeto Técnico de Execução do “Aproveitamento da **Área Líquida junto ao Molhe Exterior da Doca dos Pescadores de Setúbal**”, que tem por objetivos a melhoria das condições de acostagem e estacionamento de embarcações de pesca através da criação de lugares para o estacionamento de embarcações marítimo-turísticas.
- Na **Doca dos Pescadores**, concluíram-se os trabalhos de recarga do pavimento do molhe nascente, foram reparadas e reforçadas as pontes de acesso aos passadiços, efetuaram-se ações de limpeza e foi instalado um sistema de automatização dos portões de acesso à doca. Ainda relativamente à limpeza, merece destaque o acompanhamento dado ao grupo “Golfinhos Lover”, com vista à limpeza da área líquida da doca, incluindo no leito de águas, através de trabalhos de mergulho realizados por profissionais (Bombeiros Sapadores).

No molhe nascente da doca foram colocadas 32 caixas para a guarda de aprestos marítimos e disponibilizado um empilhador elétrico para permitir o manuseamento das mesmas, os quais forma entregues à Associação de Pescadores SetúbalPesca. Importa destacar o reforço da colaboração com as Associações de Pescadores, através da realização de diversas reuniões de trabalho na doca.

O espaço adjacente ao plano inclinado foi requalificado, envolvendo diversas ações de remoção de embarcações degradadas existentes no local, e vedado, de forma a condicionar a sua utilização.

Regista-se ainda, em 2014, o ordenamento da área líquida da Doca dos Pescadores, através da afetação de lugares definidos às embarcações de pesca por artes. Para o efeito, foram realizadas durante ao ano diversas ações de remoção de embarcações para o trem naval que contaram com a presença da Polícia Marítima.

- Em 2014, destaca-se ainda a conclusão das obras de requalificação entre a Doca dos Pescadores e o Edifício dos Cacifos. Este último edifício foi pintado, tendo envolvido uma pintura artística nos topos nascente/poente do edifício e execução de uma nova cobertura.

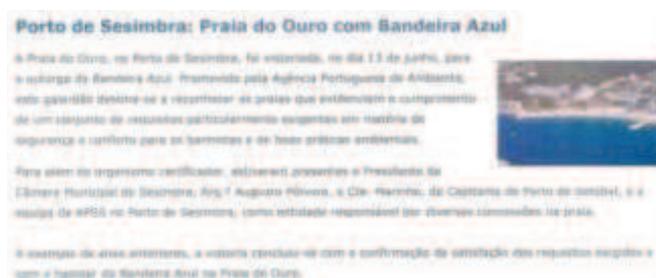


- No **porto de Sesimbra**, destaca-se a celebração com a ARTESANALPESCA – Organização de Produtores de Pesca, C.R.L., de um contrato de concessão do direito de uso privativo de uma parcela de terreno, com a área de 8.488 m² (oito mil, quatrocentos e oitenta e oito metros quadrados), destinada à implantação, manutenção e exploração de uma “Unidade de transformação e comercialização de pescado”, ampliando todas as obras e benfeitorias existentes.
- Igualmente, a APSS promoveu a empreitada de reabilitação e melhoramento do cais de descarga, inserido na área concessionada à DocaPesca. Dos trabalhos constaram a repavimentação do cais, a reposição das caleiras técnicas e o melhoramento das condições de acostagem. O planeamento do trabalho permitiu que não se verificassem interrupções na operacionalidade do cais.
- Na prossecução do programa de colaboração entre a APSS e Associação dos Armadores de Pesca Centro e Sul (AAPCS), no domínio da segurança e ordenamento da atividade da pesca, foram entregues à Associação mais cinco caixas para a guarda de aprestos marítimos, idênticas ao um conjunto de outras 40 entregues há cerca de cinco anos, e que se revelaram uma aposta muito interessante como instrumento facilitador do difícil quotidiano dos pescadores.



- Após a realização de uma campanha de mergulho, acompanhada de relatórios e reportagens em vídeo, a APSS levou a cabo, em abril, uma empreitada de manutenção e reparação do ancoradouro no Porto de Sesimbra, com o objetivo de melhorar o padrão de segurança, qualidade e funcionalidade daquela infraestrutura. Como resultado, foi aumentada a malha da teia de amarração, reduzindo a densidade de ocupação e prescindido de alguns postos, para segurança e conforto dos utilizadores.

- A Praia do Ouro viu, novamente, outorgado o galardão da Bandeira Azul, um emblema que certifica as condições naturais associadas a um conjunto de eficientes infraestruturas e de serviços, nomeadamente na área da segurança, ambiente e lazer. Os concessionários desta praia tiveram que demonstrar determinados requisitos, gradual e louvavelmente mais exigentes, perante a Agência Portuguesa do Ambiente e ao grupo de trabalho constituído pela Autarquia, a Capitania e APSS.



AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

As atividades que têm vindo a ser desenvolvidas pela APSS, tendo como objetivo garantir a sustentabilidade da sua atividade, encontram-se enquadradas nos seguintes Projetos e Planos de Ação:

- ECO AP, reforçando o papel da APSS enquanto produtor de energia fotovoltaica (mini e micro produção) e dando continuidade à execução de um conjunto de alterações nos sistemas de iluminação pública e nos edifícios da APSS, de modo a alcançar melhorias progressivas na redução dos consumos. A produção de energia fotovoltaica permite também uma redução da pegada ecológica, evitando a produção de dióxido de Carbono associada à produção de energia;
- Monitorização ambiental, tendo como principal objetivo a monitorização de descritores ambientais associados à realização de dragagens (monitorização dos sedimentos a dragar e dos locais de deposição, batimetria e modelação da dinâmica sedimentar), mas também a qualidade do meio estuarino, ou mesmo do meio ambiente envolvente;
- Estudo da viabilidade técnica e financeira da ligação ferroviária aos terminais da Mitrena para Incentivar a transferência para a rodovia do transporte de mercadorias a jusante das estruturas portuárias;
- Desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental e Portuária - SIGAP, estruturado em torno de um Sistema de Gestão de Bases de Dados relacional, utilizando um interface SIG-Sistema de Informação Geográfica, que organiza e classifica uma vasta gama de informações relacionada com a caracterização de infraestruturas portuárias e ambiente.
- Implementação do Plano Portuário de Receção e Gestão de Resíduos.

Contribuiu também para a prossecução dos objetivos estratégicos, a adoção de referenciais com mais-valias no desempenho ambiental, nomeadamente:

- Implementação de um conjunto de procedimentos certificados pela Norma ISO 14 001, promovendo a melhoria contínua do desempenho ambiental da APSS, com aplicação transversal a todas as áreas funcionais da empresa;
- Participação na ESPO (Associação Europeia de Portos Marítimos) e na rede Europeia de *ECOPORTS*, tendo como referência o respetivo Guia de Boas Práticas Ambientais (boas práticas em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável);

- Adoção de estímulos financeiros ao desempenho ambiental de navios e embarcações, nomeadamente através da redução ou devolução de taxas específicas a navios titulares do Certificado *Green Award* de Roterdão, de certificação no âmbito da ISO 140001, ou com índice de pontuação ESI (*Environmental Shipping Index*) superior a 30, ou que efetuem descargas de resíduos.

A APSS efetua sistematicamente relatórios para as entidades competentes em termos da Convenção OSPAR, SNIERPA (Sistema Nacional de Inventário de Emissões e Remoção de Poluentes Atmosféricos) e MIRR (Mapa Integrado de Registo de Resíduos).

MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

Qualidade da água de consumo

Em complemento à avaliação da entidade distribuidora, a APSS analisa a qualidade da água distribuída nos portos de Setúbal e Sesimbra que, em 2014, foi a Quimiteste. Esta monitorização, feita de acordo com o Decreto-Lei nº 306/2007 e com a Recomendação do IRAR nº 8/2005, referente aos “Procedimentos de amostragem de água para consumo humano em sistemas públicos de abastecimento”, avalia no consumidor final, a conformidade com os parâmetros definidos na legislação mencionada integrando parâmetros organoléticos, microbiológicos e químicos, organizados em tipologias de amostragem designadas por controlo de rotina 1, controlo de rotina 2 e controlo de inspeção, ordenadas de modo crescente de complexidade, e cuja frequência é função do volume de água fornecido. Neste enquadramento, o controlo da qualidade da água de consumo nos portos de Setúbal e Sesimbra foi feita de acordo com o seguinte programa:

Rotina	Porto de Setúbal	Porto de Sesimbra
Controlo de rotina 1	16 amostragens/ano	8 amostragens/ano
Controlo de rotina 2	4 amostragens/ano	2 amostragens/ano
Controlo de inspeção	1 amostragem/ano	1 amostragem/ano

Os parâmetros analisados permitiram aferir a boa qualidade da água distribuída.

ETAR do Trem Naval

Durante 2014, foi implementado o plano de monitorização (autocontrolo) constante da licença de descarga do efluente da ETAR, composto pela avaliação do caudal e de parâmetros de qualidade antes e após o tratamento.

Durante os três primeiros trimestres do ano, os valores de descarga encontravam-se significativamente abaixo dos parâmetros autorizados, exceto no 4º trimestre, devido ao atraso na remoção anual programada do excesso de lamas produzidas na ETAR (purga de lamas), o que foi efetuado ainda durante o mês de dezembro.



Monitorização do Estuário

Durante o 1º trimestre de 2014 foi feita a 3ª campanha de monitorização da qualidade da água no Estuário do Sado. Iniciada no inverno de 2007/2008 e com uma periodicidade trienal, a APSS tem vindo a monitorizar a qualidade da água do estuário do Sado e zona costeira adjacente, de Sesimbra até à Termitrena. Esta avaliação é feita com base na quantificação de 14 parâmetros que analisam a qualidade da água em condições sazonais e de maré idênticas em 13 estações fixas.

Os parâmetros a analisar incluem salinidade, oxigénio dissolvido, hidrocarbonetos, nutrientes, mercúrio e TBT, e ainda parâmetros microbiológicos.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Consumo produção de energia elétrica

Dando continuidade à implementação do programa ECO AP, para melhoria da eficiência energética dentro e fora dos edifícios administrativos da APSS, nomeadamente através da instalação de sensores para iluminação em espaços de uso coletivo, substituição progressiva de equipamento por congéneres de maior eficiência energética, substituição progressiva de lâmpadas incandescentes por LEDS e beneficiação geral do sistema de iluminação, verificou-se uma vez mais um crescimento negativo do consumo de energia elétrica que, em 2014 foi de - 0,37%.

Dado que a este projeto já vem a ser implementado há alguns anos, as grandes reduções do consumo de energia já foram alcançadas, sendo agora possível apenas reduções marginais. Esta redução, associada à melhoria do perfil energético da energia adquirida permitiu reduzir a produção de CO2 em 6,8 %, comparativamente ao ano anterior.

Paralelamente, a mini e microprodução de energia fotovoltaica têm vindo a adquirir uma dinâmica crescente, havendo 4 locais produtores: cobertura do edifício sede da APSS, instalações do Trem Naval de Combate à Poluição e de Reboque, cobertura do edifício de oficinas da APSS, cobertura do edifício do Cais 3, totalizando uma produção anual de 103 437 kwh.

Gestão de Resíduos

Em 2014 movimentaram-se nos portos de Setúbal e Sesimbra 192.885 kg de resíduos, distribuídos do seguinte modo:

Tipo de Resíduo	2014	
	Valorização (kg)	Eliminação (kg)
Plano Portuário de Receção e Gestão de Resíduos		
Total de resíduos do PPGR: 133.367 Kg		
Óleos usados	17.889	
Embalagens contaminadas	2.873	
Embalagens de vidro	22	
Absorventes contaminados	513	
Filtros de óleo	1.210	
Resid. Sólidos urbanos dos Navios (*)		110.860
Total e % por destino	22.507	110.860
Resíduos da atividade da APSS		
Total de resíduos da atividade da APSS: 59.518 kg		
Redes	2.280	14.780
Limpeza Sesimbra		27.460
Emb. madeira e plástico	7.862	
Solventes	39	
Tonners	147	
Equip. elétrico e eletrónico	5.395	
Outros	939	489
Total e % por destino	16.622 (28%)	42.729 (72%)

(*) Estes resíduos são obrigatoriamente enviados para eliminação, por conterem “restos de cozinha e de mesa de transportes internacionais”.

É de notar que os resíduos recolhidos no âmbito do Plano Portuário de Receção e Gestão de Resíduos nos Portos de Setúbal e Sesimbra, diretamente pela APSS enquanto autoridade portuária, representam 70 % do total dos resíduos produzidos por esta entidade.

Pela sua natureza, contendo restos de alimentos de transportes internacionais têm obrigatoriamente que ir para eliminação, sendo muito difícil separar na fonte as diferentes tipologias de resíduos produzidos nos navios enquadradas nesta classificação. Essencialmente, devido às diferenças entre os critérios de separação a bordo, de acordo com a Convenção MARPOL, e os critérios de separação tendo em consideração os operadores de gestão de resíduos para onde são encaminhados.

Mantiveram-se os circuitos de recolha seletiva anteriormente implementados, nomeadamente o encaminhamento de óleos usados para a Sogilub–Sociedade de Gestão Integrada de Óleos Lubrificantes Usados, Lda, assim como outros pouco significativos em termos numéricos, mas importantes a nível de boas práticas na gestão de resíduos.

Porto de Setúbal melhora recolha de resíduos na Doca de Recreio das Fontainhas

A APSS vai colocar contentores para recolha de resíduos urbanos junto ao oleão da Doca de Recreio das Fontainhas, de modo a que, no mesmo local, possam ser depositados os diversos tipos de resíduos produzidos pelas embarcações que utilizam a doca, como resíduos domésticos ou equivalentes, óleo usado, filtros de óleo, trapos e latas contaminadas.



Desde há bastante tempo que, no Porto de Setúbal, estão disponíveis meios adequados para que os utilizadores desta doca possam depositar os resíduos produzidos nas suas embarcações, só que, até ao momento, em dois pontos distintos, ainda que próximos.

As licenças emitidas no âmbito do Regulamento do exercício da atividade de recolha de resíduos de HC, materiais contaminados com HC e outros produtos perigosos, permitiram faturar 6.007,69 € de proveitos, o que representa um decréscimo de cerca de 26% em relação ao ano anterior.

Plano Portuário de Gestão de Resíduos

Foram efetuadas 836 recolhas de resíduos sólidos urbanos, totalizando 110,86 toneladas, o que se traduziu num aumento de 23 % face à quantidade de resíduos recolhidos no ano anterior e num aumento de 14% face ao número de recolhas efetuadas.

Foi feita a verificação da Declaração de Resíduos dos navios comerciais que utilizaram o porto de Setúbal e dos procedimentos associados às descargas de resíduos (por amostragem)

Foi efetuada a atualização do Plano Portuário de Gestão de resíduos para os portos de Setúbal e Sesimbra para 2014 -2016.

Foram também elaborados Planos de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição para as 12 empreitadas de construção civil a lançar pela APSS. Estas medidas têm como objectivo fomentar, numa lógica de ciclo de vida, uma abordagem que garanta a sustentabilidade ambiental da actividade de construção civil, privilegiando a redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA



No âmbito do Programa ECO-AP (Programa de Eficiência Energética da Administração Pública), procederam-se a alterações na rede de iluminação pública nos portos de Setúbal e Sesimbra através da substituição de luminárias dotadas de balastos eletromagnéticos por balastos eletrónicos de menor consumo e por luminárias dotadas com a tecnologia LED.

Nos edifícios propriedades da APSS foram substituídas todas as armaduras de emergência dotadas de lâmpadas fluorescentes por novas unidades dotadas com a tecnologia LED. Foram, igualmente, instalados, nos principais corredores e escadas, armaduras dotadas de sistemas de controlo por deteção de aproximação e análise do nível de iluminação natural.

A nível da produção de energia fotovoltaica, continuaram em funcionamento os quatro sistema de mini e microprodução com a venda da energia produzida à rede elétrica Nacional.

Este modo de produção permitiu reduzir em cerca de 83 toneladas a produção de CO², face à utilização de combustíveis fósseis ⁽¹⁾.

Cumprindo o disposto no artigo 16º do DL nº 239/97, foram enviados para tratamento e reciclagem cerca de 55 kg de lâmpadas fluorescentes e de descarga contendo mercúrio (Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Equipamento Elétrico e Eletrónico).

Ao nível unidades de climatização, as intervenções em 2014 centraram-se na instalação de um novo *Chiller*, de menor consumo, no edifício sede, na montagem de novas unidades individuais do tipo *Split* por substituição das unidades antigas contendo gás R22.

¹ Considerando que 1 kwh obtido através de combustíveis fósseis liberta 0,8 kg de CO₂.

SEGURANÇA MARÍTIMA E PORTUÁRIA

- Prestação de serviços de tráfego marítimo pelo Centro de Controlo do Tráfego Marítimo (VTS) do Porto de Setúbal de acordo com a Resolução IMO A.857 (20) “Guidelines for Vessel Traffic Services”;
- Realização de várias ações de assessoria técnica internas e externas, e de participação em diversos atos de coordenação com outras entidades e organismos oficiais no âmbito do controlo de tráfego marítimo, da segurança e da proteção marítimo-portuária, da proteção civil municipal, e da prevenção da poluição do mar por hidrocarbonetos e outras substâncias perigosas;
- Emissão de autorizações na Janela Única Portuária (JUP) para movimentação de mercadorias perigosas (HAZMAT), realização de trabalhos a bordo, fornecimentos e abastecimentos a navios no porto de Setúbal;
- Gestão da manutenção dos equipamentos e sistemas do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS), de videovigilância, de deteção e combate a incêndios, e de combate à poluição do mar por hidrocarbonetos da APSS;
- Implantação de medidas de autoproteção e planos de segurança internos contra incêndios nos edifícios da APSS em Setúbal e Sesimbra, e participação na elaboração do Plano de Segurança do Operador das Infraestruturas Críticas Nacionais operadas pela Autoridade Portuária;
- Apoio aos exercícios e ações de formação do FOR-MAR realizadas nas instalações e embarcações atracadas no Trem Naval;
- Participação em ações de combate a derrames acidentais de hidrocarbonetos para as águas portuárias;
- Realização de inspeções de segurança às operações portuárias com mercadorias perigosas, e de diversas ações de fiscalização por via marítima à área de jurisdição da APSS no porto de Setúbal;
- Cedência de recursos humanos e materiais para prestação de serviços multidisciplinares a entidades externas e outras direções da APSS, nomeadamente no âmbito da manutenção da balizagem marítima, operação de equipamentos de elevação, recolha de resíduos sólidos flutuantes e vigilância das amarrações das embarcações anteriormente afetadas ao tráfego fluvial que estão estacionadas na ponte-cais do Trem Naval.

SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE E AMBIENTE

- Foi concluído com sucesso o ciclo de auditorias de acompanhamento levadas a cabo no mês de outubro de 2014, pela *Lloyds Register Quality Assurance*, com caráter anual, desde a obtenção do primeiro certificado de Qualidade da APSS, em 2009;
- Foram também concluídas com êxito as auditorias levadas a cabo no mês de outubro de 2014, pela *Lloyds Register Quality Assurance*, com caráter anual, desde a obtenção do primeiro certificado do Ambiente da APSS, em 2011. Tendo como objetivo a avaliação de todos os requisitos da norma de referência NP EN ISO 14001:2004, requisitos legais e regulamentares aplicáveis e que os mesmos estão efetivamente implementados e mantidos pelo Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente. A APSS foi reconhecida pelo seu desempenho e mérito, mais que evidenciado com a renovação do Certificado Ambiental obtida por uma auditoria reveladora da inexistência de não conformidades;



- No âmbito da implementação dos requisitos normativos às OHSAS 18001:2007, procedeu-se à revisão da política da qualidade e ambiente, manual de qualidade, objetivos, procedimentos e instruções de trabalho, de modo a incluir a vertente de Saúde e Segurança no Trabalho nos documentos do SGQA da APSS;
- Renovou-se o estatuto de ECOPORT atribuído pela ESPO com a classificação de 97%;
- O Manual de Organização da APSS foi atualizado, a nível da estrutura orgânica e de conteúdos funcionais, bem como o Plano de Comunicações Obrigatórias da APSS e o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- No âmbito da implementação do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, foi desenvolvida uma matriz de riscos no trabalho, que incluiu o levantamento dos perigos e riscos do trabalho nas atividades/instalações da empresa e respetiva avaliação de significância, de acordo com a metodologia que foi definida. Foi criado um procedimento com metodologia para identificação de perigos e avaliação de riscos no trabalho, o qual foi aprovado e implementado no SGQA da APSS;
- Realizou-se no auditório do edifício sede, em articulação com a *Lloyds Register Quality Assurance*, uma formação de implementação de prática de um Sistema de Gestão de Saúde e Segurança no trabalho onde participaram colaboradores da APSS, concessionários e outras empresas da comunidade portuária, bem como elementos da empresa de prestação de serviços ao nível da SST;
- Desenvolveu-se a aplicação informática *B-Quality* de apoio ao Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, nomeadamente no Controlo Documental, calendarização de Atividades Internas, Plano de Manutenção de Equipamentos, Programação da Matriz de Concessões e na Formação técnica desta ferramenta aos colaboradores da APSS.

PROTEÇÃO PORTUÁRIA

- Desenvolveu-se o Exercício de Proteção do Porto – Seta 2013;
- Participação e envolvimento da APSS e do Oficial de Proteção do Porto de Setúbal em exercícios de Proteção envolvendo as várias instalações Portuárias, navios de bandeira não nacional, Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e Portos bem como demais Autoridades com jurisdição no porto de Setúbal;
- Participação da APSS no projeto Cassandra, referente ao 7º Quadro da Comissão Europeia, *call security* relativo à proteção da cadeia logística.

GESTÃO DE CONCESSÕES

Enumeram-se as principais ações desenvolvidas em 2014:

- Análise dos tarifários das concessões de serviço público, enquadramento da sua atualização e revisão nos termos contratuais e envio para posterior conhecimento e aprovação superior;
- Acompanhamento das concessões e licenças, em particular as de serviço público, através da análise dos objetos contratuais, dos processos de atualização das garantias bancárias do contrato, dos seguros, dos planos de segurança, das movimentações de mercadorias nos respetivos terminais, de indicadores económico-financeiros e de qualidade de serviços, de mapas de pessoal e equipamentos e de questões ambientais, e através da realização de reuniões periódicas, tendo em vista responder aos principais objetivos do sistema de qualidade, e sua sujeição com sucesso às ações de fiscalização e auditoria entretanto realizadas.

- Tratamento da informação, com periodicidade trimestral, para a UTAP (Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos), sob tutela do Ministério das Finanças, no âmbito da análise das Parcerias Público Privadas e Concessões do Setor Empresarial do Estado, com dados dos investimentos previsionais no período das concessões e do registo dos fluxos financeiros entre a concedente e as concessionárias de serviço público;
- Verificação do cumprimento das obrigações das empresas de estiva, reboques e amarrações, nomeadamente toda a documentação relativa aos processos de licenciamento, atualização de tarifários e garantias bancárias;
- Relativamente aos agentes de navegação do porto de Setúbal, foram licenciadas novas agências, canceladas outras que não cumpriam todos os requisitos legais e atualizadas algumas cauchões em função do número de navios agenciados pelas respetivas empresas.

AÇÕES DE MARKETING

- Em 2014, foram desenvolvidas diversas ações de interação com os atuais clientes do porto e de prospeção de clientes potenciais. Deu-se seguimento ao plano de acompanhamento de clientes, especialmente através de contactos com indústrias e operadores de transporte marítimo. Foram efetuados contactos com potenciais clientes na zona da Extremadura espanhola, com especial destaque para os que foram proporcionados pela *Fehispor – Feria de España y Portugal*. Tratou-se de uma participação que juntou os Portos de Sines, Lisboa e Setúbal e a *Plataforma Logística del Sureste Europeo de Badajoz (PLSWE)*, que se traduziu numa ação singular, quer no formato de representação conjunta das quatro entidades, quer pelos contactos efetuados com as entidades oficiais, empresários e comunicação social da Extremadura. A iniciativa permitiu divulgar, junto destes públicos, as vantagens competitivas da oferta do Corredor Logístico Portuário do Atlântico para as indústrias da Extremadura, sintetizadas na assinatura “*Direto ao Atlântico / Direto al Atlantico*”.

Relacionamento com stakeholders

- Foi reforçada a ligação e envolvimento da APSS à **Comunidade Portuária de Setúbal**, através do apoio à organização da conferência Porto de Setúbal - A Resposta Imediata – uma estratégia portuária coerente”, que teve por objetivo dar a conhecer as potencialidades que podem ser valorizadas no âmbito da estratégia portuária nacional e as vantagens do investimento nas infraestruturas existentes no Porto de Setúbal. Durante a sessão, foram abordadas as vantagens comparativas das infraestruturas de contentores já existentes face a novos investimentos públicos.

Meio escolar e académico

- A colaboração com o meio académico é vista como uma forma de enriquecimento mútuo, pelo que foram efetuadas várias visitas aos terminais portuários por alunos do ensino secundário e universitário. Esta ligação também tomou forma através da receção de estagiários e da sua possibilidade de participação em atividades da APSS. Receber pessoas com novas ideias e competências tem também reflexos na atividade da empresa.



- No âmbito da colaboração entre o Porto de Setúbal e o IPS - Instituto Politécnico de Setúbal, a APSS associou-se ao projeto IPSartUp Week, destinado a um público-alvo de jovens dos ensinos básicos e secundário e ensino profissional, tendo como temática principal o Empreendedorismo.

Ainda na ligação ao IPS - Instituto Politécnico de Setúbal, a APSS associou-se ao *Supply Chain Day 2014*, que assinalou o Dia Europeu da Logística;

- O Desporto Escolar da Península de Setúbal para o ano letivo 2013/2014 recebeu o apoio da APSS nas ações que decorrerão na sua área de jurisdição

Dinamização do Turismo Náutico

- Enquadrado no objetivo de desenvolver o Turismo Náutico em Setúbal, o Dia Mundial do Mar foi, em 2014, celebrado, em Setúbal, com um amplo programa de atividades, distinguindo-se também no modelo de organização conjunto com a Câmara Municipal de Setúbal, envolvendo ainda a Marinha, a Aporvela e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade



Nova de Lisboa. Este dia, promovido pela OMI - Organização Marítima Internacional, foi comemorado com um programa que decorreu ao longo da semana de 22 de setembro, com destaque para as seguintes atividades: a exposição “Portos em Banda Desenhada”; o Seminário Internacional “Cidades Portuárias e a relação Porto-Cidade - A Náutica de recreio e o turismo náutico”; a presença em porto dos três veleiros Sagres, Creoula e Vera Cruz, ícones da histórica relação de Portugal com o Mar.

A estada dos três veleiros, evento que se realizou pela primeira vez na cidade de Setúbal, gerou a adesão de milhares de visitantes, entre alunos de escolas da região e público em geral, estimando-se que tenham entrado a bordo mais de dez mil visitantes, dos quais três mil e quinhentas eram crianças;

- Merece também referência o veleiro polaco POGORIA, que mais uma vez aportou em Setúbal. É um veleiro de três mastros, que nasceu no âmbito do projeto de educação marítima *Iron Shackle Fraternity* e tem como objetivo a promoção e ensino da navegação à vela.
- O Porto de Setúbal acolheu, ainda, a visita do veleiro “*Tres Hombres*”, a única embarcação de carga transatlântica, sem motor, que promove o transporte sustentável de produtos biológicos

só com energia eólica. À presença do veleiro esteve associada uma parceria com o Projeto Sail a Future, da Fundação Holandesa Paint a Future, tendo como fim “realizar Sonhos de crianças desfavorecidas, em países e/ou situações precárias”, neste caso, o destino do apoio (manuais escolares e equipamentos de ginástica) foram as crianças da Ilha Brava, de Cabo Verde, e do Brasil. A iniciativa envolveu ainda crianças, entre as quais filhos de colaboradores da APSS, que pintaram uma vela com os seus desejos para as crianças cabo-verdianas e brasileiras;

- A APSS apoiou o evento “Regatas do Sado”, uma organização da Marina de Troia, que consiste num conjunto de regatas mensais que decorreram durante todo o ano de 2014, na Baía de Setúbal, com um total de inscrições que podem atingir mais de setenta veleiros;
- Com o objetivo de divulgar as atividades marítimo-turísticas existentes, incluindo os passeios no rio Sado e as atividades completares, procedeu-se ao desenvolvimento de um conjunto de ferramentas de promoção da atual oferta de passeios no Sado para estimular o Turismo Náutico em Setúbal, visando-se a captação de clientes regionais, nacionais e estrangeiros. Foi editado um *flyer* com o título Passeios no Sado, disseminado por vários locais da cidade de Setúbal. Foram utilizados meios *online*, incluindo a criação de uma página no site da APSS dedicada ao tema, com a caracterização da oferta de atividades e serviços dos operadores de atividades marítimo-turísticas. Foi ainda colocado *mupi* informativo junto da Doca de Recreio das Fontainhas.



Ações de Divulgação

- Foram realizadas múltiplas ações de divulgação da oferta de serviços logístico-portuários do Porto de Setúbal junto dos diversos públicos, especialmente através de ferramentas de marketing digital. Foram ainda apoiadas diversas iniciativas do setor marítimo portuário, das quais resultaram contrapartidas para a divulgação dos portos de Setúbal e Sesimbra, através da apresentação de comunicações direcionadas e de expositores informativos.
- A APSS associou-se à ADREPS – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal através de parceira no projeto de produção de um filme promocional intitulado “Península de Setúbal – Histórias de Mar” sobre os recursos costeiros e ribeirinhos da Península de Setúbal, que será divulgado em media nacionais e internacionais;
- Procedeu-se ainda a um melhoramento da sinalética informativa no edifício da APSS.



Comunicação interna

- Dando continuidade a uma estratégia de gestão assente na interação entre os responsáveis dos diversos serviços da APSS, bem como no estreitamento de relações de trabalho e reforço do espírito de equipa entre os colaboradores, realizou-se uma sessão de trabalho com as chefias

de topo e intermédias da empresa, que propiciou a reflexão, em conjunto, sobre o tema “Balanço do ano 2013 e realinhamento de ações para 2014”.

Em cumprimento do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de Junho, deverá constar no relatório e contas da empresa uma secção específica com ações de Publicidade Institucional realizadas. Por conseguinte, importa referir que o *mix* das ações de comunicação desenvolvidas em 2014 contemplou o recurso a publicidade institucional em órgãos de comunicação social nacional, regional e do sector marítimo-portuário, incluindo órgãos de comunicação online. As ações foram selecionadas e calendarizadas, tendo-se executado o Plano de Media anual. O investimento total foi de 20.600,83 euros (a que acresce o IVA), montante inferior ao orçamentado.

AÇÕES NO DOMÍNIO DA JUP-JANELA ÚNICA PORTUÁRIA

- Acompanhamento dos trabalhos no âmbito do Fórum para a Simplificação dos Procedimentos (FSP) no porto de Setúbal, contribuindo para a melhoria da JUP-Janela Única Portuária,
- Promoção de ações de formação direcionadas para as empresas concessionárias e licenciadas, com vista à sua maior integração nas operações da JUP,
- Implementação do sistema de gestão de manobras com funcionamento 24/7 na operação partilhada entre as áreas do Planeamento e VTS,
- Entrada em funcionamento do projeto de *Disaster Recovery* com o porto de Aveiro com vista à salvaguarda dos dados JUP destes dois portos,
- Elaboração de plano de gestão de *help-desk* JUP com vista à centralização dos pedidos de assistência e seu acompanhamento por forma a criar maior eficiência no tratamento de falhas de funcionamento da aplicação JUP.

AÇÕES NO DOMÍNIO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

- Lançamento de concurso para a aquisição de central telefónica baseada na tecnologia IP e assim evoluir o sistema de telecomunicações da APSS integrando-o com o sistema de rede,
- Lançamento de concurso para a aquisição de tecnologia *wireless* de modo a munir todos os edifícios da APSS de acesso à rede sem fios,
- Evolução dos sistemas de monitoria de rede com a adoção de tecnologia *Microsoft*,
- Simulacro de ocorrência de falhas nos sistemas de informação,
- Evolução do sistema de armazenamento de dados com a aquisição de sistema 3PAR (base de dados) e 2 novos servidores de suportes aos mesmos, aumentando a capacidade de armazenamento e processamento de dados.

4. RECURSOS HUMANOS

O ano de 2014 manteve a tendência de diminuição do efetivo tendo saído durante o ano seis trabalhadores/as por aposentação antecipada, um trabalhador por reforma e uma trabalhadora por motivo de licença sem vencimento, perfazendo um total de 8 saídas. Entrou um trabalhador por transferência de outra administração portuária.

Esta rotação dos efetivos traduziu-se numa redução de 4,43 % do número total de trabalhadores/as.

O quadro seguinte permite uma avaliação mais detalhada dessa evolução por natureza de vínculo.

Unidade: 1 efetivo

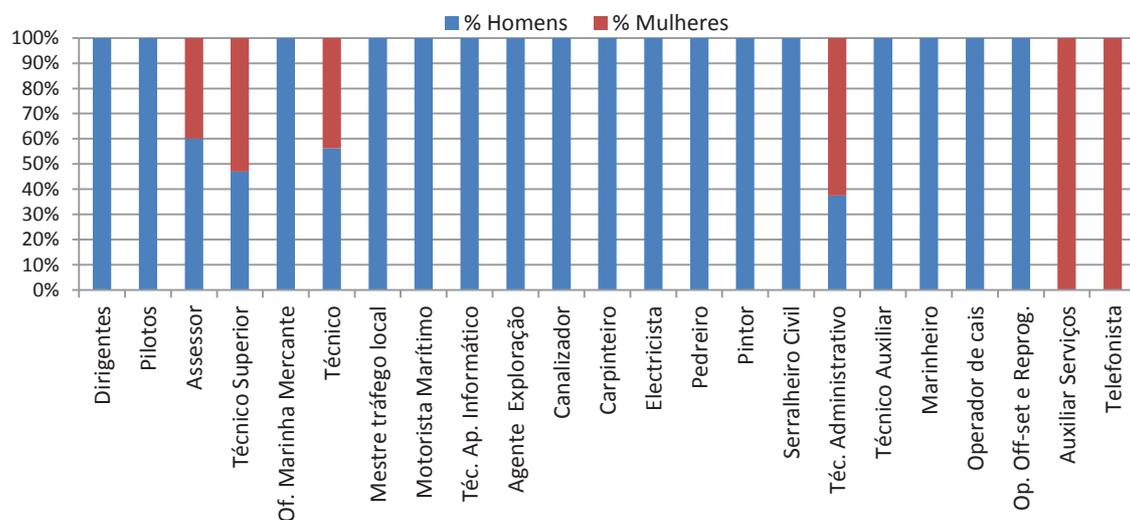
Evolução do Efetivo em 31 dezembro	2012	2013	2014
Efetivo	161	158	151
Homens	118	115	110
Mulheres	43	43	41
Quadro	158	157	150
Homens	115	114	109
Mulheres	43	43	41
Além Quadro (<i>dirigentes</i>)	3	1	1
Homens	3	1	1
Mulheres	0	0	0
Efetivo Médio	163	159	153

Fonte: APSS/DRH

Distribuição do efetivo de pessoal por funções, carreira profissional e nível de qualificação

Em termos de funções, são as de Apoio Técnico-Administrativo que representam maior relevo na empresa, cerca de 44%, logo seguida da função Navegação e Segurança que representa cerca de 27% e das funções relacionadas com as Obras e o Ambiente, cerca de 15%.

Através dos quadros infra podemos ter uma melhor perceção da distribuição dos colaboradores e colaboradoras por carreira profissional e da evolução da distribuição dos mesmos por níveis de qualificação.



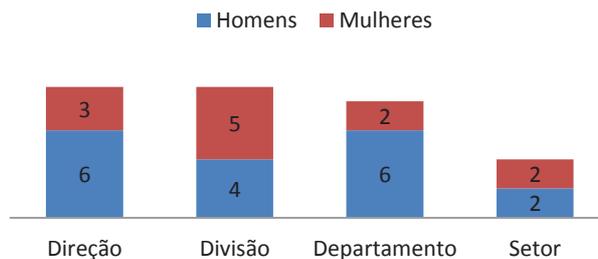
Fonte: APSS/DRH

Unidade: 1 efetivo

Níveis de Qualificação	2012		2013		2014	
	H	M	H	M	H	M
Dirigentes	3	0	2	0	2	0
Quadros Superiores	40	16	40	16	41	17
Quadros Médios	9	10	9	9	9	7
Quadros Intermédios	0	1	0	1	0	1
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados	61	14	59	15	53	14
Profissionais Semiqualficados	5	0	5	0	5	0
Profissionais não Qualificados	0	2	0	2	0	2

Fonte: APSS/DRH

Os titulares de cargos de direção e chefia representam 19,9% dos colaboradores e colaboradoras da empresa e estão distribuídos pelos seguintes níveis de chefia:

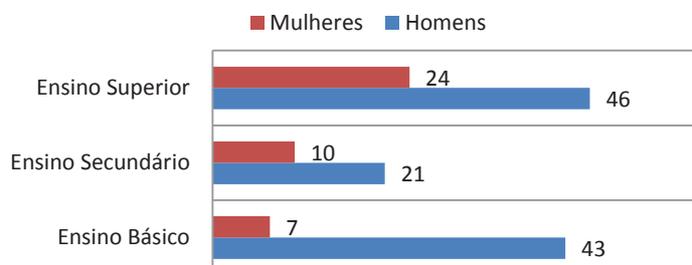


Fonte: APSS/DRH

Distribuição do efetivo de pessoal por níveis de habilitação

Em 2014 verifica-se que cerca de 33% do efetivo de pessoal da APSS, S.A. possui como habilitações escolares o ensino básico, 21% possui o ensino secundário e 46% possui o ensino superior, com tendência para aumentar, pois encontram-se a beneficiar do Estatuto do Trabalhador Estudante para a frequência de licenciatura dois colaboradores.

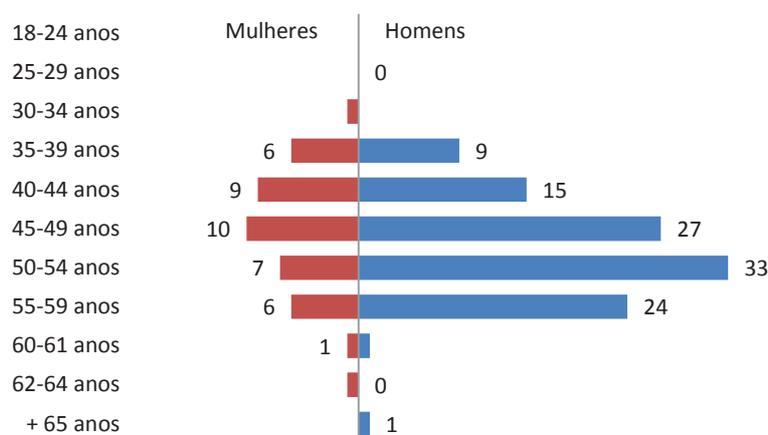
O gráfico infra traduz a distribuição dos efetivos por grau de ensino e género.



Fonte: APSS/DRH

Distribuição do efetivo de pessoal por escalões etários e género

A distribuição dos efetivos por género relativamente ao grupo etário revela uma concentração das mulheres no escalão dos 45 aos 49 anos e dos homens dos 45 aos 54 anos de idade, sendo a idade média das mulheres 47 anos e a dos homens 50 anos. Esta diferença prende-se com o facto do setor portuário ter origem numa população essencialmente masculina, as mulheres começaram a ser admitidas posteriormente para assegurar tarefas de apoio técnico-administrativo. A idade média é de 49 anos.



Fonte: APSS/DRH

Distribuição do efetivo de pessoal por níveis de antiguidade e género

Unidade: 1 efetivo

Distribuição do efetivo de pessoal por níveis de antiguidade e género	2012		2013		2014	
	H	M	H	M	H	M
Até 1 ano	0	0	0	1	1	0
De 1 a 5 anos	0	0	0	0	0	1
De 6 a 10 anos	21	9	13	8	11	4
De 11 a 15 anos	28	12	33	10	27	11
Mais de 15 anos	66	22	68	24	70	25

Fonte: APSS/DRH

Nota: Foram considerados apenas os efetivos do quadro

A antiguidade média é de 19 anos o que representa alguma maturidade do quadro de pessoal, sendo em qualquer dos géneros superior a 15 anos. O colaborador com antiguidade inferior a 1 ano diz respeito à transferência de outra administração portuária.

Evolução do potencial de trabalho utilizado

Em 2014 registou-se um aumento de 60% face ao número total de horas de trabalho extraordinário ou suplementar relativo ao ano transato, de salientar que 212 horas das 2.285 horas realizadas foram compensadas em tempo de serviço.

As áreas onde o recurso a trabalho extraordinário ou suplementar continua a ser mais relevante são a da Segurança Marítima e Portuária, seguida da Operação Portuária e Fiscalização da Atividade Portuária.

Unidade: Milhares de horas

Evolução do potencial de trabalho utilizado	2012	2013	2014
Trabalho normal	263	257	251
Trabalho suplementar	1,6	1,5	2,3
Horas efetivamente trabalhadas	265	259	253

Fonte: APSS/DRH

Evolução da produtividade

Unidade: 1 efetivo

Evolução da produtividade	2012	2013	2014
Efetivo médio	163	159	153
VAB (em milhares de euros)	18.992	19.651	19.048
Produtividade média (em milhares de euros)	119	123	125

Fonte: APSS/DRH

Evolução da taxa de absentismo

A taxa de absentismo registou um aumento para 5,5%, sendo as ausências por doença e por acidente de trabalho as que mais contribuíram para esse facto, consequência de situações de recuperação muito prolongada. O aumento verificado nas demais ausências foi justificado, sobretudo, pelo regime jurídico de proteção da parentalidade, de que beneficiaram duas colaboradoras e três colaboradores, todos na modalidade de licença parental inicial partilhada, num total de 3.045 horas de ausência.

Unidade: Milhares de horas

Evolução da taxa de absentismo	2012	2013	2014
Potencial Máximo de trabalho	279	273	283
Total de horas de ausência	14,6	12,0	15,6
Taxa de absentismo	5,2	4,4	5,5

Fonte: APSS/DRH

Unidade: 1 hora

Evolução das ausências por tipo de falta	2012	2013	2014
Doença	6682	1912	5449
Acidente de Trabalho	3920	6284	5432
Outras faltas justificadas	4009	3786	4717
Faltas injustificadas	0	14	59

Fonte: APSS/DRH

Evolução da formação profissional

Durante o ano de 2014 realizam-se 22 ações de formação profissional com 150 participantes, algumas transversais abrangendo cerca de 63% dos efetivos.

Com a criação do Centro de Formação Portuária, a formação interna, 4 ações num total de 82 horas, foi ministrada nas instalações da APSS, S.A., assim como 754 das 1.111 horas de formação externa, assim se prosseguindo o objetivo de formar o maior número de colaboradores e colaboradoras em simultâneo, sem necessidade de os deslocar.

As áreas onde a formação foi mais relevante foram as da SHST, qualidade, informática e jurídica.

Acresce ainda ao número total de horas de formação, 91 horas respeitantes à dispensa para a frequência de aulas e prestação de provas de avaliação, ao abrigo do Estatuto do Trabalhador Estudante, do qual beneficiam 2 trabalhadores ambos a frequentar o ensino superior.

Unidade: 1 efetivo

Evolução da formação profissional por género	2012			2013			2014		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Número de horas	1715	1347	3062	891	285	1176	824	460	1284
Número de participantes	137	86	223	167	75	242	108	42	150

Fonte: APSS/DRH

No âmbito da prevenção da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho (SHST), foram realizadas 8 ações que envolveram 86 colaboradores e colaboradoras, durante 445 horas, onde se transmitiram conhecimentos de noções básicas de SHST, primeiros socorros, combate a incêndios, ergonomia no posto de trabalho, sinalização de segurança e utilização de equipamento de trabalhos em altura, com o objetivo de dotar os participantes com as ferramentas necessárias para desenvolverem a sua atividade em segurança.



Estágios e parcerias

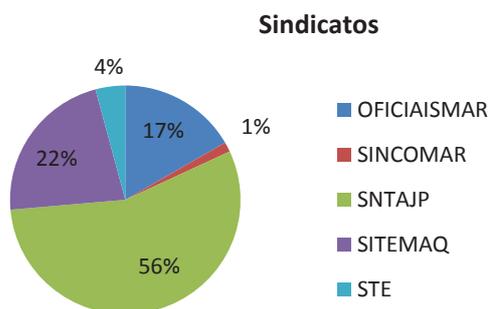
Em 2014 realizaram-se 18 estágios, 2 profissionais nas áreas de Engenharia Civil e Arquitetura, com a duração de 1 ano e 16 curriculares que totalizaram 3.844 horas de acompanhamento. As áreas mais solicitadas foram as de informática com quatro alunos/as, desenho técnico com mais quatro alunos/as e a de secretariado e trabalho administrativo com dois alunos/as, os/as restantes estagiários/as dispersaram pelas áreas de SHST, recursos humanos, comunicação social, gestão portuária e navegação.

Os estágios foram solicitados por alguns estabelecimentos de ensino do Concelho de Setúbal de nível secundário profissional e superior e ainda por uma escola superior de Lisboa e por um centro de formação profissional, sempre com o objetivo de proporcionar a aquisição de competências técnicas e sociais relevantes para a respetiva qualificação profissional e integração no mercado de trabalho.

Relações laborais

No campo das relações laborais registou-se a instauração de 1 processo disciplinar conduzindo a pena de suspensão pelo período de 20 dias.

A taxa de sindicalização registada em 2014 foi de 48%, distribuída por 5 sindicatos, com uma população constituída predominantemente por homens, cerca de 83%, devido à tradição do setor portuário.



As avaliações de desempenho realizadas em 2014 e referentes a 2013 para todos os/as colaboradores/as, com exceção de 30 que exercem cargos de chefia, exibiram predominantemente as menções qualitativas de Bom e Muito Bom. Foi apresentada uma reclamação cuja pretensão foi deferida pelo Conselho de Administração.

Igualdade de género e não discriminação

A APSS, SA integra desde o primeiro momento o Fórum IGEN- Empresas para a Igualdade- O nosso compromisso tendo durante o ano de 2014 participado em todas as suas reuniões plenárias e feito parte do grupo de trabalho para a monitorização semestral das medidas e elaboração do relatório anual, no âmbito do qual foram realizadas três reuniões de trabalho.

Para o ano de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração as seguintes medidas:

- Revisão e atualização dos diversos documentos internos no sentido de ser utilizada linguagem neutra, inclusiva e não discriminatória;
- Promover e implementar ao longo do ano medidas de sensibilização e outras promotoras da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal. Esta medida foi concretizada através da atribuição de dispensa de trabalho, sem perda de direitos e remuneração, a todos e todas os/as trabalhadores/as com filhos e/ou filhas até 12 anos de idade na tarde em que estes/as completam o seu aniversário e de horário flexível, respetivamente, a um trabalhador e uma trabalhadora para que ambos possam prestar assistência e acompanhar os/as respetivos/as filhos/as filhos menores de idade nas suas atividades escolares e extracurriculares;
- Criação do Banco de Livros Escolares da APSS, SA, tendo por destinatários/as todos/as os/as trabalhadores/as da empresa com filhos a frequentar o ensino básico e secundário com o objetivo de, para além de Incentivar a troca/cedência de livros escolares entre os colaboradores e colaboradoras e criar nos alunos e alunas o respeito pelo livro, contribuir para

um melhor ambiente, fazendo uma gestão mais proveitosa do papel e para a poupança dos colaboradores e colaboradoras, permitindo às filhas e filhos dos colaboradores e colaboradoras a utilização de livros sem qualquer gasto;

- Celebração de protocolo com uma cadeia de ginásios “*Low cost*” tendo por destinatários/as todos/as os/as trabalhadores/as da empresa e seus familiares, oferecendo condições mais vantajosas de preço visando promover a saúde e bem-estar dos/as colaboradores/as.

II. Cumprimento das orientações legais

Tendo presente as orientações para elaboração do relatório de gestão constantes no ofício nº 1211, de 27 de fevereiro de 2015, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, procede-se à divulgação de informação relativamente ao cumprimento das seguintes orientações legais:

1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Em fevereiro de 2013 foram nomeados os órgãos sociais para o mandato 2013/2015.

Conforme solicitado pelo acionista, foram preparados e enviados os objetivos de gestão para o referido mandato, com vista à assinatura dos contratos de gestão, mensuráveis através de um conjunto de indicadores.

Apesar de até à presente data, os contratos de gestão ainda não terem sido assinados, foram tidos como referência os objetivos propostos para 2014 e que são mensuráveis através dos indicadores apresentados no quadro seguinte:

	PESO DE CADA RUBRICA	2013	2014				QUANTIFICAÇÃO
			OBJETIVOS	REAL	DIFERENÇA	VAR. %	
Volume de Negócios (em milhares de euros) ¹	10,0%	19.308	18.394	18.535	141	1%	10,1%
Margem EBITDA (%) ²	15,0%	40,1%	37,0%	46,0%	9,0%	24%	18,6%
Resultados Líquidos (em milhares de euros)	20,0%	3.404	2.418	3.982	1.564	65%	32,9%
ROACE (%) ³	10,0%	5,9%	5,0%	6,7%	1,7%	34%	13,4%
Movimento de Mercadorias (em milhares de toneladas)	20,0%	7.009	6.150	8.058	1.908	31%	26,2%
Movimento de Mercadorias na Saída (em milhares de toneladas)	10,0%	4.503	3.900	5.415	1.515	39%	13,9%
Eficiência ⁴	5,0%	1,65	1,56	1,31	0,25	16%	5,9%
PMP (N.º de dias) ⁵	8,0%	49	40	49	-9	-23%	6,5%
Grau de Cumprimento do Plano de Investimentos (%) ⁶	2,0%	25%	100%	31%	-69%	-69%	0,6%
							128,2%

¹ Volume de Negócios = Prestação de Serviços + Rendimentos Suplementares

² Margem EBITDA/Volume de Negócios

³ ROACE = EBIT/Capital Empregue Médio

⁴ Eficiência = Gastos Operacionais/EBITDA

⁵ PMP calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008 e Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril;

⁶ Valor do Investimento realizado/valor do investimento orçamentado em Fundos Próprios - corresponde à taxa de realização do investimento orçamentado mas apenas relativamente ao financiado com Fundos Próprios

Assim, no ano de 2014, o nível de execução dos objetivos de gestão atingiu os 128,2%. No entanto, à semelhança dos anos anteriores e conforme previsto no artigo n.º 41 da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, em resultado do congelamento, por parte do Acionista, não vai ser pago qualquer prémio ou remuneração variável aos membros do Conselho de Administração.

Tendo presente o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, foram também tidos em consideração, no plano de atividades e orçamento aprovado para o exercício em análise os indicadores financeiros, conforme quadro seguinte:

ÁREA DE ACTUAÇÃO	INDICADOR	2013	ORÇ. 2014	2014
EFICIÊNCIA	Custos Operacionais/EBITDA	1,65	1,66	1,31
	Custos com Pessoal/EBITDA	1,13	1,08	0,91
	Taxa de variação dos custos com pessoal	31,97%	-10,10%	-11,91%
	Custos de Aprovisionamento/EBITDA	0,35	0,45	0,30
	Taxa de variação dos custos de aprovisionamento	4,65%	21,50%	-6,65%
COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO	Dívida/Capital Próprio.	0,00	0,00	0,00
	EBITDA/Juros Líquidos	0,00	0,00	0,00
	Período de recuperação do investimento (<i>Pay back period</i>)	0,14	0,69	0,18
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES	Fornecedores/compras × 365 (<i>RCM 34/2008, DE 22/2</i>)	49	40	49
	Evolução (dias) face ao ano anterior	9	-9	0
RENTABILIDADE E CRESCIMENTO	EBITDA/Receitas	0,38	0,38	0,43
	Taxa de Crescimento das Receitas	3,85%	-5,60%	-3,95%
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO	Resultado Líquido/Capital Investido	0,03	0,03	0,04

Custos de Aprovisionamento = CMVMC+FSE

Dívida = Passivo Remunerado

Capital Investido = Activo Total Líquido

Acresce que, a APSS, como sociedade anónima pertencente ao Sector Empresarial do Estado (SEE), tem procurado cumprir as orientações de gestão estratégica destinadas à globalidade do SEE, designadamente, através de:

- **Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente, certificado segundo os referenciais NP EN ISO 9001:2008 e NP ISO 14001:2004;**
- **Adoção de uma política de recursos humanos e promoção da igualdade**, reportada no capítulo II do presente relatório, no Relatório de Sustentabilidade e no Relatório Único;
- **Adoção de uma política de inovação e sustentabilidade**, através da integração da JUP (Janela Única Portuária) com a SDS (Sistema de Declaração Sumária) da Alfândega;
- **Plano de atividade e de investimento da empresa** assentes em princípios de equilíbrio económico-financeiro;
- **Relatório de sustentabilidade da empresa**, que avalia o cumprimento dos princípios de sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- Manutenção, ao nível do **movimento de mercadorias** no porto de Setúbal, da liderança nacional nos segmentos *roll-on/roll-off* e carga fracionada;
- **Resultados obtidos, quer operacionais, quer líquidos**, sustentados e positivos.

2. Gestão do Risco Financeiro e Limites de Endividamento

Desde 2012 que não existe Passivo Remunerado, atendendo a que em janeiro de 2011 a APSS liquidou total e antecipadamente o único empréstimo existente, passando desde essa data a ter um endividamento nulo.

	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (Euros)	28.627,86	10.658,45	0,00	0,00	0,00
Taxa Média Financiamento (%)	2,58%	2,58%	0,00%	0,00%	0,00%

3. Prazo Médio de Pagamento a fornecedores e Atrasos nos Pagamentos

De acordo com o definido no nº 6 do Anexo à RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, a evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP) da APSS é o seguinte:

PMP	2013	2014	Var. 2014/2013
Prazo (dias)	49	49	0%

Por norma, todos os contratos de fornecimento de bens e/ou prestação de serviços são negociados com um Prazo de Pagamento, máximo, de 60 dias (da data de emissão da fatura). Habitualmente este prazo é cumprido, contudo existem algumas exceções devido ao tempo necessário na obtenção/análise de esclarecimentos que resultam num dilatar do prazo acordado e, em consequência, do prazo médio de pagamentos. Exemplo disso, são um conjunto de faturas relativamente às quais a APSS não concorda com o seu pagamento.

Considerando para o respetivo cálculo o montante de 277 mil euros correspondentes às faturas não aceites de 2005 e 2006, o prazo médio de pagamentos é conforme se pode verificar no quadro seguinte:

PMP	2013	2014	Var. 2014/2013
Prazo (dias)	76	76	0%

Atendendo à definição de “Atraso no pagamento”, prevista no Decreto-Lei 65-A/2011, de 17 de maio, considera-se em incumprimento o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	10.677	3.460	10.243	9.773	53.736
Aq. de Capital					
Total	10.677	3.460	10.243	9.773	53.736

No caso das dívidas vencidas, o acréscimo deve-se, essencialmente, ao não pagamento de faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, a qual consideramos ser indevida, tendo sido apresentada uma reclamação junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, pela qual aguardamos uma decisão. Este facto tem igualmente impacto no cálculo do prazo médio de pagamentos, justificando a manutenção desse valor face a 2013.

4. Recomendações do Acionista

As recomendações do Acionista, transmitidas na Assembleia Geral de aprovação de contas de 2013, foram no sentido de promover os meios necessários com vista a dar cumprimento ao prazo médio de pagamentos, de acordo com o estipulado na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro e assegurar o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado em conformidade com a Lei do Orçamento de Estado para 2014.

Verificou-se a manutenção do prazo médio de pagamento, em 49 dias, relativamente ao período homólogo, ou seja o 4.º trimestre de 2013. Ainda que de acordo com a tabela constante do n.º 9 da RCM acima referida, isso signifique que a APSS não cumpriu com o objetivo, tal situação deve-se, essencialmente, ao facto do não pagamento de um conjunto de faturas referentes à taxa de saneamento que a APSS considera como indevida e cujo montante continuando a aumentar, têm influenciado negativamente o PMP. Tendo sido efetuada reclamação junto da Entidade reguladora dos serviços de água e resíduos, da qual se aguarda decisão, é expetável que durante o ano de 2015 a situação fique resolvida e o impacto no PMP seja positivo.

No que se refere ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, durante o ano de 2014, a APSS manteve as aplicações e as disponibilidades financeiras junto do ICGP. No entanto, para assegurar determinadas situações, nomeadamente a impossibilidade de efetuar determinado tipo de transações, bem como a disponibilização de cartões refeição aos colaboradores, foi necessário manter algumas disponibilidades junto da banca comercial sobre a forma de depósitos à ordem, cujo montante, no final do período, representava apenas 2% do total dos depósitos bancários. De salientar, que na sequência do pedido da APSS de dispensa parcial do princípio da UTE, foi autorizada a exceção ao mesmo, para uma das situações apresentadas, através do despacho nº 2618/14-SET, de 19 de dezembro. Ainda, assim, a APSS procedeu à entrega, a título de receita de Estado, dos juros auferidos em resultado destes depósitos à ordem na banca comercial.

5. Remunerações

Dos órgãos sociais

- Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1) - (2)
2013-2015	Presidente	(a)	500	0	0	0
2013-2015	Secretário	Dr. Pedro Manuel Mota C. Grilo	350	350	28	322

(a) O cargo encontra-se vago por renúncia do Presidente eleito em AG de 22-20-2013

Nos termos do ponto 8 Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais ao valor da senha de presença acima referido relativa ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral foi aplicada uma redução para que o respetivo valor não excedesse o montante atribuído à data de 1 de março de 2012.

- Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	(Identificação Entidade)	Pagadora (O/D)
2013-2015	Presidente CA	Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	DUE	22.02.2013	n.a	n.a
2013-2015	Vogal CA	Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	DUE	22.02.2013	n.a	n.a

Membro do CA (Nome)	Acumulação de funções		
	Entidade	Função	Regime
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	ENIDH	Eq. Prof. Adjunto	Público
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	ISEL	Eq. Prof. Adjunto	Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Valores Mensais Bruto (€)	
			Remuneração Base	Despesas Representação
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	Sim	C	4.578	1.831
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	Sim	C	3.663	1.465

Nota: EGP-Estatuto do Gestor Público

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa	Outra	Redução Lei 12 A/2010	O. Reduções Remuneratórias	Redução anos anteriores	Bruta após Reduções Remuneratórias
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	n.a.	86.070	n.a.	4.303	5.442	0	76.325
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	n.a.	68.856	n.a.	3.443	3.095	0	62.318

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	n.a.	86.070	86.070	9.745	76.325
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	n.a.	68.856	68.856	6.538	62.318

Nos termos ponto 8 da Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório para os órgãos sociais estes não podem auferir efetivamente remuneração que exceda os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro, pelo que as remunerações acima são reduzidas não só por efeito do artº 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho e da Lei do Orçamento do Estado (até à declaração de inconstitucionalidade do artigo 33º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro que as impunha pelo Acórdão 413/2014, de 30 de maio) mas de modo a se manterem nos valores atribuídos a 1 de Março de 2012.

Membro do CA (Nome)	Subsídio de refeição		Benefícios Sociais					
			Regime Proteção Social		Seguro de saúde	Seguro de vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	4,27	742,98	CGA/ADSE	20.013	165	n.a.	n.a.	n.a.
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	4,27	772,87	CGA/ADSE	15.579	165	n.a.	n.a.	n.a.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor anual	Observações
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	80	960	12 meses
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	80	960	12 meses

Membro do CA (Nome)	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano de início	Ano de termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	N.º Prestações contratuais remanescentes
	(S/N)	(S/N)	(€)	(identificar)			(€)	(€)	(€)
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	S	S	41.418	Aquisição	2005	-	n.a	n.a	n.a

Membro do CA (Nome)	Plafond mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	458	1.235	663	2.611	244	

Membro do CA (Nome)	Gastos Anuais Associados a deslocações em serviço (€)					Gasto total com viagens
	Deslocações em serviço	Custos com alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Dr Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	1.776	103	1.758			3.637
Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	854	0	69			924

- Fiscalização

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal)	(unidade: euros)
			Forma	Data		
2013-2015	Presidente	Dra Teresa Isabel Carvalho Costa	DUE	22.02.2013		1.282
2013-2015	Vogal efetiva	Dra. Sara Alexandra Ribeiro S. D. Ambrósio	DUE	22.02.2013		961
2013-2015	Vogal Efetivo	Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC n.º 183	DUE	22.02.2013		1.496
2013-2015	Vogal Suplente	Dr. José Manuel Henriques Bernardo ROC n.º 903	DUE	22.02.2013		961

Nos termos do ponto 8 da Deliberação Social Unânime por Escrito de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais aos valores acima referidos foi aplicada uma redução para que o respetivo valor não excedesse o montante atribuído à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da RCM nº 16/2012, de 14 de fevereiro.

Nome	Remuneração Anual 2014 (€)		
	Bruto (1)	Redução Remuneratórias (2)	Valor Após Reduções (3)=(1)-(2)
Dra Teresa Isabel Carvalho Costa	17.947	2.682	15.265
Dra. Sara Alexandra Ribeiro S. D. Ambrósio	13.460	2.011	11.449
Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC	17.947	2.682	15.265
Dr. José Manuel Henriques Bernardo ROC n.º 903	0	0	0

Dos restantes trabalhadores

Por despachos dos senhores Secretário de Estado da Administração Pública e Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações foi considerado não aplicável aos/às trabalhadores/as das administrações portuárias o art.º 27º da LOE 2013, aprovada pela Lei nº 66-B/2013, de 31 de dezembro, em razão da regulamentação internacional específica -e das condicionantes materiais relevantes do trabalho nas administrações portuárias-, segundo a qual a aplicação daquele artigo resultaria num decréscimo de receitas, conforme nº 13 do art.º 27º citado.

Considerando que a Lei do Orçamento do Estado para 2014, aprovada pela Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE 2014) continha idêntica disposição – artigo 33º, nº 13, o mesmo acontecendo com a Lei nº 75/2014, de 12 de setembro – artigo 2º, nº 12 e que não se haviam alterado as circunstâncias que serviram de razão de decidir conforme os Despachos acima citados entenderam as administrações portuárias não ser de aplicar aos/às seus/as trabalhadores/as as reduções remuneratórias previstas, respetivamente nos artigos 33º da LOE 2014 e artº 2º da Lei nº 75/2014, o que nunca foi contrariado pelos senhores Secretário de Estado da Administração Pública e Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

6. Estatuto do Gestor Público

Conforme previsto no artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, os membros do Conselho de Administração não dispõem de cartões de crédito ou outros meios de pagamento da empresa, para realização de despesas ao serviço da mesma, nem são reembolsados de quaisquer despesas com caráter de despesa de representação pessoal.

7. Contratação Pública

A APSS adota o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010, com as devidas atualizações.

No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, foi definido um procedimento interno relativo à “Aquisição de bens, serviços e empreitadas”.

Conforme previsto no Ofício Circular n.º 6132 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 06/08/2010, a empresa deverá prestar informação sobre a forma de aplicação das normas de contratação pública, especificamente para contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (s/IVA).

Assim, durante o ano de 2014, a APSS efetuou as seguintes adjudicações de prestação de serviços, que se enquadra nos parâmetros atrás referidos, através da plataforma eletrónica Construlink:

- Adjudicação, em 23/04/2014, à empresa *João Mata, Lda.* do Serviço de Seguros, para o período de 1 de maio de 2014 a 30 de abril de 2017, no montante de 540.489,97 euros.
O procedimento adotado foi o *Concurso Público*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 20/06/2014, à empresa *EULEN, Lda.* dos Serviços de Vigilância e Segurança nas instalações da APSS, SA, para um período de 3 anos, com início em agosto de 2014, no montante de 711.168,12 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 18/07/2014, à empresa *IBERLIM,SA* dos Serviços de Limpeza das Instalações da APSS, SA, para um período de 3 anos, com início em agosto de 2014, no montante de 162.972 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 11/06/2014, à empresa *EID, SA* dos Serviços de Manutenção dos Equipamentos, Subsistemas e Software Kongsberg Norcontrol IT VTS 5060 do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do porto de Setúbal, para um período de 3 anos, com início em Julho de 2014, no montante de 153.498 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 09/06/2014, à empresa *IBERDROLA, S.A.U.* dos Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica em M.T. e B.T.E. para o período de 1 de julho de 2014 a 30 de junho de 2015, no montante de 442.553,61 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.
- Adjudicação, em 29/12/2014, à empresa *PROMAN da* Elaboração do Projeto e do Estudo de Impacte Ambiental do Projeto de Melhoria da Acessibilidade Marítima ao Porto de Setúbal, no montante de 128.750,00 euros.
O procedimento adotado foi o Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.

Durante o ano de 2014 não foram celebrados contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

8. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

Conforme se pode verificar pela análise às contas, a APSS tem vindo a reduzir os seus gastos, nomeadamente com a rubrica de fornecimentos e serviços externos, consequência de uma análise e avaliação rigorosa das necessidades ao nível da aquisição de bens e serviços.

A APSS procedeu à adesão, de forma voluntária, à Agência Nacional de Compras Públicas em 21/01/2010. Até à presente data não foram efetuadas aquisições com recurso a este Sistema pelo facto de ser difícil encontrar bens e serviços disponíveis com as características pretendidas ou que respondam às necessidades específicas da APSS ou dos bens a adquirir e/ou prestações a efetuar.

9. Frota Automóvel

A 31/12/2014, a frota da APSS era constituída por 28 viaturas, das quais 8 eram veículos de uso pessoal, devidamente contratualizados e sujeitos a tributação em sede de IRS.

Desde 2007 que não foram feitas aquisições de viaturas, tendo sido alienadas 11 viaturas neste período. No ano de 2013 foram adquiridas 5 viaturas usadas para substituição de viaturas de serviço (unidades móveis de inspeção e apoio operacional) em virtude do desgaste, Kms e custos de manutenção, decorrentes da idade das mesmas (entre 13 e 18 anos).

Durante o ano de 2014 não foram adquiridas viaturas, ainda que dando cumprimento ao previsto no ofício circular n.º 4238 de 1 de julho de 2013, a APSS solicitou autorização à ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP, com conhecimento à DGTF – Direção-Geral do Tesouro e Finanças para substituição de 3 viaturas de serviço, através da aquisição de igual número de viaturas. O motivo da substituição é o desgaste, Kms e custos de manutenção destas viaturas de serviço, nomeadamente no que se refere ao único veículo na frota da APSS de caixa aberta/3.500 Kg, já com 14 anos de utilização.

10. Medidas de Redução de Gastos Operacionais

EBITDA

No caso de empresas com EBITDA positivo, o objetivo é assegurar a redução do peso dos gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal) no Volume de Negócios, comparativamente ao exercício anterior.

A APSS, no exercício de 2014, evidencia um rácio de 55% inferior ao obtido no ano anterior (57%), pelo que se confirma o cumprimento do exigido.

Gastos com Comunicações, deslocações e ajudas de custo

Ainda no âmbito da redução de custos foi definido que os valores gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo e alojamento devem manter-se ao nível dos verificados em 2013.

No comparativo com 2013, verificam-se alguns aumentos, ao nível das deslocações, ajudas de custo e alojamento, uma vez que em 2014 foram retomados os estudos de crescimento e investimentos, nomeadamente com a aquisição de uma lancha para a pilotagem, que implicou visitas periódicas de acompanhamento na construção, bem como a promoção comercial internacional do porto que permitiu o crescimento acentuado das cargas e a participação em projetos internacionais financiados pela União Europeia, mas que implicam mais deslocações ao estrangeiro para acompanhamento dos trabalhos, reunião com parceiros e visitas a clientes. Por outro lado, a APSS passou a liderar a APP – Associação dos

Portos de Portugal em 2014/2015, o que implica igualmente alguns custos adicionais com deslocações, combustível e ajudas de custos no âmbito das suas funções temporárias.

No que se refere aos gastos com comunicações, registou-se um decréscimo de 3,7% face a 2013, cumprindo assim as orientações do Acionista.

Frota Automóvel

Os gastos associados à frota automóvel devem apresentar uma redução comparativamente ao exercício anterior, através da redução do número de veículos e da revisão das respetivas categorias.

Apesar de manter igual número de veículos, em termos de gastos verificou-se um decréscimo de 5,8%, em parte justificado pela substituição, em 2013, de viaturas de serviço, conforme referido no ponto 9.

Desta forma, apresenta-se, através do seguinte quadro, os valores apurados pela empresa:

(unidade: mil euros)										
PRC	META	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	2011 Exec.	2010 Exec.	Var. Abs. 2014/2013	Var. %	Var. Abs. 2014/2010	Var. %
EBITDA		8.520,72	7.750,38	10.182,68	10.009,48	7.419,26	770,34	9,9%	1.101,46	14,8%
(1) CMVMC										
(2) FSE		2.524,29	2.704,10	2.583,98	2.817,06	3.098,97	-179,80	-6,6%	-574,67	-18,5%
Deslocações e Estadas	em	29,21	17,46	26,78	53,50	65,40	11,75	67,3%	-36,19	-55,3%
Ajudas de Custo	linha	7,21	5,05	4,29	7,22	12,68	2,15	42,6%	-5,47	-43,2%
Comunicações	com 2013	83,24	86,43	89,40	89,24	107,09	-3,19	-3,7%	-23,85	-22,3%
(3) Gastos com Pessoal		7.728,98	8.773,56	6.648,35	7.021,46	8.711,25	-1.044,57	-11,9%	-982,27	-11,3%
(3.1.) dos quais Indemnizações	n.a	0,00	493,13	281,00	0,00	491,85	-493,13	-100,0%	-491,85	-100,0%
(4) Total Gastos = (1)+(2)-(3)-(3.1.)		10.253,28	10.984,53	8.951,33	9.838,52	11.318,37	-731,25	-6,7%	-1.065,09	-9,4%
(5) VOLUME DE NEGÓCIOS		18.534,67	19.308,37	19.559,13	20.450,39	20.027,53	-773,70	-4,0%	-1.492,85	-7,5%
PESO DOS GASTOS NO VN (4)/(5)		55%	57%	46%	48%	57%				
Número RH	-3% face 2012									
N.º Efetivos		151	158	161	167	n.a.	-7,00	-4,4%	n.a.	n.a.
N.º Cargos de Direção		31	30	31	31	n.a.	1,00	3,3%	n.a.	n.a.
N.º Efetivos/Cargos Direção		4,9	5,3	5,2	5,4					
Viaturas										
N.º Viaturas		28	28	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,0%	n.a.	n.a.
Gastos com as viaturas		83,45	88,63	n.a.	n.a.	n.a.	-5,18	-5,8%	n.a.	n.a.

11. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Dando cumprimento ao artigo 77.º do Capítulo VI da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, a APSS procedeu, em dezembro de 2010, à abertura de conta junto do IGCP, passando a partir dessa data, a efetuar, nessa conta, todas as aplicações financeiras dos excedentes de tesouraria existentes.

12. Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Durante o exercício em análise, não foram efetuadas quaisquer auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

13. Outras Informações

- **Deveres Especiais de Informação**

Em cumprimento do artigo 44.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, são remetidos, à DGTF (Direção Geral do Tesouro e Finanças) e à IGF (Inspeção Geral de Finanças), nos prazos oportunos, os planos de atividade e orçamentos anuais e plurianuais, que incluem os planos de investimentos e as fontes de financiamento, os documentos anuais de prestação de contas, que incluem a certificação legal de contas do revisor oficial de contas e o relatório anual do conselho fiscal, bem como os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização. Para além disso, a informação é, ainda, prestada de forma desmaterializada através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

- **Princípio da Igualdade do Género**

Apesar de ainda não ter elaborado um Plano de Igualdade a APSS,SA adota medidas tendentes a eliminar as discriminações entre homens e mulheres e a permitir a conciliação da vida, pessoal, familiar e profissional.

Para além de proporcionar a todas as mães e todos os pais que o requeiram horários flexíveis e/ou ajustados às necessidades de prestar apoio aos filhos e filhas menores a empresa dispensa os/as seus/as colaboradores, com filhos e/ou filhas até à idade de 12 anos, na tarde do dia em que estes/as comemoram o respetivo aniversário.

Todos/as os/as colaboradores/as dispõem ainda da possibilidade de usarem até 7 ou 8 horas por mês, consoante a duração do respetivo período normal de trabalho diário, sem necessidade de justificação, para tratarem de assuntos de natureza pessoal e familiar.

Por outro lado, a empresa tem vindo progressivamente a rever os seus documentos internos no sentido de introduzir uma linguagem neutra e não discriminatória.

Destaca-se ainda a atribuição aos/às trabalhadores/as, por ocasião do nascimento dos/as seus/suas filhos/as, de uma ajuda pecuniária para aquisição de um bem útil, destinado à criança e a criação do “Banco de livros escolares da APSS, SA” com o objetivo de Incentivar a troca/cedência de livros escolares entre os colaboradores e colaboradoras, criar nos alunos e alunas o respeito pelo livro, contribuir para um melhor ambiente, fazendo uma gestão mais proveitosa do papel e permitir às filhas e filhos dos colaboradores e colaboradoras a utilização de livros sem qualquer gasto, contribuindo para a poupança das famílias.

14. Quadro relativo à divulgação de informação no site do SEE

Informação a constar no site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data de Atualização	
Estatutos	S	02/05/2013	
Caracterização da Empresa	S	12/03/2010	
Função de tutela e acionista	S	21/08/2013	
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais <ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos órgãos sociais - Estatuto remuneratório fixado - Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais - Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração - Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais 	S	18/07/2014	
Esforço Financeiro Público	S	13/02/2015	
Ficha Síntese	S	27/06/2014	
Informação Financeira histórica e atual	S	27/06/2014	
Princípios de Bom Governo <ul style="list-style-type: none"> - Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita - Transações relevantes com entidades relacionadas - Outras transações - Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios: Económico Social Ambiental - Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo - Código de Ética 	S	27/06/2014	

15. Síntese do cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão/Planos de atividades e Orçamento:					
Volume de Negócios	X			10,1%	Apesar de até à presente data, os contratos de gestão para o mandato 2013-2015 ainda não terem sido assinados, foram tidos como referência os objetivos propostos para 2014.
Margem EBITDA	X			18,6%	
Resultados Líquidos	X			32,9%	
ROACE	X			13,4%	
Movimento de Mercadorias	X			26,2%	
Movimento de Mercadorias na Saída	X			13,9%	
PMP	X			6,5%	
Grau de Cumprimento do Plano de Investimentos	X			0,6%	
Eficiência	X			5,9%	
Gestão do Risco Financeiro			X	0%	Desde 2012 que a empresa não tem encargos financeiros.
Limites de Crescimento do Endividamento			X		Desde janeiro de 2011 que a empresa tem endividamento nulo.
Evolução do PMP a fornecedores		X		0 dias	O acréscimo do valor em dívida resulta, essencialmente, do não pagamento de faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, a qual consideramos ser indevida, tendo sido apresentada uma reclamação junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, pela qual aguardamos uma decisão.
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")		X		87.888	
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:					
1 - Promover os meios necessários com vista a dar cumprimento ao prazo médio de pagamentos, de acordo com o estipulado na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro	X			n.a	Verificou-se a manutenção do prazo médio de pagamento, em 49 dias, em virtude do já referido no ponto anterior. Tendo sido efetuada reclamação junto da Entidade reguladora dos serviços de água e resíduos, da qual se aguarda decisão, é expectável a respetiva resolução em 2015.
2 - Assegurar o Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado em conformidade com a Lei do Orçamento de Estado para 2014.	X			n.a	A APSS manteve as aplicações e as disponibilidades financeiras junto do ICGP. Na sequência do pedido de dispensa parcial do princípio da UTE, foi autorizada a exceção ao mesmo, para uma das situações apresentadas, através do despacho nº 2618/14-SET, de 19 de dezembro.
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	X				Por Despachos dos Senhores Secretário de Estado da Administração Pública e Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações foi considerado não aplicável aos trabalhadores das administrações portuárias o disposto no artº 27º da LOE 2013 em razão da regulamentação internacional específica segundo a qual a aplicação daquele artigo resultaria num decréscimo de receitas. Considerando que a LOE para 2014 e a Lei nº 72/2014, de 12 de setembro continham idêntica previsão legal e que não se haviam alterado as circunstâncias que serviram de fundamento aos citados Despachos foi igualmente afastada a aplicação das reduções remuneratórias em 2014 aos/as trabalhadores/as da APSS, SA e a partir de junho, com a mesma fundamentação, aos membros dos órgãos sociais.
Órgãos sociais - redução remuneratórias vigentes em 2014	X			21.005	
Auditor Externo - redução remuneratória - artº 73.º da Lei 83-C/2013			X		
Restantes trabalhadores - redução remuneratórias vigentes em 2014			X		
Rest. traba. - proib. valorizações remuneratórias - art.º 39.º da Lei 83-C/2013	X				
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	X				Cap. II
Reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ponto 6
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				Cap. II
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X		Ponto 7
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		Cap. II
Auditorias do Tribunal de Contas			X		Ponto 12
Parque Automóvel					
N.º de Viaturas		X		0	Face ao reduzido n.º de viaturas que compõem a frota automóvel da APSS, não se revelou possível a sua redução.
Gastos com viaturas	X			-5.181	Cap. II
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei n.º 83-C/2013)	X	X		Quadro preenchido	Incumprimento apenas ao nível das despesas de deslocações e ajudas de custo, em virtude da realização de estudos de crescimento e investimentos com entidades internacionais
Redução de trabalhadores (artigo 60º da Lei n.º 83-C/2013)					
Nº de trabalhadores	X			-5,69%	Cap. II
Nº de cargos dirigentes		X		0,00%	Ponto 10
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)					
Disponibilidades centralizadas no ICGP	X			98%	Cap. II
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			795	Data de entrega: 5/3/2015

III. Análise Económico-Financeira

A análise económico-financeira que a seguir se apresenta tem como base demonstrações financeiras que obedecem ao princípio da comparabilidade entre exercícios.

3.1 Investimentos

No exercício de 2014, a APSS investiu 1,3 milhões de euros em ativos fixos tangíveis, representando 31,1% do valor de investimento estimado para este exercício (4,2 milhões de euros).

(unidade: mil euros)	
INVESTIMENTO	2014
Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal	12
Expansão do Terminal Ro-ro para jusante	9
Reparação de Infraestruturas no Terminal Roll-on Roll-Off	18
Requalificação no Terminal TMS 1	134
Melhoria da Eficiência Energética	55
Lancha de Pilotagem	428
Melhoria do Assinalamento Marítimo	5
Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota)	45
Reabilitação do Edifício dos Cacifos para aprestos marítimos	32
Ordenamento da área envolvente da Doca dos Pescadores	174
Ordenamento do porto de Sesimbra	96
Requalificação do terraplano do Cais 3	2
Requalificação da zona nascente da Doca de Recreio das Fontainhas	18
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	61
Outros Investimentos	222
Equipamento Básico	21
Equipamento Administrativo/Informático	79
Trabalhos para a própria Empresa (TPE'S)	96
Projeto AnNA	7
Outros	19
TOTAL	1.312

Nota : Valores c/IVA Pró-Rata Incluído

Os *Trabalhos para a Própria Empresa* sobre os ativos fixos da empresa têm vindo a apresentar um peso relevante no valor global dos investimentos realizados, representando, aproximadamente, 9% do valor do investimento realizado no exercício de 2014.

Ordenamento da área envolvente da Doca dos Pescadores	7,98
Ordenamento do porto de Sesimbra	8,92
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	1,37
Edifícios e Outras Construções	18,84
Outros ativos tangíveis	5,48
Outros ativos BDPE	71,24
Trabalhos para a própria empresa	113,83

A cobertura financeira dos investimentos realizados em 2014, foi assegurada, na totalidade, por Fundos Próprios gerados pela empresa.

Dos investimentos realizados no exercício de 2014, destacam-se os seguintes:

- **MELHORIA DOS ACESSOS MARÍTIMOS AO PORTO DE SETÚBAL**

Este projeto visa adaptar os acessos marítimos ao porto de Setúbal, colmatando assim o aumento de procura do tráfego contentorizado.

No âmbito deste projeto, e numa primeira fase, foi adjudicada a “*Atualização do Estudo de Mercado e de Viabilidade Económica e Financeira do Projeto de Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal*”, no valor de 38,4 mil euros. Em 2015, realizar-se-ão o estudo de impacte ambiental e o projeto técnico de execução.

- **EXPANSÃO DO TERMINAL RO-RO PARA JUSANTE**

O investimento realizado, em 2014, refere-se à realização de levantamentos topográficos que serviram de apoio ao lançamento do Concurso Público para adjudicação da respetiva empreitada, que terá início em 2015.

- **REPARAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS NO TERMINAL ROLL-ON ROLL-OFF**

Em 2013, no âmbito deste projeto foi adjudicada a empreitada “*Reparação das defensas do Terminal RoRo*”, no valor de 186 mil euros, cuja conclusão ocorreu no início de 2014.

Foram também realizados os trabalhos de “*Recarga da retenção marginal nascente do Terminal AutoEuropa*”, no valor de 10 mil euros.

- **REQUALIFICAÇÃO NO TERMINAL TMS1**

No âmbito da requalificação do terminal TMS1, foram realizados trabalhos de pavimentação que ascenderam ao montante de 120 mil euros.

Foram realizados “*Ensaios geotécnicos na laje do cais das fontainhas, Terminal TMS1*”, no valor de 13 mil euros, pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

- **LANCHA DE PILOTAGEM**

Em 2014, foi entregue a Lancha de Pilotagem “*Baía de Setúbal*”, que visa o reforço do equipamento disponível para a melhoria dos Serviços de Pilotagem do Porto de Setúbal. O valor de aquisição ascendeu a 535 mil euros, tendo sido o investimento realizado em 2013/2014.

- **ORDENAMENTO DA ÁREA ENVOLVENTE DA DOCA DOS PESCADORES**

Este projeto visa o melhoramento da Doca dos Pescadores e áreas envolventes, e entre outros trabalhos, foi adjudicada a empreitada “*Requalificação da área envolvente entre a Docapesca e Edifícios dos Cacifos – 2.ª fase*”, cujo investimento, neste exercício, ascendeu a 145 mil euros.

- **ORDENAMENTO DO PORTO DE SESIMBRA**

No decorrer do ano de 2014 foram realizados diversos investimentos com o objetivo de melhoramento do porto de Sesimbra, destacando-se: - a conclusão da empreitada “*Requalificação do espaço adjacente à EN378 na área poente do Porto de Sesimbra*”; - a execução da empreitada “*Reabilitação da caleira técnica e colocação de defensas no cais de descarga da Docapesca*”; - a empreitada de “*Pavimentação do molhe interior do Porto de Sesimbra*”; - e a “*Requalificação do ancoradouro situado a norte do molhe exterior do Porto de Sesimbra*”.

- **REMODELAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA AUTORIDADE PORTUÁRIA**

A APSS tem vindo a realizar diversos investimentos de manutenção/reabilitação nos seus diversos edifícios de forma a garantir, nomeadamente, níveis satisfatórios de conforto térmico, refletindo-se diretamente na redução de gastos com energia.

O investimento realizado no âmbito deste projeto ascendeu ao montante de 61 mil euros.

- **REQUALIFICAÇÃO DA ZONA NASCENTE DA DOCA DE RECREIO DAS FONTAÍNHAS**

Nos finais de 2014, foi adjudicada a empreitada de “*Reparação da Doca de Recreio das Fontaínhas*”, à empresa Irmãos Cavaco, SA, pelo de valor de 562,5 mil euros.

Este investimento será totalmente suportado por fundos próprios.

3.2 Análise Económico-Financeira

O resultado líquido da APSS, no exercício de 2014, atingiu o montante de 3,98 milhões de euros, registando um acréscimo de 17% (+ 0,6 milhões de euros) face ao ano de 2013.

O resultado operacional registou um acréscimo de 0,7 milhões de euros face a 2013, sendo preponderante no aumento dos resultados antes de impostos, tendo em conta a pouca influência dos resultados financeiros. Após a incidência da carga fiscal, no valor de 1,5 milhões de euros, foi obtido um resultado líquido de 3,98 milhões de euros.

(unidade: mil euros)			
	2014	2013	Var. 14/13
Rendimentos Operacionais	22.411,09	23.221,19	-3%
Serviços Portuários	5.810,53	6.630,84	-12%
Taxas e Licenças	2.055,39	2.134,34	-4%
Concessões	9.909,38	9.784,12	1%
Trabalhos p/Própria Empresa	113,83	98,26	16%
Reversões de Ajustamentos	29,60	31,82	-7%
Subsídios à Exploração	2,11	0,00	100%
Outros Rendimentos	1.789,05	1.840,61	-3%
Subsídios ao Investimento	2.701,19	2.701,19	0%
Gastos Operacionais	17.073,67	18.586,87	-8%
Fornecimentos e Serviços Externos	2.524,29	2.704,10	-7%
Gastos com Pessoal	7.728,98	8.773,56	-12%
Depreciações e Amortizações	5.884,49	5.817,26	1%
Perdas de Imparidade	115,15	231,26	-50%
Provisões	0,00	210,00	-100%
Outros Gastos e Perdas	820,75	850,70	-4%
Resultado Operacional	5.337,42	4.634,32	15%
Rendimentos e Gastos Financeiros	136,00	85,17	60%
Juros e rendimentos similares obtidos	136,00	85,17	60%
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0%
Resultado Antes de Impostos	5.473,42	4.719,49	16%
Imposto sobre o Rendimento	1.491,04	1.315,47	13%
Imposto Corrente	1.342,83	1.193,46	13%
Imposto Diferido	148,22	122,01	21%
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.982,38	3.404,02	17%

Rendimentos Operacionais

Os Rendimentos Operacionais, no exercício de 2014, registaram um decréscimo face aos valores aos obtidos no ano de 2013 (-810 mil euros;-3%), atingindo o montante total de 22,4 milhões de euros.

Da análise ao quadro a seguir apresentado, constata-se que os rendimentos provenientes das Concessões continuam a apresentar um peso importante na estrutura da componente operacional, registando, um acréscimo de 1,3% (+125 mil euros) face a 2013. Por outro lado, o efeito positivo dos rendimentos com Concessões é anulado com o decréscimo verificado nos rendimentos provenientes dos Serviços Portuários (-12,4%;-820 mil euros) e das Taxas e Licenças (-3,7%;-79 mil euros).

O decréscimo nos *Serviços Portuários* resulta da eliminação da TUP Carga (-1,2 milhões de euros) no ano de 2014, decorrente das orientações da Tutela. Em 2012/2013, já se havia registado um decréscimo de 50%+10% da referida tarifa.

Acresce referir que, o impacto desta medida não se revelou mais significativa, tendo em conta o aumento da movimentação portuária no porto de Setúbal, no exercício em análise.

(unidade: mil euros)				
	2014	2013	14/13	%
Serviços Portuários	5.810,52	6.630,84	-820,32	-12,4%
TUP Navio	2.790,71	2.631,46	159,25	6,1%
TUP Carga	0,00	1.194,81	-1.194,81	-100,0%
Taxa Pilotagem	2.894,86	2.684,74	210,13	7,8%
Outras Taxas Portuárias	124,95	119,84	5,12	4,3%
Taxas e Licenças	2.055,39	2.134,34	-78,95	-3,7%
Taxas de Ocupação	1.651,52	1.721,12	-69,60	-4,0%
Licenças Diversas	104,82	111,76	-6,94	-6,2%
Náutica de Recreio	299,05	301,46	-2,41	-0,8%
Concessões	9.909,38	9.784,12	125,26	1,3%
Concessões Portuárias	8.909,19	8.727,42	181,77	2,1%
Concessões Não-Portuárias	1.000,19	1.056,70	-56,51	-5,3%
SERVIÇOS PRESTADOS	17.775,30	18.549,31	-774,01	-4,2%

Os rendimentos com *Taxas e Licenças* registaram uma variação negativa face ao ano de 2013, devido essencialmente à redução de rendimentos provenientes das taxas de ocupação (-4%/-70 mil euros). Este decréscimo resultou, nomeadamente, da revogação de licenças decorrente do encerramento de atividades, reflexo da crise económica dos últimos anos.

Os ganhos com *Concessões* registaram um aumento de 1,3% (+125 mil euros) face ao exercício de 2014, resultante exclusivamente das Concessões de natureza portuária.

As Concessões Portuárias registaram uma variação positiva de 2,1% (+182 mil euros), devido, essencialmente, à:

- *Concessão Multiusos – Zona 1*, com um acréscimo de 9,8% (+190 mil euros), reflexo do aumento da movimentação portuária (+22,4%; +331.122ton). Este aumento deve-se à movimentação de Carga Fracionada com aumento de 33,3%, relativamente ao ano de 2013;
- *Concessão Tanquisado/Eco-Oil*, em termos globais, registou valores superiores aos ocorridos no exercício de 2013 (+31,8%; +48 mil euros), que resultaram da variação positiva do *Gross Tonn (GT)* dos navios movimentados neste terminal. Por outro lado, e no que diz respeito à movimentação de mercadorias, registou-se um decréscimo de 46,1% (-96.212 ton) face a igual período.

As *Concessões não Portuárias* registaram uma quebra de 5,3% (-57 mil euros), comparativamente com o exercício de 2013, justificado, nomeadamente, pela caducidade do contrato de *Concessão Jaime Costa Falca*, e a suspensão da faturação referente à *Concessão Marina Marbelha* devido à revogação do respetivo contrato. Em termos de rendimento, as referidas concessões, ascendiam ao montante de 100 mil euros.

Em 2014, foi negociado um contrato de concessão com a Artesanalpesca, para a exploração de uma unidade de transformação e comercialização de pescado no porto de Sesimbra, cujo rendimento anual é de 34 mil euros.

Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais, no exercício de 2014, atingiram o montante de 17,1 milhões de euros, inferiores em 8% (-1,5 milhões de euros) comparativamente com o exercício anterior. Todas as rubricas contribuíram para este decréscimo, no entanto, destacam-se os gastos com “Fornecimentos e Serviços Externos” e “Gastos com Pessoal”, que registaram reduções de, respetivamente, 7% (-180 mil euros) e 12% (-1,04 milhões de euros).

A diminuição dos gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos*, comparativamente com o ano de 2013, resultou essencialmente das rubricas de *Trabalhos Especializados* (-21%; -106 mil euros) e *Conservação e Reparação* (-38%; -141 mil euros).

A variação registada nos gastos com *Conservação e Reparação*, deve-se, essencialmente, à não realização de dragagens de manutenção no decorrer do ano de 2014.

	(unidade: mil euros)			
	2014	2013	14/13	%
Trabalhos Especializados	408,25	513,77	-105,52	-20,5%
Vigilância e Segurança	260,87	273,87	-13,00	-4,7%
Honorários	33,04	20,04	13,00	64,9%
Conservação e Reparação	231,26	372,36	-141,10	-37,9%
Eletricidade	413,21	433,30	-20,10	-4,6%
Combustíveis	138,17	136,25	1,91	1,4%
Água	429,35	413,73	15,62	3,8%
Deslocações e Estadas	29,21	17,46	11,75	67,3%
Limpeza/Higiene/Conforto	234,24	237,68	-3,44	-1,4%
Outros Fornecimentos e Serviços	346,72	285,64	61,08	21,4%
FSE - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2.524,29	2.704,10	-179,80	-6,6%

Os gastos com pessoal atingiram, no exercício de 2014, o montante de 7,7 milhões de euros, inferiores em 12% (-1,04 milhões de euros) face ao ano de 2013. Esta significativa variação deve-se, essencialmente, às seguintes situações:

- Devido à suspensão do pagamento do subsídio de férias para o ano de 2013 (art.º 29.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro), não foram contabilizados, no ano de 2012, os respetivos gastos, pelo que no ano de 2013, verificou-se o registo do subsídio de férias de 2012 (a pagar em 2013) e do subsídio de férias de 2013 (a pagar em 2014).
- No ano de 2013, registou-se o pagamento de indemnizações aos trabalhadores que optaram pela aposentaçãõ antecipada, cujas negociações decorreram em 2012.

A contínua redução de pessoal na APSS, que atingiu o número de 151 efetivos, a 31 de Dezembro de 2014 (2013: 158 efetivos), também tem reflexos diretos na redução dos gastos com pessoal. No entanto, nalgumas funções e para o seu exercício, torna-se necessário recorrer a trabalho externo.

Neste exercício verificou-se um ligeiro aumento dos gastos com Depreciações e Amortizações em 1%, resultante da conclusão da execução de alguns investimentos.

Os *Gastos com o Pessoal* e as *Depreciações e Amortizações* continuam a representar um significativo peso na globalidade dos Gastos Operacionais, de respetivamente, 45,2% e 34,5% (2013: 47,2% e 31,3%, respetivamente).

Conjuntamente, estas duas rubricas absorveram 60,7% (62,8% em 2013) dos rendimentos operacionais obtidos pela APSS no exercício em análise. Esta variação deve-se ao decréscimo dos gastos com pessoal neste exercício.

Rendimentos e Gastos Financeiros

Os resultados de natureza financeira registaram um aumento de 60% (+51 mil euros). Com a amortização total antecipada do empréstimo bancário negociado junto do Banco BPI, deixaram de existir gastos desta natureza, pelo que os resultados financeiros obtidos resultam somente dos ganhos com a aplicação dos fundos libertos de tesouraria (à data de 31 de Dezembro de 2014, ascendiam ao montante de 20,5 milhões de euros).

No entanto, estes resultados não foram superiores, em virtude das taxas de juro praticadas pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., se revelarem significativamente inferiores às obtidas na banca comercial.

EBITDA

O indicador EBITDA apresenta um acréscimo de 10% face a igual período de 2013, resultante da significativa redução dos Gastos Operacionais (-12%), apesar de se verificar também uma redução ao nível dos rendimentos da mesma natureza. Considerando o efeito das Depreciações/Amortizações e dos Subsídios ao Investimento apura-se, no ano de 2014, um EBIT de 5,3 milhões de euros, superior em 15% ao obtido em 2013.

	(unidade: mil euros)		
	2014	2013	Var. 14/13
Rendimentos Operacionais	19.709,90	20.520,00	-4%
Gastos Operacionais	11.189,18	12.769,62	-12%
EBITDA	8.520,72	7.750,38	10%
Depreciações e Amortizações	-5.884,49	-5.817,26	1%
Subsídios ao Investimento	2.701,19	2.701,19	0%
EBIT	5.337,42	4.634,32	15%

Meios Libertos Líquidos

Os meios libertos, numa ótica operacional, registaram um aumento de 4,6% (+ 322 mil euros) face ao ano de 2013, resultante do acréscimo do Resultado Líquido no ano em análise:

CASH FLOW	2014	2013
Resultados Líquidos	3.982,38	3.404,02
Depreciações e Amortizações	5.884,49	5.817,26
Provisões e Ajustamentos	85,55	409,43
Subsídios ao Investimento	-2.701,19	-2.701,19
	7.251,22	6.929,51

VAB – Valor Acrescentado Bruto

O *Valor Acrescentado Bruto* ascendeu, no exercício em análise, ao montante de 19 milhões de euros, verificando-se um decréscimo de 3,1% (-604 mil euros) face ao ano de 2013.

A obtenção de Resultados Operacionais superiores aos de 2013, em 0,7 milhões de euros, não se revelou suficiente para a melhoria do VAB face ao decréscimo de 1 milhão de euros nos Gastos com Pessoal (-12%).

Apesar do decréscimo do VAB, o indicador do VAB PerCapita sofreu um ligeiro aumento de 0,7%, tendo em conta o contínuo decréscimo do Efetivo Médio, de 159 para 153.

	(unidade: mil euros)	
	2014	2013
Impostos (s/IVA)	11,38	17,19
Gastos c\ Pessoal	7.728,98	8.773,56
Encargos Financeiros	0,00	0,00
Depreciações e Amortizações	5.884,49	5.817,26
Provisões e Ajustamentos	85,55	409,43
Resultados Operacionais	5.337,42	4.634,32
VAB - VALOR ACRESCENTADO BRUTO	19.047,83	19.651,77
Efetivo Médio	153	159
VAB/Efetivo Médio	124,50	123,60

Estrutura de Capitais

A evolução da *Estrutura de Capitais da APSS* conforme se pode analisar através do seguinte quadro, registou algumas variações no exercício de 2014:

(unidade: mil euros)				
ESTRUTURA DE CAPITAIS	2014	%	2013	%
Capitais Próprios	80.518,81	72,6%	78.648,75	70,6%
Passivo Não Corrente	24.800,71	22,4%	27.042,99	24,3%
Passivo Corrente	5.548,64	5,0%	5.667,57	5,1%
	110.868,16	100,0%	111.359,31	100,0%

No exercício de 2014, os *Capitais Próprios* da APSS, registaram uma variação positiva de 1,9 milhões euros, decorrente dos seguintes movimentos:

- Registo de Reservas Legais e Outras, no valor de 2,2 milhões de euros;
- Entrega ao Acionista sob a forma de dividendos, conforme determinado na Assembleia Geral de 5 de Junho de 2014, do valor de 938 mil euros.
- Registo de *Reservas não distribuíveis – Concessões*, no valor de 229 mil euros, em consequência da adoção de uma nova política de contabilização dos bens que revertem dos Concessionários (*ver Nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras*).
- Aumento do Resultado Líquido referente ao ano de 2014, no valor de 578 mil euros;
- Reconhecimento dos Subsídios ao Investimento e respetivos ajustamentos: - 1,17 milhões de euros;

A variação da rubrica do *Passivo Não Corrente* (-2,2 milhões de euros) resulta da ocorrência dos seguintes movimentos:

- Manutenção do pagamento do Fundo de Aposentações do ex. INPP e das pensões vitalícias a colaboradores da APSS;
- Atualização à data de 31 de dezembro de 2014, das responsabilidades da APSS no Fundo de Aposentações do ex. INPP e das pensões vitalícias, que se refletiu num aumento de 66 mil euros;
- Reconhecimento, como rendimento do exercício, dos Subsídios ao Investimento e respetivos ajustamentos, no valor de 1,5 milhões de euros;
- Reconhecimento, no exercício de 2014, dos rendimentos referentes aos Ativos Fixos Tangíveis – Bens a Reverter das Concessionárias, com base na política de contabilização dos Bens a Reverter das Concessionárias (*ver Nota 4 das Notas às Demonstrações Financeiras*).

Em termos globais, a estrutura de capitais (próprios e alheios) da APSS sofreu um decréscimo de 491 mil euros (- 0,44%), comparativamente com o exercício de 2013.

A obtenção de Resultados Líquidos superiores aos obtidos no período homólogo, refletiu-se num ligeiro aumento dos valores dos indicadores de natureza económica e financeira

A redução dos Capitais Alheios continua a ser fundamental na melhoria dos Indicadores Financeiros obtidos no ano de 2014, quando comparados com o ano anterior.

No que respeita ao indicador de prazo médio de recebimentos, registou-se uma melhoria significativa no exercício em análise, reduzindo para os 49 dias.

No caso do prazo médio de pagamentos, não se verificou uma melhoria, mantendo-se os 49 dias, devido, essencialmente, ao não pagamento de faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, que se considera ser indevida, tendo sido apresentada uma reclamação junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, pela qual se aguarda uma decisão.

INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS		2014	2013
ECONÓMICOS			
VAB\ENCARGOS PESSOAL		246,45	223,99
RENT.CAP.PRÓPRIOS	Res.Líquidos/Cap.Próprios	4,95	4,33
RENT.CAP.TOTAIS	Res.Líquidos/(Cap.Próprios+Passivo)	3,59	3,06
EBIT (em milhares de euros)	Res. Operacionais	5.337,42	4.634,32
EBITDA (em milhares de euros)	Res.Operacionais+Amort.+Ajust.+Provisões	8.520,72	7.750,38
MARGEM EBIT	EBIT/Prest.Serviços	30,03	24,98
MARGEM EBITDA	EBITDA/Prest.Serviços	47,94	41,78
FINANCEIROS			
LIQUIDEZ	(Activo Corrente)/(Passivo Corrente)	4,37	3,47
AUTONOMIA FINANCEIRA	Cap.Próprio/Activo Total Líquido	0,73	0,71
SOLVABILIDADE	Cap.Próprio/Passivo Total	2,65	2,40
COBERTURA DO IMOBILIZADO	Cap.Permanentes/Imob. Líquido	1,22	1,16
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS (DIAS)		49 d	60 d
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (conforme Programa Pagar a Tempo e Horas)		49 d	49 d

IV. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA propõe que a aplicação dos Resultados Líquidos apurados, no montante de 3.982.375,93 euros, seja realizada da seguinte forma:

Aplicação de Resultados Líquidos		2014
		3.982.375,93
Reservas não Distribuíveis - Concessões		235.831,77
Reserva de Investimento		3.746.544,16

O valor considerado para Reserva de Investimento é destinado a financiar o investimento em dragagens de primeiro estabelecimento previsto no plano plurianual e no PETI, sem necessidade de recorrer e empréstimos bancários, bem como os restantes investimentos previstos e em curso.



V. Notas Finais

Nestas notas finais, o Conselho de Administração gostaria de agradecer aos clientes, aos municípios e populações locais e às empresas das Comunidades Portuárias de Setúbal e Sesimbra, autoridades, operadores, armadores, concessionários, pescadores, empresas de turismo, entre muitos outros toda a colaboração e bom relacionamento, em especial o empenho pela excelência dos serviços portuários e pelo apoio aos portos.

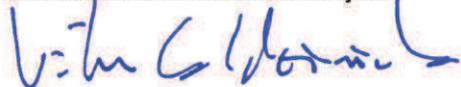
Cumpre-nos ainda registar com apreço, a preciosa colaboração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e anotar a forma como tem vindo a ser acompanhada a atividade da APSS pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, na função de Órgãos de Fiscalização da APSS.

Manifestamos, igualmente, o muito apreço aos trabalhadores da APSS e a todos os trabalhadores dos portos de Setúbal e Sesimbra que, com o seu esforço, dedicação e competência, têm contribuído para um funcionamento mais eficaz e eficiente destas infraestruturas de elevado interesse publico, com impacto económico regional e nacional muito relevante.

Finalmente agradecemos em especial a forma como a APSS tem sido apoiada pela Tutela e pelo Acionista, na sua importante missão.

Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, a 10 de março de 2015.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Vítor Caldeirinha

(Presidente do Conselho de Administração)



Carlos Seixas da Fonseca

(Administrador)

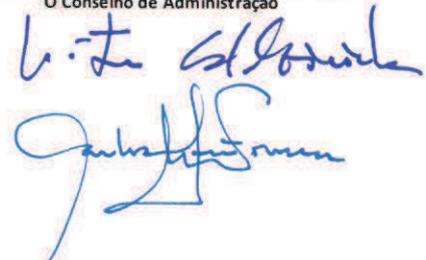
VI. Contas do exercício

RUBRICAS	NOTAS	Unid.: Euros	
		PERÍODOS	
		31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	86.232.328	90.811.899
Clientes M/L Prazo	19	0	451.982
Ativos intangíveis	5	6.713	
Ativos por impostos diferidos	8	363.935	433.540
		86.602.977	91.697.421
Ativo corrente			
Clientes	19	2.615.563	2.901.749
Adiantamentos a fornecedores		590	590
Estado e outros entes públicos	22	34.360	604.655
Outras contas a receber	19	168.658	535.527
Diferimentos	21	101.391	40.435
Caixa e depósitos bancários	25	21.344.623	15.578.933
		24.265.185	19.661.890
Total do Ativo		110.868.162	111.359.311
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado	9	15.100.000	15.100.000
Reservas legais	10	3.190.062	2.849.661
Outras reservas	10	26.601.216	24.705.635
Reservas não distribuíveis - Concessões	10	574.308	344.893
Resultados transitados	10	20.620	20.620
Outras variações no capital próprio	10	31.050.231	32.223.921
		76.536.438	75.244.730
Resultado líquido do período		3.982.376	3.404.015
Total do Capital Próprio		80.518.814	78.648.746
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	340.975	350.975
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	6/16	582.924	609.647
Passivos por impostos diferidos	8	291.466	212.855
Outras Contas a Pagar	20	9.225.312	10.752.815
Diferimentos	21	14.360.032	15.116.700
		24.800.709	27.042.992
Passivo corrente			
Fornecedores	20	698.891	713.011
Estado e outros entes públicos	22	546.063	315.775
Outras contas a pagar	13/20	2.336.899	2.578.026
Diferimentos	21	1.966.787	2.060.761
		5.548.640	5.667.573
Total do Passivo		30.349.349	32.710.565
Total do Capital Próprio e do Passivo		110.868.162	111.359.311

A Diretora Financeira,



O Conselho de Administração



Unid.: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014		2013	
Vendas e Serviços Prestados	27	17.775.299	18.549.309		
Subsídios à Exploração		2.112			
Trabalhos para a própria entidade	4	113.831	98.255		
Fornecimentos e serviços externos	11	-2.524.292	-2.704.096		
Gastos com o pessoal	12/14	-7.728.985	-8.773.560		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	6	-95.550	-199.435		
Provisões (aumentos/reduções)	6	10.000	-210.000		
Outros rendimentos e ganhos	17	1.789.055	1.840.614		
Outros gastos e perdas		-820.751	-850.702		
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8.520.719	7.750.385		
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-5.884.492	-5.817.258		
Subsídios ao Investimento	28	2.701.194	2.701.193		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5.337.421	4.634.321		
Juros e rendimentos similares obtidos	18	136.000	85.167		
Juros e gastos similares suportados	18		0		
Resultados antes de impostos		5.473.421	4.719.487		
Imposto sobre o Rendimento - Corrente	7	-1.342.830	-1.193.457		
Imposto sobre o Rendimento - Diferido	7/8	-148.215	-122.015		
Resultado Líquido do Período		3.982.376	3.404.015		
Resultado líquido do período atribuível a:					
Detentores do capital da empresa-mãe		3.982.376	3.404.015		
Interesses Minoritários					
		3.982.376	3.404.015		
Resultado por ação básico		1,32	1,13		

A Diretora Financeira,



O Conselho de Administração



(unidade: mil euros)			
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimento de Clientes		19.821,91	18.828,65
Pagamentos a Fornecedores		3.009,24	3.094,79
Pagamentos ao Pessoal		7.774,97	7.895,98
Caixa gerada pelas operações		9.037,69	7.837,89
Pagamento/recebimento do Imposto s/Rendimento		843,80	2.461,78
Outros pagamentos/recebimentos		611,78	554,91
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		7.582,12	4.821,19
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		1.232,46	856,66
Ativos Intangíveis		8,07	
Investimentos Financeiros			40,52
Outros Ativos			40,52
Recebimentos Provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		0,44	8,97
Ativos Intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros Ativos			
Subsídios de Investimento			
Juros e Rendimentos Similares		127,64	81,53
Dividendos			
Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)		-1.112,46	-806,69
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de Capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de Prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e Gastos Similares			
Dividendos		703,96	1.852,98
Reduções de Capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		-703,96	-1.852,98
Variação de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)		5.765,69	2.161,52
Efeito das Diferenças de Câmbio			
Caixa e seus equivalentes do início do período		15.578,93	13.417,41
Caixa e seus equivalentes no fim do período		21.344,62	15.578,93

Unid.: Euros

NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital de empresa-mãe											Total Capital Próprio		
	Capital realizado	Ações (quitas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total	Interesses Minoritários
6	15.100.000	0	0	0	2.355.532	22.844.956	20.620	0	0	33.318.537	5.170.708	78.809.992	0	78.809.992
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos, tangíveis e intangíveis e respectivos variações														
Excedentes de revalorização de activos fixos, tangíveis e intangíveis e respectivos variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					494.129,31	2.205.931,79	2.470.646,54			-1.094.615,66	-5.170.707,68	-1.094.615,70		-1.094.615,70
10	0	0	0	0	494.129,31	2.205.931,79	2.470.646,54			-1.094.615,66	-5.170.707,68	-1.094.615,70		-1.094.615,70
7														
8														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
9-7+8														
RESULTADO INTEGRAL														
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições							-2.470.647							-2.470.647
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
10	0	0	0	0	0	0	-2.470.647	0	0	0	-2.470.647	0	0	-2.470.647
6+7+8+10	15.100.000	0	0	0	2.849.661	23.050.887	20.620	0	0	32.223.021	3.404.015	78.648.746	0	78.648.746

Unid.: Euros

NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa											Total do Capital Próprio	
	Capital realizado	Ações (quitas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período		Total
6	15.100.000	0	0	0	2.849.661	25.050.538	20.620	0	31.229.921	3.464.015	78.648.746	0	78.648.746
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adoção de novo referencial contábilístico													0
Alterações de políticas contábilísticas													0
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0
Realização do encerramento de avaliação de ativo fixos tangíveis e intangíveis													0
Excedentes de realização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações													0
Ajustamentos por impostos diferidos													0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					340.401,55	2.124.995,91	938.618,00		4.173.690,06	-3.404.015,45	-1.173.690,05		-1.173.690,05
10	0				340.401,55	2.124.995,91	938.618,00		4.173.690,06	-3.404.015,45	-1.173.690,05		-1.173.690,05
7													
8										3.982.375,92	3.982.375,92		3.982.375,92
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO													
RESULTADO INTEGRAL										578.360,47	2.808.685,87		2.808.685,87
9-7+8													
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Realizações de capital													0
Realizações de prêmios de emissão													0
Distribuições							-938.618				-938.618		-938.618
Entradas para cobertura de perdas													0
Outras operações													0
10	0	0	0	0	0	0	-938.618	0	0	0	-938.618	0	-938.618
6+7+8+10	15.100.000	0	0	0	3.190.062	27.175.534	20.620	0	31.050.231	3.982.376	80.518.814	0	80.518.814

VII. Notas às Demonstrações Financeiras (milhares de Euros)

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (adiante designada por “APSS” ou “Empresa”), foi inicialmente constituída sobre a forma de instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Pelo Decreto-lei n.º 338/98, de 3 de novembro, foi transformada em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, passando a reger-se pelo referido diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da Empresa.

A APSS sucedeu assim automática e globalmente à Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, instituto público, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afeto à APSS os terrenos, terraplenos e molhes de proteção situados dentro da área de jurisdição da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, instituto público, ou com ela confinantes, delimitada pelos contornos e linhas definidos pelos pontos constantes da planta anexa ao referido diploma e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não pode dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Foram desafetados do domínio público do Estado e integrados no património da APSS, todos os equipamentos e edifícios, ainda que implantados sobre terrenos dominiais, afetos à Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, instituto público. A Empresa sucedeu ainda na titularidade de todos os bens, direitos e obrigações do Departamento de Pilotagem de Setúbal do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP). Passou também a constituir património da APSS, os imóveis do INPP afetos ao Departamento de Pilotagem de Setúbal.

A APSS assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento dos dois portos, nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda as atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da Empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;
- b) licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;

- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

Na sua área de jurisdição, só a APSS pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da APSS, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente. A APSS terá de obter parecer prévio das entidades responsáveis pela proteção do ambiente, no que respeita a utilização de edifícios ou de instalações a licenciar, de que possa resultar poluição de qualquer natureza.

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o sector marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária, através do acionamento dos processos de concessão ao sector privado das operações e infraestruturas portuárias, com o conseqüente afastamento da APSS da área operacional (cada vez mais "Landlord Port" e menos "Tool Port") e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de Autoridade Portuária.

Os prazos das concessões são de 10, 20, 25 e 30 anos, conforme o Contrato de Concessão em causa.

A Empresa foi inicialmente constituída com um capital social de 6.501.830,59 Euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 15.100.000,00 Euros (*ver Nota 9*). Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos bens integrados nas contas aquando da sua constituição.

A Empresa tem sede na Praça da República, em Setúbal.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da APSS foram elaboradas de acordo com o referencial contabilístico SNC – Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis (incluindo os bens de domínio público), integrados à data de constituição da Empresa (*ver Nota 1*), foram subsequentemente registados com base em avaliação patrimonial efetuada

em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de Dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”. Os bens adquiridos posteriormente à data de constituição da Empresa encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor e respetivas despesas de compra.

As reparações que se estimam aumentar a vida útil dos bens que lhe estão subjacentes, são registadas em Ativos Fixos Tangíveis; as restantes são registadas em custos do exercício em que são efetuadas.

Depreciações

Todas as depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir do ano de aquisição do respetivo bem (*Ver Nota 4*).

As taxas utilizadas são as estimadas para a vida útil económica dos bens, as quais se enquadram nos limites previstos no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de Setembro.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Edifícios e Outras Construções	2% - 5% - 10%
Equipamento Básico	12,5%
Equipamento Transporte	25%
Equipamento Administrativo	12,5% - 15% - 20% - 25% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 12,5% - 20%

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - BDPE	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Edifícios e Outras Construções	4% - 5% - 8,33% - 10%

b) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis são constituídos, essencialmente, por projetos de desenvolvimento e encontram-se registados ao custo de aquisição. Os Ativos Intangíveis em Curso referem-se aos projetos em fase de implementação/desenvolvimento.

O método de amortização utilizado para os ativos intangíveis é o das quotas constantes, com efeitos a partir da data de aquisição ou do momento em que se encontram disponíveis para uso.

A taxa de amortização considerada para os Projetos de Desenvolvimento é de 33,33%.

c) Contas a Receber de Clientes e Outros Devedores

As Contas a receber de Clientes e Outros Devedores são registadas ao justo valor, deduzidas das respetivas perdas de imparidade.

A imparidade das contas a receber foi reconhecida quando se verificou uma evidência objetiva do não recebimento das dívidas.

O valor da perda por imparidade corresponde à totalidade do valor em dívida. O valor da perda por imparidade é reconhecido na demonstração de resultados.

d) Subsídios ao investimento

De acordo com a NCRF 22, os subsídios recebidos a fundo perdido para o financiamento de Ativos Fixos Tangíveis, são contabilizados quando existe confirmação do valor a receber, sendo os mesmos registados em Capitais Próprios e posteriormente reconhecidos como proveitos ao longo da vida útil estimada dos bens que lhes estão subjacentes, em consonância com as correspondentes amortizações (*ver Nota 28*). Em 2013, em resultado de um novo entendimento por parte da Comissão de Normalização Contabilística, o reconhecimento dos subsídios ao investimento em Capitais Próprios não gera o reconhecimento de passivos por impostos diferidos, ou seja, como a quantia escriturada dos ativos com que os subsídios se relacionam é igual à base fiscal desse ativo (NCRF 25), não existe qualquer diferença temporária tributável, logo, não há lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por impostos diferidos. Contudo, o impacto da tributação futura dos subsídios encontra-se registado na rubrica de Outros Credores (Corrente e Não Corrente), por contrapartida da rubrica de Outras Variações do Capital Próprio (*ver Nota 20*).

e) Benefícios Pós-Emprego

- Nos termos do artigo n.º 17 do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, a APSS ficou obrigada a contribuir, em conjunto com as outras Administrações, para a manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Decreto-Lei n.º 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex. departamento de pilotagem.

Para o financiamento destas responsabilidades, as quais são avaliadas por estudo atuarial efetuado anualmente por entidade independente, foi constituída uma provisão, a qual se encontra registada na rubrica de Benefícios Pós-Emprego (*ver Notas 6 e 16*).

- Decorrente de acidentes em serviço que, resultam numa incapacidade permanente absoluta para o exercício das respetivas funções, é determinado pela Caixa Geral de Aposentações o valor anual da pensão vitalícia a pagar aos trabalhadores. Conforme determina o art.º 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, o pagamento de pensões vitalícias é encargo da APSS, por se tratar de um organismo com autonomia administrativa e financeira.

Com vista à cobertura deste tipo de encargos foi constituída uma provisão, com base no estudo atuarial realizado por entidade independente, que se encontra registada na rubrica de Benefícios Pós-Emprego (*ver Notas 6 e 16*).

A APSS adota como política contabilística para reconhecimento das suas responsabilidades com pensões de reforma, os critérios consagrados na Norma NCRF 28 – Benefícios dos Empregados.

Os ganhos e perdas atuariais são registados na rubrica de Gastos com Pessoal.

f) Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o Rendimento (IRC) é apurado tendo em consideração as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).

Para o apuramento dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos, a Empresa adota o disposto na NCRF 25.

g) Passivos e dispêndios de carácter ambiental

A empresa adota como política contabilística para o reconhecimento dos dispêndios de carácter ambiental, os critérios consagrados pela norma NCRF 26 (*ver Nota 23*).

h) Provisões

São constituídas provisões sempre que a APSS tenha uma obrigação presente resultante de acontecimentos passados e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação.

i) Rédito

O Rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, líquido de impostos e eventuais descontos.

j) Estimativas

Não existem estimativas significativas passíveis de originar ajustamentos materiais

l) Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a Administração Portuária no final dos respetivos contratos

As Administrações Portuárias acordaram a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. Sempre que um contrato de concessão incluir condição que implique o pagamento de montante relativo à reversão de bens, essa condição dará lugar ao reconhecimento de passivo pela parte relativa à obrigação no momento em que esta se torne certa. A decisão teve em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística datado de 3 de Janeiro de 2012 e o princípio do custo-benefício na preparação das demonstrações financeiras, em particular a minimização de custos na identificação e mensuração de ativos e a objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

- Registo contabilístico

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível será reconhecido na conta 445 – Concessões – Bens a reverter (esta conta poderá ser subdividida em 4451 – Concessões – Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 – Concessões – Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível será reconhecido em subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo deverá ser amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no capital próprio – Concessões.

- Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

Foi efetuado um levantamento de todos os contratos de serviço público e de uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária cujos bens, adquiridos ou construídos pelo concessionário, revertem gratuitamente para a APSS no termo dos respetivos contratos de concessão, tendo sido registados aqueles que se enquadravam na política adotada (*ver Nota 4*).

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 – Movimentos ocorridos no exercício

(unidade: mil euros)

ATIVOS TANGÍVEIS	EDIFÍCIOS E OUT. CONSTRUÇÕES	EQUIP. BÁSICO	EQUIPAMENTO TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUT.ATIVOS FIXOS	ATIVOS EM CURSO	BDPE - EDIFÍCIOS E OUT. CONST.	TOTAL
1 DE JANEIRO DE 2013								
Valor de Aquisição	34.926,54	2.198,08	688,51	3.842,62	1.835,18	156,97	122.843,29	166.491,19
Depreciações Acumuladas	8.377,08	2.127,22	688,51	3.796,57	1.653,83	0,00	54.198,95	70.842,17
Valor Líquido	26.549,46	70,85	0,00	46,05	181,35	156,97	68.644,34	95.649,02
31 DE DEZEMBRO DE 2013								
Aquisições	122,00	4,60	88,69	20,33	24,61	636,09	83,82	980,14
Alienações/Abates	0,81	0,00	64,05	10,84	0,59	0,00	0,00	76,29
Transferências	129,39	0,00	0,00	70,42	0,00	-280,45	80,65	0,00
Depreciação do Exercício	1.264,71	18,99	-58,51	23,11	45,02	0,00	4.448,45	5.741,78
VALOR LÍQUIDO A 31/12/ 2013	25.535,32	56,47	83,15	102,84	160,35	512,61	64.360,35	90.811,09
31 DE DEZEMBRO DE 2013								
Valor de Aquisição	35.177,12	2.202,68	713,15	3.922,53	1.859,20	512,61	123.007,75	167.395,03
Depreciações Acumuladas	9.640,99	2.146,21	630,00	3.819,68	1.698,85	0,00	58.647,40	76.583,14
Valor Líquido	25.536,13	56,47	83,15	102,84	160,35	512,61	64.360,35	90.811,90
31 DE DEZEMBRO DE 2014								
Valor Líquido a 1 de Janeiro de 2014	25.536,13	56,47	83,15	102,84	160,35	512,61	64.360,35	90.811,90
Aquisições	77,49	20,15	0,00	82,80	46,81	820,08	257,58	1.304,92
Alienações/Abates	0,00	0,00	0,00	0,95	1,50	0,00	0,00	2,45
Transferências	12,01	535,03	0,00	0,00	0,00	-888,18	341,14	0,00
Depreciação do Exercício	1.270,36	19,39	22,17	64,49	40,82	0,00	4.464,81	5.882,04
VALOR LÍQUIDO A 31/12/2014	24.355,28	592,25	60,97	120,20	164,85	444,51	60.494,26	86.232,33
31 DE DEZEMBRO DE 2014								
Valor de Aquisição	35.266,62	2.757,86	713,15	4.004,37	1.904,52	444,51	123.606,47	168.697,51
Depreciações Acumuladas	10.911,35	2.165,61	652,17	3.884,17	1.739,67	0,00	63.112,22	82.465,18
Valor Líquido	24.355,28	592,25	60,97	120,20	164,85	444,51	60.494,26	86.232,33

No final do ano de 2014, os Ativos Fixos Tangíveis em Curso totalizavam o valor de 444,51 mil euros, referentes a trabalhos preparatórios realizados com vista à execução das respetivas empreitadas, cuja conclusão decorrerá ao longo do ano de 2015, respeitam essencialmente aos projetos “Reparação da Doca de Recreio das Fontainhas”, “Reabilitação do Edifício Mercado de 2.ª Venda – ex. Lota” e “Requalificação da área entre da Doca dos Pescadores e o Edifício dos Cacifos”.

4.2. Trabalhos para a própria empresa

Os Trabalhos para a própria empresa são realizados sobre os bens do Ativo Fixo e são valorizados de acordo com os gastos de mão-de-obra e materiais utilizados (*ver pag.46 do relatório*).

4.3. Garantias

Não foram dados quaisquer ativos tangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias e/ou outras.

4.4. Bens a Reverter dos Concessionários – Edifícios e Outras Construções

O detalhe das concessões incluídas nas demonstrações financeiras da APSS, resultante da adoção da política contabilística referida na Nota 3., é como se segue:

(unidade: mil euros)

EDIFÍCIOS E OUT. CONSTRUÇÕES	CONCESSÃO TEPORSET	CONCESSÃO ATLANTIC FERRIES	TOTAL
1 DE JANEIRO DE 2013			
Valor de Aquisição	12.492,58	5.578,70	18.071,27
Depreciações Acumuladas	270,67	688,20	958,87
Valor Líquido	12.221,91	4.890,50	17.112,40
31 DE DEZEMBRO DE 2013			
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do Exercício	249,85	185,96	435,81
VALOR LÍQUIDO A 31/12/ 2013	11.972,05	4.704,54	16.676,59
31 DE DEZEMBRO DE 2013			
Valor de Aquisição	12.492,58	5.578,70	18.071,27
Depreciações Acumuladas	520,52	874,15	1.394,68
Valor Líquido	11.972,05	4.704,54	16.676,59
31 DE DEZEMBRO DE 2014			
Valor Líquido a 1 de Janeiro de 2014	11.972,05	4.704,54	16.676,59
Aquisições	0,00	0,00	0,00
Depreciação do Exercício	249,85	185,96	435,81
VALOR LÍQUIDO A 31/12/2014	11.722,20	4.518,58	16.240,79
31 DE DEZEMBRO DE 2014			
Valor de Aquisição	12.492,58	5.578,70	18.071,27
Depreciações Acumuladas	770,38	1.060,11	1.830,49
Valor Líquido	11.722,20	4.518,58	16.240,79

Estas duas concessões, Teporset e Atlantic Ferries, foram as únicas que se enquadravam na política contabilística adotada.

Com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 não ocorreram adições de bens reversíveis destas concessões registadas nas contas do concedente.

No quadro seguinte é apresentado um resumo dos contratos de concessão respetivos:

CONCESSÃO TEPORSET		CONCESSÃO ATLANTIC FERRIES
Tipo de Concessão	Uso Privativo	Serviço Público
Concessionário	Teporset, SA	Atlantic Ferries, SA
Objeto	Construção e exploração de uma unidade industrial de moagem de clínquer para fabricação de cimento e respectivo cais de uso privativo para recepção por via marítima do clínquer e outros produtos destinados à unidade industrial e expedição por via marítima e terrestre do cimento da sua fabricação.	Transporte Fluvial de passageiros, veículos ligeiros e pesados e de mercadorias, entre Setúbal e a Península de Tróia.
Data de início	01-01-2011	09-10-2007
Prazo	25 anos	15 + 10 anos
Reversão	Gratuita e imediata no final do prazo. Excluem-se instalações desmontáveis.	Gratuita e imediata no final do prazo. Com indemnização os bens que não se encontrem amortizados, desde que a vida útil tenha sido fixada com o acordo da Concedente.
Bens registados	Cais de acostagem	Cais, Pontões e Rampas
Valor inicial	12.493 mil €	5.579 mil €
Vida útil	50 anos	30 anos

Apresenta-se, no quadro seguinte, as restantes concessões que não qualificam para registo de acordo com a política contabilística, conforme motivo aí referido:

Concessão	Concessionária	Data de início	Prazo	Motivo pelo qual os ativos não foram objeto de registo
Concessões de Serviço Público				
Terminal Multiusos Zona 1	Tersado, SA	22-11-2004	20 + 10 anos	
Terminal Multiusos Zona 2	Sadoport, SA	22-11-2004	20 + 10 anos	
Terminal Portuário SAPEC	Sapac Terminais Portuários, SA	30-06-1995	25 anos	
Terminal de Granéis Líquidos do porto de Setúbal	Sapac Terminais Portuários, SA	12-06-2003	25 anos	
Marina para apoio à navegação e abrigo portuário de embarcações de recreio, bem como de instalações e serviços de apoio de natureza comercial, turística, cultural e desportiva e de animação a ela afectas	Marina de Tróia, SA	01-08-2008	50 anos	X
Exploração do porto de pesca de Sesimbra	Docapesca Portos e Lotas, SA	08-07-1994	25 anos	
Exploração do porto de pesca de Setúbal	Docapesca Portos e Lotas, SA	08-06-1994	25 anos	
Concessões e Licenças de Uso Privativo				
Terminal Secil-Outão	Secil	18-03-2005	30 anos	
Terminal Tanquisado/Eco-oil	Tanquisado, S.A. Eco Oil, S.A.	10-12-1992	25 anos	
Terminal Uralada	Uralada Portugal, SA	01-01-2004	12 anos	
Terminal Praias do Sado	Almina, SA/EDP, SA/Somincor, SA	01-01-1996	30 anos	
Direito de Uso Privativo de uma Parcela do Domínio Público do Estado - Edifício Sede	Clube Naval de Sesimbra	13-05-2004	30 anos	X
Direito de Uso Privativo de uma Parcela do Domínio Público do Estado - Porto de Recreio	Clube Naval de Sesimbra	12-09-2003	30 anos	X

5. ACTIVOS INTANGÍVEIS

(unidade: mil euros)

ATIVOS INTANGÍVEIS	PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	ATIVOS EM CURSO	TOTAL
31 DE DEZEMBRO DE 2013			
Valor de Aquisição	0,00	0,00	0,00
Depreciações Acumuladas	0,00	0,00	0,00
Valor Líquido	0,00	0,00	0,00
31 DE DEZEMBRO DE 2014			
Valor Líquido a 1 de Janeiro de 2014	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	6,71	6,71
Alienações/Abates	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00
Depreciação do Exercício	0,00	0,00	0,00
VALOR LÍQUIDO A 31/12/2014	0,00	6,71	6,71
31 DE DEZEMBRO DE 2014			
Valor de Aquisição	0,00	6,71	6,71
Depreciações Acumuladas	0,00	0,00	0,00
Valor Líquido	0,00	6,71	6,71

O investimento registado, no presente exercício, como ativo intangível (em curso) diz unicamente respeito ao projeto de investimento AnNA.

O projeto de investimento AnNA (*Advanced National Networks for Administrations*) tem como objetivo o desenvolvimento de um “Master Plan” para a implementação da Diretiva 2010/65/EU, de 20 de Outubro, relativa às formalidades de declaração exigidas aos navios à chegada e /ou partida dos portos dos Estados-Membros.

Este projeto de investimento está a ser desenvolvido em colaboração com o IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP e as restantes Administrações Portuárias.

6. PROVISÕES, PERDAS POR IMPARIDADE E OUTROS

(unidade: mil euros)

AJUSTAMENTOS	SALDO A 01/01/2013	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO A 31/12/2013	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO A 31/12/2014
DÍVIDAS DE TERCEIROS							
Clientes de Cobrança Duvidosa	940,16	231,88	32,45	1.139,59	115,15	19,60	1.235,14
Outros Devedores C/P	958,22			958,22			958,22
TOTAL	1.898,38	231,88	32,45	2.097,81	115,15	19,60	2.193,36

(unidade: mil euros)

PROVISÕES/OUTROS	SALDO A 01/01/2013	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO A 31/12/2013	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO A 31/12/2014
298 - Outras Provisões							
Transado (Custos c/Pessoal)	140,97			140,97			140,97
Processos Judiciais		210,00		210,00		10,00	200,00
273 - Benefícios Pós-Emprego							
Fundo de Aposentações do ex.INPP	484,08	60,29	78,13	466,25	54,86	78,13	442,98
Renda Vitalícia	143,20	14,42	14,22	143,40	10,82	14,27	139,94
TOTAL	768,25	284,71	92,35	960,62	65,68	102,40	923,90

Responsabilidades de Benefícios Pós-Emprego

As responsabilidades de Benefícios Pós-Emprego respeitam:

- encargos associados ao Fundo de Aposentação do ex. INPP da responsabilidade da APSS, quantificados através do Estudo Atuarial, realizado por entidade independente, reportado a 31 de dezembro de 2014.
- responsabilidade com o pagamento de duas pensões vitalícias a trabalhadores, resultante de sinistros ocorridos ao serviço da APSS e, devidamente suportada por um Estudo Atuarial realizado por entidade independente.

Outras Provisões

Visam cobrir as responsabilidades com os encargos sobre as remunerações em atraso dos ex. Trabalhadores da Transado, SA, existentes à data em que a APSS assumiu a gestão do serviço público da travessia do Sado, em meados de dezembro de 2006.

A provisão, no valor de 200 mil euros, visa cobrir o risco existente no pedido de indemnização relativo a alegadas deficiências de equipamentos de movimentação vertical transferidos pela APSS, em 2004, no âmbito de uma concessão.

7. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) é efetuado com base em declarações de autoliquidação, que ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Contudo, no caso de serem apresentados prejuízos fiscais, estas podem ser sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais por um período de 10 anos. Os prejuízos fiscais apurados até ao exercício de 2009 (inclusive) podem ser deduzidos aos lucros fiscais nos 6 anos seguintes. Nos anos de 2010 e 2011, a possibilidade de recuperação de prejuízos fiscais é de apenas de 4 anos. Para os anos de 2012 e 2013, o período de dedução dos prejuízos fiscais aumentou para 5 anos. Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos. Esta dedução está limitada a 70% do respetivo lucro tributável. No entanto, a APSS não tem quaisquer prejuízos fiscais por utilizar.

No exercício de 2014, foi apurado imposto corrente no valor de 1.342,83 mil euros. Neste valor está incluída a verba de 9,72 mil euros que corresponde à tributação autónoma apurada pela aplicação, a alguns custos do exercício, das taxas previstas no art.º 88.º do CIRC.

Foi aplicada a taxa de 17% aos primeiros 15 mil euros de matéria coletável e ao remanescente a taxa de 23%, conforme previsto no números 2 e 1, respetivamente, do artigo 87.º do CIRC alterado pelo artigo 2.º da Lei 2/2014 de 16 de Janeiro.

Para o apuramento das taxas nominal e efetiva do imposto, para além da derrama, também foi tido em conta a derrama estadual de 3% sobre a parte dos lucros tributáveis que excederam os 1,5 milhões de euros, conforme previsto no art.º 87.º-A do CIRC alterado pelo artigo 2.º da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro.

A taxa efetiva de imposto, no exercício, é de 27,24%, e encontra-se acima da taxa nominal de 26,58%.

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o resultado tributável e entre o imposto corrente e o imposto do exercício sobre o rendimento é como segue:

(unidade: mil euros)		
RECONCILIAÇÃO DA TAXA DE IMPOSTO	2014	2013
Resultado Antes de Impostos	5.473,42	4.719,49
Variação Patrimonial Positiva		
Variação Patrimonial Negativa	-65,89	-65,89
Taxa nominal de imposto	26,58%	28,46%
	1.437,57	1.324,58
Diferenças permanentes a acrescentar (i)	153,58	187,42
Diferenças permanentes a deduzir (i)	-258,05	-276,26
Utilização de Imposto Diferido	179,72	185,79
Tributação Autónoma	9,72	8,38
Reconhecimento de imposto diferido	-31,50	-63,77
		-50,66
Imposto sobre o Rendimento	1.491,04	1.315,47
Imposto Corrente	1.342,83	1.193,46
Imposto Diferido do Exercício	148,21	122,01

(unidade: mil euros)			
2014			
A Acrescer		A Deduzir	
Gastos de benefícios de cessação de emprego	65,68	Pagam. de benefícios de cessação de emprego	92,40
Realizações de utilidade social	12,32	Reversão de perdas de imparidade tributadas	110,84
Multas, coimas, juros e outras infrações	0,01	Reversão de provisões tributadas	10,00
50% dif. positiva entre mais e menos valias fiscais	0,10	Mais-valias contabilísticas	0,20
Donativos não previstos ou além dos limites legais	0,90	Excesso de Estimativa de Imposto	0,00
Perdas por imparidades em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além do limite	62,90	Benefícios fiscais	
Provisões não dedutíveis	0,00		0,58
Concessões (Amortizações de Bens)	435,81	Concessões (Rendimentos)	756,67
	577,72		970,69
	26,58%		26,58%
	153,58		258,05

8. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Os movimentos nos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos foram os seguintes:

(unidade: mil euros)					
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	Dividas a Receber	Provisões e Outros	1.ª Adopção do SNC	Ajustamentos acima limite legal	TOTAL
Em 1 de Janeiro de 2013	194,14	218,95	34,92	32,16	480,17
Reconhecimento		22,45		31,68	54,13
Alt. Taxa de Imposto (de 28,5% para 26,5%)	13,62	15,37		0,18	29,16
Utilização		24,47	17,46	29,66	71,60
Em 31 de Dezembro de 2013	180,52	201,56	17,46	34,00	433,54
Reconhecimento		16,09		15,41	31,50
Alt. Taxa de Imposto (de 26,5% para 24,5%)	13,62	15,21		2,39	31,23
Utilização		25,09	17,46	27,33	69,88
Em 31 de Dezembro de 2014	166,89	177,36	0,00	19,69	363,94

A taxa de imposto utilizada, em 2013, para determinação dos impostos diferidos ativos e passivos foi de 26,5%, no entanto, face à alteração da taxa de IRC para 21%, a vigorar em 2015, foi efetuado um ajuste da taxa de imposto para 24,5%. O ajuste efetuado foi refletido nos resultados do exercício.

Todos os reconhecimentos e/ou utilizações efetuados ao nível dos Ativos Por Impostos Diferidos serão refletidos em termos de resultados.

Os movimentos referentes a Passivos por Impostos Diferidos serão registados na conta 2742 – Passivos por Impostos Diferidos por contrapartida da 8122 – Impostos sobre Rendimento – Diferido.

(unidade: mil euros)	
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	Bens a Reverter dos Concessionários
Em 1 de Janeiro de 2013	137,47
Reconhecimento	85,03
Utilização	9,65
Em 31 de Dezembro de 2013	212,86
Reconhecimento	78,61
Utilização	0,00
Em 31 de Dezembro de 2014	291,47

9. CAPITAL SOCIAL

Conforme previsto no artigo 10.º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro (ver Nota 1), o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em 6.501.830,59 euros.

Subsequentemente, o capital passou para 14.000.000,00 euros, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efetuada em 1999, conforme Despacho n.º 96/2001 da Inspeção-Geral das Finanças.

Em 5 de maio de 2010, por Deliberação Social Unânime por Escrito, foi aprovado o aumento do capital social no valor de 1.100.000 euros, passando o mesmo para 15.100.000,00 euros.

O capital social, que se encontra totalmente subscrito e realizado, é detido exclusivamente pelo Estado Português - Direção Geral do Tesouro e das Finanças.

O capital social atual, no montante de 15.100.000,00 euros, é constituído por 3.020.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada. As ações são nominativas e revestem a forma escritural.

10. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS

(unidade: mil euros)

MOVIMENTO RUBRICAS CAPITAL PRÓPRIO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Capital	15.100,00			15.100,00
Reservas Legais	2.849,66	340,40		3.190,06
Outras Reservas	24.705,63	1.895,58		26.601,22
Reservas não distribuíveis	344,89	229,41		574,31
Resultados Transitados	20,62			20,62
Out. Variações do Capital Próprio	32.223,92		1.173,69	31.050,23
Resultados Líquidos	3.404,02	3.982,38	3.404,02	3.982,38

Reservas Legais

De acordo com o artigo 17.º dos Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para Reserva Legal, no mínimo 10% do lucro do exercício até que seja atingido pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não se encontra disponível para distribuição, apenas podendo ser utilizada para aumentar capital ou para compensar prejuízos.

No ano de 2013 foi ultrapassado o valor mínimo de 20% exigido legalmente, pelo que não serão efetuadas mais transferências para Reservas Legais.

Reservas não distribuíveis

O valor aqui registado resulta da aplicação da política contabilística conforme situação descrita na Nota 3 l), correspondendo à diferença entre a amortização/depreciação dos ativos tangíveis associados às Concessões e o respetivo rendimento do período (líquido de impostos), incluída nos resultados líquidos anuais, e transferida, no período imediatamente seguinte para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões.

Resultados Líquidos

O Resultado Líquido do Exercício de 2013, conforme deliberação em Assembleia Geral datada de 5 de junho de 2014, foi distribuído da seguinte forma:

(unidade: mil euros)	
DESCRIÇÃO	VALOR
Reservas Legais - 10%	340,40
Outras Reservas - Reserva de Investimento	1.895,58
Reservas não Distribuíveis - Concessões	229,41
Distribuição de Dividendos	938,62
TOTAL	3.404,02

Outras Variações do Capital Próprio

Os subsídios ao investimento reconhecidos inicialmente em capital próprio são transferidos para resultados durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado.

Paralelamente são registados os respetivos ajustamentos dos Subsídios, relacionados com a tributação futura, por contrapartida de Outras Contas a Pagar (*Ver Nota 3 d*)).

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(unidade: mil euros)		
Fornecimentos e Serviços Externos	2014	2013
Serviços Especializados	1.016,55	1.240,47
Materiais	35,53	45,74
Energia e Fluídos	985,58	988,04
Deslocações, Estadas e Transportes	47,85	36,19
Serviços Diversos	438,77	393,66
TOTAIS	2.524,29	2.704,10

12. GASTOS COM PESSOAL

(unidade: mil euros)		
GASTOS COM PESSOAL	2014	2013
Remunerações dos Órgãos Sociais	189,72	193,82
Remunerações do Pessoal	5.792,57	6.372,70
Benefícios Pós-Emprego	87,48	80,16
Indemnizações	0,00	493,13
Encargos sobre Remunerações	1.400,87	1.449,24
Seguros Acid. Trabalho e Doenças Prof.	87,48	62,66
Gastos de Acção Social	43,54	44,90
Outros Gastos com Pessoal	127,33	76,95
TOTAIS	7.728,98	8.773,56

Os gastos com pessoal registaram uma significativa redução face a 2013 devido, nomeadamente:

- Pagamento do subsídio de férias, referente ao ano de 2012, e subsídio de natal no ano de 2013, (Declaração pelo Tribunal Constitucional da inconstitucionalidade do art.º 29.º da Lei n.º 66-B/20112, de 31 de dezembro quanto ao subsídio de férias e art.º 28.º do mesmo diploma quanto ao subsídio de Natal);
- Inexistência de gastos com Indemnizações no ano de 2014.
- A saída de trabalhadores nos últimos anos, começa a ter efeitos na generalidade dos gastos com pessoal, com uma significativa redução dos mesmos.

A contribuição mensal da APSS, SA para a ADSE passou, a partir de 1 de agosto de 2014, de 2,25% para 1,25% das remunerações sujeitas a desconto para a CGA, IP dos respetivos trabalhadores beneficiários titulares da ADSE.

Neste exercício, as contribuições para a CGA, IP sofreram um acréscimo tendo passado de 20% para 23,75%.

13. SALDOS A PAGAR AO PESSOAL

(unidade: mil euros)		
DÉBITOS AO PESSOAL	31.12.2014	31.12.2013
Mês de Férias e Subsídio de Férias	992,52	973,04
Indemnizações		190,94
TOTAL	992,52	1.163,98

14. VOLUME DE EMPREGO

À data de 31 de dezembro de 2014, o número de empregados ao serviço da Empresa foi de 151 (2013: 158 empregados) e apresentava a seguinte distribuição:

PESSOAL	APSS
QUADRO	150
Com Contrato Permanente	150
ALÉM QUADRO	1
TOTAL	151

15. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais da APSS, SA, para o triénio 2013-2015, foram eleitos pelo Estado através de Deliberação Social Unânime por Escrito, ao abrigo do disposto no nº 1 do artº 54º do Código das Sociedades Comerciais, em 22 de fevereiro de 2013, que também fixou o respetivo estatuto remuneratório, nos termos identificados nos quadros infra:

A) Conselho de Administração

Nome/Cargo	(unidade: euros)				
	Remunerações Principais			Remunerações Acessórias	
	Rem. Base (valor mensal)	Subsídio Férias	Subsídio Natal	Desp. Repres. (valor mensal)	Subs. Refeição (valor dia útil)
Vitor Manuel Ramos Caldeirinha, Presidente	4.578,20	4.578,20	4.578,20	1.831,28	4,27
Carlos Manuel Seixas da Fonseca, Administrador	3.662,56	3.662,56	3.662,56	1.465,02	4,27

Nota: A estes valores ilíquidos foram aplicadas as reduções previstas no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho. Mais foi observado o estabelecido no ponto 8 da DUE de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais da APSS, SA

Os membros do Conselho de Administração beneficiam de um seguro de saúde tal como os restantes colaboradores da empresa. Ambos são subscritores da CGA e beneficiários da ADSE.

Para o mandato 2013/2015, ainda não foram assinados os respetivos Contratos de Gestão. No entanto, e conforme solicitado pelo Acionista foram definidos e enviados os Objetivos de Gestão para o referido mandato, mensuráveis através de um conjunto de indicadores. De acordo com o art.º 41.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, no exercício de 2014, não foram pagos quaisquer prémios de gestão ou remunerações variáveis.

Não existem planos complementares de reforma de que sejam beneficiários os membros do Conselho de Administração.

B) Órgãos de Fiscalização

Os estatutos da APSS, SA foram alterados em fevereiro de 2013 competindo a fiscalização da sociedade a um Conselho Fiscal com três membros.

Um dos vogais efetivos e o vogal suplente são obrigatoriamente revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

(unidade: euros)

Nome/Cargo	Rem. Base (mensal)	Subsídio Férias	Subsídio Natal
Teresa Isabel Carvalho Costa (Presidente)	1.281,90	1.281,90	1.281,90
Sara Alexandra Ribeiro P. S. Duarte Ambrósio (Vogal) Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC	961,42	961,42	961,42

Nota: Foi considerado o disposto no ponto 8 da DUE de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais da APSS, SA

(unidade: euros)

Nome/Cargo	Honorários (s/IVA)	Periodicidade
Pricewaterhousecoopers & Associados - SROC, Lda, Efectivo Representada por: Efetivo: - José Pereira Alves Suplente: - José Manuel Henriques Bernardo	3.816,25	Trimestral

C) Mesa da Assembleia Geral

(unidade: euros)

Nome/Cargo	Senhas de Presença (por Assemb. Geral)
Presidente *	500,00
Pedro Manuel Mota C. Grilo, Secretário	350,00

* O cargo de Presidente encontra-se vago. Foi considerado o disposto no ponto 8 da DUE de 22 de fevereiro de 2013 que fixou o estatuto remuneratório dos órgãos sociais da APSS, SA

16. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO**16.1 - Fundo de Aposentações do ex- INPP**

Conforme referido na Nota 3. e), a Empresa é responsável pela manutenção do fundo de aposentações do INPP - Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos, criado pelo Decreto-Lei n.º 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex. departamento de pilotagem.

As responsabilidades acumuladas, apuradas no estudo atuarial efetuado por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2014, e os pressupostos utilizados foram os seguintes:

(unidade: mil euros)

Responsabilidades por Serviços Passados	2014	2013
Saldo Inicial	466,25	484,08
Custo Financeiro	9,61	13,35
(Ganhos) e Perdas Atuariais	45,25	46,94
Pagamentos efetuados no exercício	-78,13	-78,13
Saldo Final	442,98	466,25
Provisão em Balanço (Ver Nota 6.)	442,98	466,25
Percentagem de Cobertura da Provisão	100%	100%
TÁBUAS DE MORTALIDADE	TV 88-90	TV 88-90
TAXA DE DESCONTO	1,00%	2,25%
TAXA DE CRESCIMENTO PENSÕES	1,00%	1,75%

A atualização das responsabilidades futuras da APSS, à data de 31 de dezembro de 2014, foi registada a débito na rubrica de custos com pessoal, pelo seu valor líquido.

16.2 – Acidentes de Trabalhos – Pensões Vitalícias

Conforme disposto no art.º 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, os encargos resultantes dos acidentes de serviço são da responsabilidade da APSS (ver Nota 3. e).

No ano de 2012, foi reconhecida uma nova responsabilidade decorrente de um acidente de serviço de um trabalhador da CGA. Assim, à data de 31 de Dezembro de 2014, a APSS é responsável pelo pagamento futuro de duas pensões vitalícias.

O valor da Provisão constituída resulta de estudo atuarial elaborado por entidade independente.

(unidade: mil euros)

Responsabilidades por Serviços Passados	2014	2013
Saldo Inicial	143,40	143,20
Custo Financeiro	7,16	7,16
(Ganhos) e Perdas Atuariais	3,66	7,27
Pagamentos efetuados no exercício	-14,28	-14,22
Saldo Final	139,94	143,40
Provisão em Balanço (Ver Nota 6.)	139,94	143,40
Percentagem de Cobertura da Provisão	100%	100%
TÁBUAS DE MORTALIDADE	TD 88/90	TD 88/90
TAXA DE DESCONTO	5,25%	5,25%
TAXA DE CRESCIMENTO PENSÕES	0%	0%

A atualização das responsabilidades por serviços passados da APSS, à data de 31 de dezembro de 2014, foi registada a débito na rubrica de custos com pessoal, pelo seu valor líquido.

17. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	(unidade: mil euros)	
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2014	2013
Rendimentos Suplementares	759,37	759,06
Rend. em Investimentos não Financeiros	0,20	7,44
Subsidios ao Investimento	2.701,19	2.701,19
Outros,	1.029,48	1.074,11
dos quais Rendimentos Bens a reverter Concessões	756,67	756,67
TOTAIS	4.490,25	4.541,81

18. RENDIMENTOS E GASTOS FINANCEIROS

	(unidade: mil euros)	
Rendimentos e Gastos Financeiros	2014	2013
Juros Suportados		
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Juros Obtidos	130,49	79,98
Outros Ganhos de Financiamento	5,51	5,19
TOTAIS	136,00	85,17

O acréscimo dos “Juros Obtidos” está relacionado com o aumento do montante de disponibilidades de tesouraria aplicado no IGCP.

19. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

	(unidade: mil euros)	
CLIENTES	2014	2013
Clientes C/C	2.615,56	2.901,75
Clientes M/L Prazo		451,98
Clientes Cobrança Duvidosa	0,00	0,00
Clientes Cobrança Duvidosa	1.235,14	1.139,59
Perdas por Imparidade (Ver Nota 6.)	-1.235,14	-1.139,59
TOTAL	2.615,56	2.901,75

	(unidade: mil euros)	
OUTRAS CONTAS A RECEBER	2014	2013
Outros Devedores - Curto Prazo	38,12	98,61
Pessoal	28,42	30,32
Fornecedores c/c	0,14	0,14
Outros Devedores	967,78	1.026,37
Perdas por Imparidade Outros Devedores	-958,22	-958,22
Acréscimo de Rendimentos	130,53	436,92
Juros a Receber	12,77	12,57
Outros Acréscimos - Concessões e Taxas e Licenças	117,77	424,35
TOTAL	168,66	535,53

20. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	(unidade: mil euros)	
OUTRAS CONTAS A PAGAR	2014	2013
Outros Credores - Corrente	1.036,24	1.020,22
Pessoal	1,57	1,65
Fornec. Imobilizado	82,52	149,53
Outros Credores	78,16	36,56
Depósitos de Garantia	156,13	114,62
Subs. Investimento (Ajust.) (Ver Nota 3 d))	717,86	717,86
Acréscimo de Gastos	1.300,65	1.557,80
Pessoal (ver Nota 13.)	992,52	1.163,98
Outros Acréscimos	308,14	393,83
TOTAL	2.336,90	2.578,03

O valor da rubrica de Outros Acréscimos deve-se, essencialmente, ao reconhecimento de uma verba a entregar ao IMT – Instituto da Mobilidade Terrestre, que por falta de legislação específica, apenas foi efetuado o pagamento referente ao 1.º trimestre. Esta verba corresponde a 2% das prestações de serviços do ano de 2014, excluindo a Taxa de Pilotagem.

	(unidade: mil euros)	
OUTRAS CONTAS A PAGAR	2014	2013
Outros Credores -Não Corrente	9.225,31	10.752,82
Subs.Investimento (Ajust.) (Ver Nota 3 d))	9.225,31	10.752,82
TOTAL	9.225,31	10.752,82

A variação registada na rubrica deve-se à redução registada do efeito fiscal por reconhecimento de mais uma quota-parte dos subsídios ao investimento, no ano de 2014, e à diminuição da taxa efetiva de imposto devido à redução da percentagem na taxa de IRC (ver Nota 8).

	(unidade: mil euros)	
FORNECEDORES	2014	2013
Fornecedores C/C	698,89	713,01
TOTAL	698,89	713,01

21. DIFERIMENTOS DE RENDIMENTOS E GASTOS

	(unidade: mil euros)	
DIFERIMENTOS	2014	2013
Rendimentos	16.326,82	17.177,46
Passivo Corrente	1.966,79	2.060,76
Concessões	696,19	696,85
Taxas e Licenças	202,65	279,89
Concessões - Bens a Reverter	756,67	756,67
Outros Rendimentos	311,28	327,35
Passivo não Corrente	14.360,03	15.116,70
Concessões - Bens a Reverter	14.360,03	15.116,70
Gastos	101,39	40,44
Quotizações	0,91	1,77
Seguros	18,48	
Outros Gastos	81,99	38,67
TOTAL	16.428,21	17.217,90

22. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

	(unidade: mil euros)	
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2014	2013
Activo Corrente	34,36	604,66
IVA - Reembolsos Pedidos	34,36	99,29
Impostos s/Rendimento		505,36
Passivo Corrente	546,06	315,77
Impostos s/Rendimento	228,13	
IVA a Pagar		
Retenção de Impostos s/Rendimentos	140,49	144,98
Contribuições p/ Segurança Social e CGA	170,14	162,42
Outras Tributações	7,30	8,37

23. INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2014 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgado qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

No entanto, no exercício de 2014, a APSS reconheceu como encargos de natureza ambiental no valor de 9,1 mil euros, de forma a dar resposta aos diversos requisitos legais.

24. COMPROMISSOS DE COMPRA

À data de 31 de dezembro de 2014, os compromissos com fornecedores, para aquisição de bens e prestação de serviços para o ativo fixo tangível, totalizam o montante de 817 mil euros.

25. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2014, o detalhe da Caixa e Equivalentes de caixa era o seguinte:

(unidade: mil euros)		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31.12.2014	31.12.2013
Numerário		
Caixa	0,68	0,82
Depósitos Bancários Mobilizáveis		
Depósitos à ordem	843,94	578,11
Depósitos a prazo		
Outros depósitos		
Equivalentes a caixa		
Descobertos Bancários		
Títulos Negociáveis		
Caixa e seus equivalentes	844,62	578,93
Outras Disponibilidades		
Outras aplicações de tesouraria	20.500,00	15.000,00
DISPONIBILIDADES DO BALANÇO	21.344,62	15.578,93

26. RESPONSABILIDADES ASSUMIDAS

Empréstimo da APP – Reestruturação do Sector Portuário

A APSS foi solidariamente responsável, em conjunto com as restantes Administrações dos Portos, pelo pagamento de um empréstimo contraído pela APP – Associação dos Portos de Portugal junto de um sindicato bancário em Julho de 2000, o qual se destinou a financiar o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo obrigacionista APAJP/94.

Em janeiro de 2007 foram negociados empréstimos bancários com o Banco BPI e Banco Millennium BCP, com vista ao financiamento do reembolso antecipado do empréstimo atrás referido, ficando, assim, individualizadas as responsabilidades de cada Administração Portuária e da APP – Associação dos Portos de Portugal.

Em julho de 2009, a APSS procedeu à amortização total do referido empréstimo bancário.

Com a contratação do empréstimo relativo à dívida da APP – Associação dos Portos de Portugal, a APSS assumiu, em conjunto com as restantes Administrações Portuárias, a posição de Fiadora.

Em 17 de janeiro de 2012, a APP – Associação dos Portos de Portugal procedeu à liquidação total antecipada do referido empréstimo, extinguindo-se, em consequência, a responsabilidade da APSS como fiadora perante a dívida em questão.

27. REPARTIÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADES E MERCADOS

(unidade: mil euros)

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	MERCADO NACIONAL 2014	MERCADO NACIONAL 2013
Serviços Portuários	5.810,53	6.630,84
Taxas e Licenças	1.756,34	1.832,88
Náutica de Recreio	299,05	301,46
Concessões	9.909,38	9.784,12
TOTAL	17.775,30	18.549,31

28. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os Subsídios ao Investimento recebidos para efeitos de financiamento dos Ativos Fixos Tangíveis são registados em Capital Próprio (Outras Variações do Capital Próprio), sendo reconhecidos como proveito do exercício ao longo da vida útil estimada (em consonância com a respetiva amortização do bem).

(unidade: mil euros)

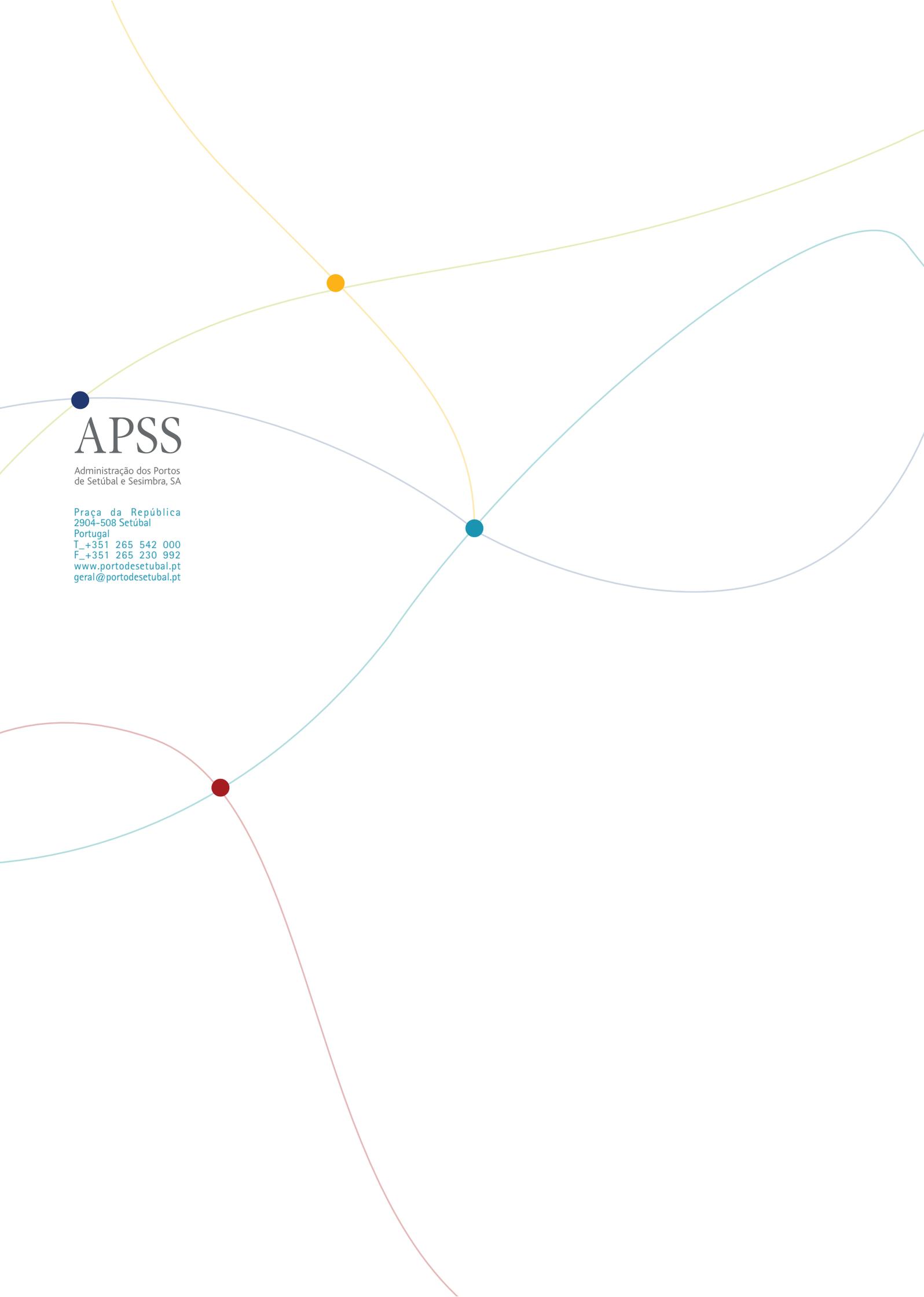
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	2013	Novos Subsídios	Proveito do Exercício	Regularizações	2014
FEDER	14.098,74	0,00	1.203,70	0,00	12.895,04
FUNDO DE COESÃO	11.683,33	0,00	307,75	0,00	11.375,58
IFAP	927,44	0,00	58,35	0,00	869,09
OE/PIDDAC	16.576,05	0,00	1.131,40	0,00	15.444,65
TOTAL	43.285,55	0,00	2.701,19	0,00	40.584,36

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do nº 1 do art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17/10, informamos não ser esta empresa devedora de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da elaboração deste Relatório não se conhecem quaisquer eventos passíveis de alterar a análise da situação financeira da APSS.



APSS

Administração dos Portos
de Setúbal e Sesimbra, SA

Praça da República
2904-508 Setúbal
Portugal
T_+351 265 542 000
F_+351 265 230 992
www.portodesetubal.pt
geral@portodesetubal.pt

RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2014
DA APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

1. Introdução

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório anual sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2014, o qual contempla, igualmente, nos termos do ofício circular da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 1211, de 27 de fevereiro de 2015, objeto de aditamento através de e-mail, de 10 de março de 2015, que remeteu as instruções, emitidas pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Empresarial do Estado (Unidade Técnica), para a preparação do Relatório de Governo Societário, a aferição do cumprimento:

- i) das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente, as relativas às remunerações vigentes em 2014; e,
- ii) do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, quanto ao relatório de boas práticas de governo societário.

O Conselho Fiscal foi eleito por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE), datada de 22 de fevereiro de 2013, para o mandato 2013/15, integrando a Sociedade Revisor Oficial de Contas PRICEWATERHOUSECOOPERS&ASSOCIADOS – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (SROC) que emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas (CLC), datada de 16 de abril, que se anexa e que faz parte integrante do presente Relatório.

2. Procedimentos de fiscalização

A análise da atividade desenvolvida pela Sociedade e a verificação da observância da lei e dos estatutos foi efetuada pelo Conselho Fiscal através das atas das reuniões do Conselho de Administração, da informação financeira e orçamental reportada trimestralmente objeto de relatório do Conselho Fiscal dos esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração e, ainda, mediante a realização de reuniões regulares com a SROC que integra este Conselho.

Na realização do seu trabalho o Conselho Fiscal obteve toda a cooperação necessária por parte dos membros do Conselho de Administração da Sociedade e dos respetivos colaboradores, indispensável à elaboração do seu trabalho de fiscalização.

3. Análise do Relatório e Contas de 2014

Do Relatório e Contas de 2014, bem como do acompanhamento da atividade e da gestão da Sociedade efetuada pelo Conselho Fiscal ao longo do ano, parece-nos de relevar o seguinte:

- Pelo terceiro ano consecutivo verificou-se um acréscimo significativo da atividade portuária, salientando-se que o movimento de mercadorias no porto de Setúbal, verificado em 2014, ascendeu a cerca de 8 milhões de toneladas, cerca de +15%, em relação ao atingido em 2013, superando pelo segundo ano consecutivo o valor histórico alcançado em 2010, destacando-se o acréscimo do movimento de contentores da ordem dos 47% face a 2013 e o reforço do tráfego associado à exportação que representou cerca de 67% do total;
- O resultado líquido da APSS, no exercício de 2014, atingiu cerca de 3,98 milhões de euros, representando um incremento de cerca de 17% (+0,6 milhões de euros) em relação ao período homólogo, destacando-se, o peso dos resultados operacionais (acrécimo de cerca de 0,7 milhões de euros) tendo em conta a diminuta expressão dos resultados financeiros. Para os resultados alcançados contribuiu, essencialmente, a redução dos gastos com pessoal pelo facto dos valores de 2013 se

encontrarem afetados pela necessidade de registo nesse ano dos subsídios de férias e natal que haviam sido suspensos em 2012. O incremento da atividade portuária acabou por não se refletir, diretamente, nos rendimentos operacionais que registaram um decréscimo face aos valores de 2013, de cerca de 3% (cerca de -0,8 milhões euros), essencialmente, face à eliminação da TUP carga cujas receitas, em 2013, haviam atingido o montante de cerca de 1,2 milhões de euros;

- A estrutura financeira e patrimonial da APSS continua equilibrada com evolução positiva, evidenciada pelos indicadores económico financeiros, apresentados na página 54 do Relatório e Contas 2014, sendo de destacar que se mantem a inexistência de endividamento bancário ou de qualquer outro passivo remunerado e a redução do prazo médio de recebimentos de 60d para 49d, situando-se ao mesmo nível do prazo médio de pagamentos;

- A taxa de execução do plano de investimento foi de 31,1%, face ao valor orçamentado, correspondente a cerca de 1,3 milhões de euros, tendo a APSS justificado o facto do valor do investimento se situar abaixo do estimado, essencialmente, pela facto de alguns projetos terem sido adiados para 2015, destacando-se que a cobertura do investimento foi assegurada totalmente por fundos próprios.

4. Aferição das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente, as relativas às remunerações vigentes em 2014.

Tanto quanto é do conhecimento do Conselho Fiscal, a APSS cumpriu com as orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, designadamente as estabelecidas na Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2014 (Lei do OE/204), salvaguardando-se, no entanto, às seguintes situações:

- Não foram aplicadas aos trabalhadores da APSS as reduções remuneratórias determinadas pelo artigo 33.º da Lei do OE/2014 e posteriormente pelo artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, uma vez que tem sido entendimento das Administrações Portuárias que se mantêm os pressupostos que

suportaram a exceção concedida em 2013, objeto dos Despachos do Senhores SEAP n.º 1695/2013, de 5 de junho de 2013, e SEOPTC, de 7 de junho de 2013, tendo tal entendimento sido transmitido, através da Associação dos Portos de Portugal, por carta dirigida à Tutela Sectorial de 16 de janeiro de 2014 e 14 de janeiro de 2015;

▪ Foram aplicadas as reduções remuneratórias aos órgãos sociais, pela seguinte ordem, as decorrentes do artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, do artigo 33.º da Lei do OE/2014 (até à declaração de inconstitucionalidade nos termos do Acórdão n.º 413/2014 do Tribunal Constitucional) e ainda por força do exposto na DUE, de 22 de fevereiro de 2013, que determinou que os valores atribuídos não poderiam exceder os auferidos à data de 1 de março 2012 (designada habitualmente por “cláusula travão”), sendo que, em termos de resultados, as reduções aplicadas são equivalentes à aplicação direta apenas da “cláusula travão”;

▪ Manteve em 49 dias o PMP, determinado conforme disposto na RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, e no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, bem como verificou-se um incremento do montante das dívidas em atraso nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, justificando-se tais factos, essencialmente, por não se terem verificado desenvolvimentos sobre a contestação da faturação referente à taxa de saneamento apresentada pela empresa Aguas do Sado cuja reclamação foi apresentada junto da entidade Reguladora dos Serviços em 2013. De acordo com a empresa, caso estas faturas não fossem consideradas no cálculo, o PMP no 4º trimestre situar-se-ia em cerca de 42 dias, representando um decréscimo de cerca de 7 dias em relação ao período homólogo;

▪ Os gastos com comunicações, despesas com deslocações, ajudas de custo e alojamento, registaram um acréscimo de 10,7 mil euros em relação ao nível verificado, em 2013, salientando-se, no entanto, que está em causa despesa de diminuta expressão no cômputo geral dos gastos com FSE e que o acréscimo registado, conforme exposto na página 40 do Relatório e Contas 2014 resulta, essencialmente, de uma maior internacionalização da atividade da empresa. Acresce referir que em termos gerais verificou-se uma redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios de 2013 para 2014 e que no caso dos gastos com comunicações regista-se uma redução;

▪ Verificou-se uma redução dos gastos associados à frota automóvel, de 2013 para 2014, de cerca de 6% pese embora se tenham mantido o mesmo número de veículos e se tenham encetado diligências com vista à substituição de viatura de serviço ligada à exploração com muitos anos e custos de manutenção elevados;

▪ A sociedade manteve as suas disponibilidades financeiras depositadas junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, EPE (IGCP, EPE), mantendo, porém, contas abertas junto de instituições bancárias, para assegurar a realização de determinadas transações, tendo, no entanto, desenvolvido diligências durante o ano de 2014 com vista à obtenção da dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria, conforme exposto na página 34 do Relatório, a qual foi apenas autorizada no que respeita à utilização de cartões refeição ao abrigo do Despacho n.º 2618/14-SET, de 19 de dezembro. Salienta-se que o saldo, no final de 2014, das contas junto da banca comercial sobre a forma de depósitos à ordem, representava apenas 2% do total dos depósitos bancários e que a APSS procedeu à entrega ao Estado dos juros auferidos em resultado destes depósitos à ordem;

5. Aferição do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, quanto ao relatório de boas práticas de governo societário.

Em conformidade com as disposições legais, a APSS apresentou ao Conselho Fiscal a 20 de abril de 2015 o Relatório de Governo Societário 2014, datado de 10 de março de 2015, que contém as matérias reguladas pelos Princípios do Governo Societário de acordo com as instruções emitidas pela Unidade Técnica, em aditamento ao Ofício circular n.º 1211, de 27 de fevereiro de 2015, da DGTF.

6. Outros Assuntos – Estrutura de Fiscalização

A APSS tem uma estrutura de fiscalização simplificada nos termos previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), composta, de acordo com os n.ºs 4 e 5 do artigo 413.º e o n.º 2 do artigo 414.º, ambos do CSC, por um Conselho Fiscal com 3 membros efetivos, incluindo uma SROC e um membro suplente. Aquela estrutura de fiscalização foi adotada

para a APSS em virtude de, à data da respetiva eleição, em 22 de fevereiro de 2013, a empresa não preencher os critérios previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do CSC.

Contudo, de acordo com os dados da APSS, relativos aos dois últimos anos consecutivos, em termos do total do balanço e do número de trabalhadores, tal modelo de fiscalização não se encontra em conformidade com a alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do CSC, nos termos da qual deve ser adotado, para as empresas nela enquadradas, a estrutura de fiscalização prevista na alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo, composta por um Conselho Fiscal e um ROC/SROC que não o integre.

Note-se que, eventuais alterações à estrutura de fiscalização da empresa carecem da correspondente alteração estatutária. Salienta-se, no entanto, que eventuais alterações no número de trabalhadores, cujo efetivo a 31 de dezembro de 2014 se situa muito próximo do limite estabelecido na subalínea iii) da alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do CSC, podem vir a ter novamente reflexos no modelo de fiscalização conforme preconizado no CSC.

7. Proposta

Face ao exposto e considerando os elementos disponibilizados, o Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, conclui que o Relatório de Gestão e Contas de 2014 cumpre as exigências legais aplicáveis, relevando a situação da sociedade, pelo que somos de parecer que seja:

- Aprovado o Relatório de Gestão e Contas de 2014 apresentado pelo Conselho de Administração da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. atenta a ênfase expressa na CLC; e,
- Apreciada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração, a qual está em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Lisboa, 21 de abril de 2015

APSS

Administração dos Portos
de Setúbal e Sesimbra, SA

O Conselho Fiscal,



Teresa Isabel Carvalho Costa (*Presidente*)



Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio (*Vogal*)



José Pereira Alves (*Vogal ROC*)



9

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 110.868 milhares de euros e um total de capital próprio de 80.519 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 3.982 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, as alterações no seu capital próprio, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações no seu capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

9

Relato sobre outros requisitos legais

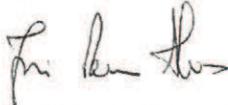
8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

9 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo nº 7 acima, salientamos o facto de a Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, datada de 21 de março de 2014, incluir uma reserva por a Empresa apenas ter registado no exercício de 2013 os custos com o pagamento de compensações por cessação de contratos de trabalho, no montante global de 493 milhares de euros, cujos acordos tinham sido celebrados no exercício de 2012. A referida situação não se aplica ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

16 de abril de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



José Pereira Alves, R.O.C.

Relatório de Governo Societário 2014

Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2014



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2014 | APSS, SA

ÍNDICE

I. Missão, Objetivos e Políticas	2
II. Estrutura de capital	5
III. Participações Sociais e Obrigações detidas	6
IV. Órgãos Sociais e Comissões	7
A. Mesa da Assembleia Geral	7
B. Administração e Supervisão	7
C. Fiscalização	10
D. Revisor Oficial de Contas (ROC)	14
E. Auditor Externo	15
V. Organização Interna	15
A. Estatutos e Comunicações	15
B. Controlo interno e gestão de riscos	17
C. Regulamentos e Códigos	24
D. Deveres especiais de informação	28
E. Sítio de Internet	29
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável)	30
VI. Remunerações	30
A. Competência para a Determinação	30
B. Comissão de Fixação de Remunerações	31
C. Estrutura das Remunerações	31
D. Divulgação das Remunerações	34
VII. Transações com partes Relacionadas e Outras	35
VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental	36
IX. Avaliação do Governo Societário	42
Anexos	46

I. Missão, objetivos e políticas

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa (vide artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

O enquadramento jurídico e económico da empresa é dado pelo Decreto-lei nº 338/98, de 3 de novembro, o qual institui a APSS em sociedade anónima de capitais públicos, que “*tem por objeto a administração dos portos de Setúbal e Sesimbra, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária, nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos, de exploração portuária e atividades associadas*”.

O Plano Estratégico dos portos de Setúbal e Sesimbra, definido para o triénio 2013-2015, estabelece a missão e visão desta administração portuária para os próximos anos:

Missão

- “Gerir e desenvolver os portos de Setúbal e Sesimbra como importantes polos com impacto económico no País e na região,
- Garantir a competitividade e qualidade dos serviços prestados no porto de Setúbal, de forma integrada com as cadeias logísticas e industriais, em especial na exportação,
- Garantir o desenvolvimento equilibrado e sustentado da atividade económica dos portos de Setúbal e Sesimbra nas suas diversas valências portuárias, turísticas e ribeirinhas.”

Visão global

- “Tornar os portos de Setúbal e Sesimbra importantes centros de atividades económicas e emprego nas suas diversas valências portuária, logística, pesca, marítimo-turística, náutica e indústria naval,
- Compatibilizados em grande harmonia e de forma sustentável com a existência de importantes áreas ambientais e com a riqueza natural de fauna e flora do estuário do Sado, bem como com as zonas urbanas ribeirinhas de fruição do rio pelas populações.”

Porto de Setúbal - Visão comercial

- Tornar Setúbal a solução portuária *shortsea* e *panamax* de excelência da grande região de Lisboa mais competitiva para as cadeias logísticas de elevado valor com a Europa, o Mediterrâneo e a África Ocidental
- Incrementar a importância como porta atlântica principal de exportação industrial pesada da região de Lisboa
- Criar um *Hub roll-on roll-off* intercontinental atlântico, com *hinterland* até Madrid.

No seguimento das orientações estratégicas definidas no âmbito do plano estratégico, destacam-se as grandes linhas de ação no que respeita ao desenvolvimento do porto de Setúbal:

1. *Criar um Pólo logístico portuário shortsea e panamax na região*
2. *Criar um Hub Roll-on Roll-off de cross trade intercontinental Atlântico*
3. *Melhorar os acessos marítimos e ferroviários*
4. *Reforçar a ligação cidade-rio através do desenvolvimento da náutica de recreio e marítimo-turística*
5. *Reflorescer a aquacultura e a pesca.*

Os princípios de gestão desta administração portuária pautam-se pelas seguintes regras de atuação, que constam do Código de Ética e de Conduta:

- Orientação para o Cliente: Satisfazer os seus clientes com elevados padrões de qualidade;
- Integração e Sustentabilidade: Contribuir para o bem-estar das populações servidas, sendo competitivo;
- Respeitar e proteger os direitos humanos;
- Valorizar, em todos os sentidos, o mérito dos colaboradores;
- Tratar com igualdade homens e mulheres;
- Praticar os mais elevados valores de ética e integridade pessoal;
- Segurança e Sustentabilidade Ambiental e Social: respeitar o ambiente e a qualidade de vida das comunidades locais
- Criar valor para o acionista e contribuir para o crescimento sustentado da região.

Enumeram-se como princípios estruturantes da sua atividade os seguintes:

- Seriedade
- Transparência
- Rigor
- Credibilidade
- Responsabilidade
- Procura da excelência.

2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida (vide artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013), designadamente:

a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros.

b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.

Em fevereiro de 2013 foram nomeados os órgãos sociais para o mandato 2013/2015.

Conforme solicitado pelo acionista, foram preparados e enviados os objetivos de gestão para o referido mandato, com vista à assinatura dos contratos de gestão, mensuráveis através de um conjunto de indicadores.

Apesar de até à presente data, os contratos de gestão ainda não terem sido assinados, foram tidos como referência os objetivos propostos para 2014 e que são mensuráveis através dos indicadores apresentados no quadro seguinte:

	PESO DE CADA RUBRICA	2013	2014				QUANTIFICAÇÃO
			OBJETIVOS	REAL	DIFERENÇA	VAR. %	
Volume de Negócios (em milhares de euros) ¹	10,0%	19.308	18.394	18.535	141	1%	10,1%
Margem EBITDA (%) ²	15,0%	40,1%	37,0%	46,0%	9,0%	24%	18,6%
Resultados Líquidos (em milhares de euros)	20,0%	3.404	2.418	3.982	1.564	65%	32,9%
ROACE (%) ³	10,0%	5,9%	5,0%	6,7%	1,7%	34%	13,4%
Movimento de Mercadorias (em milhares de toneladas)	20,0%	7.009	6.150	8.058	1.908	31%	26,2%
Movimento de Mercadorias na Saída (em milhares de toneladas)	10,0%	4.503	3.900	5.415	1.515	39%	13,9%
Eficiência ⁴	5,0%	1,65	1,56	1,31	0,25	16%	5,9%
PMP (N.º de dias) ⁵	8,0%	49	40	49	-9	-23%	6,5%
Grau de Cumprimento do Plano de Investimentos (%) ⁶	2,0%	25%	100%	31%	-69%	-69%	0,6%
							128,2%

¹ Volume de Negócios = Prestação de Serviços + Rendimentos Suplementares

² Margem EBITDA/Volume de Negócios

³ ROACE = EBIT/Capital Empregue Médio

⁴ Eficiência = Gastos Operacionais/EBITDA

⁵ PMP calculado de acordo com a RCM n.º 34/2008 e Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril;

⁶ Valor do Investimento realizado/valor do investimento orçamentado em Fundos Próprios - corresponde à taxa de realização do investimento orçamentado mas apenas relativamente ao financiado com Fundos Próprios

Em geral, quase todos os indicadores que constituem os objetivos foram atingidos e mesmos ultrapassados face ao expectável, tendo, no ano de 2014, o nível dos objetivos de gestão atingido os 128,2%.

O PMP foi superior ao definido devido, essencialmente, ao não pagamento de faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, a qual se considerou ser indevida. Como medida, foi apresentada uma reclamação junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, com o objetivo de anular os valores faturados e pela qual se aguarda, para breve, uma decisão. O facto destas faturas se encontrarem em dívida para além do prazo de pagamento tem impacto no cálculo do prazo médio de pagamentos.

No que se refere ao grau de cumprimento do plano de investimentos, que ficou abaixo do previsto, justifica-se, basicamente, pelo facto de alguns projetos terem sido adiados para 2015.

3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa

Os resultados desta administração portuária dependem globalmente de diversos fatores, uns endógenos outros exógenos à sua atividade, destacando-se entre eles os seguintes:

- Evolução do contexto económico nacional, europeu e internacional
- Alterações no comércio internacional, reorganização de operadores logísticos internacionais
- Desempenho das empresas exportadoras e importadoras que utilizam o porto de Setúbal para movimentar as suas mercadorias
- Desempenho das empresas que integram as comunidades portuárias de Setúbal e Sesimbra
- Alterações legislativas que obriguem à assunção de novas responsabilidades (e custos)
- Disponibilidade de apoios ao investimento em infraestruturas estruturantes
- Orientações políticas e medidas definidas para o Setor Empresarial do Estado
- Empenho e dedicação dos colaboradores da empresa.

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios sectoriais, designadamente as relativas à política sectorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa (vide n.º 4 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

Em 2014, a APSS,SA procurou seguir as orientações do PETI 3+, designadamente no que respeita ao desenvolvimento dos projetos de investimento considerados prioritários da sua responsabilidade, a saber:

- Quanto ao Projeto de Expansão do Terminal Roll-On/Roll-off para jusante, o concurso público para execução da obra foi elaborado e lançado, após a obtenção da devida autorização do acionista Estado,
- No âmbito do Projeto de Melhoria dos Acessos Marítimos ao Porto de Setúbal, foi contratualizado o desenvolvimento do projeto técnico de execução e do estudo de impacto ambiental,
- Quanto à ligação ferroviária aos terminais portuários da Mitrena, deu-se continuidade ao estudo de viabilidade tendo-se avançado num conjunto de melhorias operacionais na ligação ferroviária ao porto.

Em complemento, remete-se para a resposta à questão 2 do capítulo I sobre os objetivos definidos pelo acionista.

A APSS considera a preservação ambiental e a prestação de serviços de elevada qualidade como objetivos primordiais, tendo assumido o compromisso de proporcionar uma gestão eficaz e eficiente, ao obter a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, segundo a norma NP EN ISO 9001:2008 e 14001:2004, que em 2014 foi objeto de avaliação por um auditor externo.

II. Estrutura de Capital

1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.

Como descrito no artigo 4º dos estatutos da APSS, SA, pode ler-se que: “1 - O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de 15 100 000 euros e encontra-se dividido em 3 020 000 ações, de valor nominal de 5 euros cada uma. 2 - As ações são nominativas e revestem a forma escritural”. Assim, os direitos e deveres são gerais uma vez que não há ações com direitos especiais, e o capital social, que se encontra totalmente subscrito e realizado, é detido exclusivamente pelo Estado Português - Direção Geral do Tesouro e das Finanças.

Conforme previsto no artigo 10.º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em 6.501.830,59 euros. Subsequentemente, o capital passou para 14.000.000,00 €, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efetuada em 1999, conforme Despacho n.º 96/2001 da Inspeção-Geral das Finanças. Em 5 de maio de 2010, por Deliberação Social Unânime por Escrito,

foi aprovado o aumento do capital social no valor de 1.100.000 €, passando o mesmo para 15.100.000,00 €.

2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

No nº 3 do artigo 4º dos estatutos da APSS pode ler-se que: “As ações representativas do capital social devem pertencer exclusivamente ao Estado, a pessoas coletivas de direito público, a empresas públicas ou a sociedades de capitais exclusivamente públicos”

3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições.

Não existem.

III. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação (vide n.º 1, alíneas a) e b) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

A PricewaterhouseCoopers & Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda (PwC SROC) é membro da rede mundial de firmas da PricewaterhouseCoopers sendo que cada firma opera de forma separada e independente. Todas as firmas que integram a rede PwC são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited (PwC IL). Em Portugal, para além da PwC SROC, operam ainda duas outras firmas-membro da rede PwC, designadamente a PricewaterhouseCoopers/AG-Assessoria de Gestão, Lda e a PricewaterhouseCoopers /MFAS - Management, Finance & Accounting Services, Lda.

2. Explicação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.

A APSS participa em diversas associações, designadamente, a APP-Associação de Portos de Portugal, as Comunidades Portuárias de Setúbal e Sesimbra, a AERSET-Associação Empresarial da Região de Setúbal, a ESPO- *European Seaports Association*, a APLOP-Associação dos Portos de Língua Portuguesa, a FIAPAL- Fórum Indústria Automóvel de Palmela, a AFEM-Associação Fórum Empresarial da Economia do Mar, o FEE-Fórum Empresarial da Economia do Mar, entre as principais.

3. Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, nos termos do n.º 5 do artigo 447.º do CSC.

Não aplicável.

4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.

Não existem.

IV. Órgãos Sociais e Comissões

A. Mesa da Assembleia Geral

1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação dos cargos dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

(unidade: euros)

Mandato (início-Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada ¹	Bruto Pago (€) ²
2013-2015	Presidente	(a)	500	0
2013-2015	Secretário	Dr. Pedro Manuel Mota C. Grilo	350	350

¹ Valor da senha de presença fixada

² Antes da redução remuneratória

(a) O cargo encontra-se vago por renúncia do Presidente eleito em AG

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo em 1 de dezembro de 2013 não tendo até à data sido designado novo Presidente.

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não aplicável uma vez que o capital social da APSS,SA é subscrito pelo único acionista Estado, motivo pelo qual todas as deliberações acionistas são tomadas por unanimidade. Em 28 de março de 2014 teve lugar a primeira sessão da assembleia geral anual da APSS (Ata nº 26) retomada em 5 de junho de 2014 (Ata nº 27).

B. Administração e Supervisão

1. Identificação do modelo de governo adotado.

No artigo 5º dos estatutos da APSS está identificado o modelo de governo adotado:

“1 - A sociedade tem como órgãos sociais a assembleia geral, o conselho de administração e o conselho fiscal, com as competências fixadas na lei e nos presentes Estatutos”.

O artigo 15º dos mesmos estatutos refere-se à composição do conselho fiscal:

“1 - A fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal com três membros, todos eleitos em assembleia geral por um período de três anos.

2 - O conselho fiscal é composto por um presidente, dois vogais efetivos e um suplente.

3 - Um dos vogais efetivos e o vogal suplente são obrigatoriamente revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas”.

O modelo segue o estabelecido no nº 1, al. a) do artigo 278º do CSC e a estrutura de fiscalização segue o definido no nº1, al. a) do 413º do CSC.

2. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.

Nos termos do disposto no artigo 5º, nº 2 dos Estatutos da sociedade, os membros dos órgãos sociais consideram-se investidos logo que tenham sido eleitos em Assembleia Geral e permanecem no exercício das suas funções até à designação de quem os deva substituir.

3. Caracterização da composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

De acordo com a última alteração introduzida aos estatutos da empresa pela DUE de 22.02.2013 o Conselho de Administração é composto por um presidente e um vogal tendo o respetivo mandato a duração de 3 (três) anos, podendo ser renovado.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013-2015	Presidente do CA	Dr. Vitor Manuel dos Ramos Caldeirinha	Eleição	0	
2013-2015	Vogal CA	Engº Carlos Manuel Seixas da Fonseca	Eleição	0	

4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

Todos os membros do Conselho de Administração da APSS são executivos.

5. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.

Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha

É Licenciado em Economia, Pós-Graduado em Gestão do Transporte Marítimo e Gestão Portuária, Mestre em Gestão/MBA, sempre pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da UTL, é ainda, Doutoramento em Gestão Portuária na Universidade de Évora. Está ligado à atividade portuária desde 1994, na APSS, foi Chefe da Divisão de Planeamento e Desenvolvimento e Diretor Comercial e de Marketing, em 2001 e 2002, foi Diretor Comercial na APL, era, desde 2005, Diretor de Desenvolvimento Estratégico e Logístico da APSS e é Presidente da APP, Associação dos Portos de Portugal, para o biénio 2014/2015.

Carlos Seixas da Fonseca

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico (IST) e membro da Ordem dos Engenheiros. É Equiparado a Professor Adjunto no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL), aonde iniciou a atividade docente, em maio de 1978. Iniciou a atividade profissional nos portos com a sua admissão como técnico do quadro do Instituto do Trabalho Portuário (ITP). Foi Subdiretor Geral de Higiene e Segurança no Trabalho (1986/93). Regressou ao sector para Vogal do Conselho Diretivo do ITP (1993/98), Chefe do Departamento de Operação Portuária no Instituto Marítimo-Portuário (IMP) (2000/2003) e Diretor de Serviços de Atividades Sectoriais (Atividades Portuárias, Transporte Marítimo e Cooperação) no Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM,IP) (2003/2013). É auditor dos Cursos de Defesa Nacional.

6. Apresentação de declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse (vide artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

As declarações seguem em anexo.

7. Identificação de relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Não se verificam.

8. Apresentação de organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Não há delegação de competências, sendo a repartição de funções dos diversos órgãos a que a seguir se apresenta:

Do Conselho de Administração: as estabelecidas no artigo 10º dos Estatutos da APSS, aprovados pelo Decreto-lei nº 338/98, de 03/11 e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

Do Presidente Dr. Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha: as estabelecidas no artigo 13º dos Estatutos da APSS, aprovados pelo Decreto-Lei nº 338/98, de 03/11, e responsabilidades específicas nas áreas de desenvolvimento portuário e projetos estratégicos, comercial e logística, pilotagem, gestão do património dominial e do porto de Sesimbra, jurídica, financeira e aprovisionamento.

Do Vogal Eng.º Carlos Manuel Seixas da Fonseca: responsabilidades específicas nas áreas de equipamentos, infraestruturas, ambiente e segurança, gestão das concessões, informática e telecomunicações, recursos humanos, gestão da qualidade. Ambiente e Segurança e da navegação e segurança marítima e portuária.

Do Conselho Fiscal: as estabelecidas no artigo 16º dos Estatutos da APSS, alterados pela Assembleia Geral de 28/03/2008 e pela Deliberação Social Unânime por Escrito de 22/02/2013 e, subsidiariamente, no Código das Sociedades Comerciais.

O organograma da empresa é o constante na página 19 do presente documento.

9. Caracterização do Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:

a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas.

Em 2014, o conselho de administração da APSS realizou trinta e três sessões, com um grau de assiduidade de 100% de cada um dos seus membros.

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções docentes, a tempo parcial, na escola Náutica Infante D. Henrique, vogal do Conselho Fiscal da Federação Portuguesa de Atletismo (não remunerado) e Tesoureiro do Clube Rotário de Palmela (não remunerado). É atualmente Presidente da APP-Associação de Portos de Portugal, cargo que não é remunerado.

O vogal do Conselho de Administração exerce funções docentes, a tempo parcial, no ISEL-Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e funções não remuneradas: Presidente do Conselho Fiscal da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional e da Confraria Marítima de Portugal e Vogal da Direção da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas.

c) Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos.

Não tendo sido designados quaisquer órgãos sociais para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos, bem como definidos quaisquer critérios para o efeito, conclui-se pela inaplicabilidade desta orientação ao caso da APSS.

d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Não existem.

C. Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

O modelo adotado é o referido no ponto B. 1 do presente documento.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013-2015	Presidente	Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa	Eleição	1	
2013-2015	Vogal Efetiva	Dra. Sara Alexandra Ribeiro Pereira S. D. Ambrósio	Eleição	1	
2013-2015	Vogal Efetivo	Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC	Eleição	1	
2013-2015	Vogal Suplente	Dr. José Manuel Henriques Bernardo (ROC nº 903)	Eleição	1	

É de referir que o modelo atual de fiscalização (Conselho Fiscal com ROC integrado) apenas se verifica no presente mandato ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 413.º e do n.º 2 do artigo 414.º ambos do CSC, fazendo, no entanto, parte do anterior modelo de fiscalização os mesmos membros.

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2008-2010	Presidente	Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa	Eleição	1	
2008-2010	Vogal Efetiva	Dra. Ana Teresa Pereira Peralta Reyes	Eleição	1	
2008-2010	Vogal Efetiva	Dra. Sara Alexandra Ribeiro Pereira S. D. Ambrósio	Eleição	1	
2008-2010	Vogal Suplente	Dra. Alexandra Brito Carvalho	Eleição	1	

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (unidade: euros)	
			Fixada (€) ¹	Bruto Pago (€) ²
2013-2015	Presidente	Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa	17.946,60	15.740,33
2013-2015	Vogal Efetiva	Dra. Sara Alexandra Ribeiro S. D. Ambrósio	13.459,88	11.685,39
2013-2015	Vogal Efetivo	Pricewaterhouse Coopers & Associados, SROC	17.946,60	15.264,94
2013-2015	Vogal Suplente	Dr. José Manuel Henriques Bernardo (ROC nº 903)	13.459,88	0,00

¹ Valor Bruto Anual fixado

² Antes das reduções remuneratórias

2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes de acordo com o estipulado no Código das Sociedades Comerciais.

Os elementos do Conselho Fiscal em funções foram designados por DUE de 22/02/2013 integrando elementos da entidade responsável pelo exercício da função acionista, em cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, entretanto, alterado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, que prevê no seu artigo 33.º a obrigatoriedade de, pelo menos, um dos membros efetivos do Conselho Fiscal ser designado sob proposta da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

3. Apresentação de elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.

Dra. Teresa Isabel Carvalho Costa

Data de Nascimento: 19 de Agosto de 1968

Habilitações Académicas: Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pelo Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa; Pós graduação em Análise e Interpretação de Demonstrações Financeiras USDA, pelo Graduate School, Washington D.C. e Licenciatura em Economia pela Universidade Nova de Lisboa.

Atividade Profissional: Desempenha atualmente funções de Diretora de Serviços na Direção de Apoios Financeiros, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças cujos quadros integra desde 1992, sendo igualmente Administradora da PVCi (Portuguese Venture Capital Initiative - Sociedade de Capital de Risco), Presidente do Conselho Fiscal da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra SA, Vogal do Conselho Fiscal da Parque Expo'98, SA (em liquidação) e Secretária da Mesa da Assembleia Geral da APL- Administração do Porto de Lisboa. Em relação à anterior atividade profissional destaca-se: Assessora do Conselho de Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington D.C (1996/1999); Membro do Conselho de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos, em Washington D.C (1996/1999); e, Técnica Superior do Tesouro, Direção-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças (de 1992 a 1996).

Dra. Sara Alexandra R. P. Simões Duarte Ambrósio

Data de Nascimento: 13 de Julho de 1971

Habilitações Académicas: Possui a Licenciatura em Direito, na área jurídica, obtida em 05.07.94, pela Universidade Autónoma de Lisboa, com a média final de curso de 13 valores. Possui uma pós-graduação em Estudos Europeus pelo ISEG, concluída em 29.07.96 com a média final de 13 valores.

Atividade Profissional: DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO (desde 04.08.97) -. Exerce funções no Gabinete de Apoio Jurídico desde 31.03.2007, destacando-se a emissão de pareceres jurídicos, a análise e elaboração de projetos legislativos, o acompanhamento de processos administrativos e judiciais, e a representação da DGT em processos de contencioso administrativo e fiscal, em todas as áreas de competências da DGT, mais concretamente em matérias de Direito Financeiro, Administrativo, Fiscal e Comercial.. Destaca-se o exercício das funções de formadora na DGT, a colaboração em diversos grupos de trabalho para elaboração de projetos legislativos, a participação como membro efetivo em júris de concurso de pessoal e de procedimentos para aquisição de bens e serviços, bem como o exercício do cargo de secretária da mesa da Assembleia Geral da APSS, SA, a representação do acionista Estado em sociedades anónimas por si participadas e a participação em comissões de fixação de vencimentos. Frequentou várias ações de formação profissional, seminários e conferências, possui conhecimentos informáticos e domina fluentemente o Inglês.

Dr. José Pereira Alves

Licenciado em economia pela Faculdade de Economia do Porto e Revisor Oficial de Contas. Territory Senior Partner da PricewaterhouseCoopers desde 2011 e responsável pela coordenação de vários clientes de Auditoria e Revisão de Contas, nomeadamente, Grupo Amorim, Grupo RAR, Grupo TAP, Grupo Inapa e Grupo CTT. Integrou entre 2001 e 2003 o “Territory Leadership Team”, órgão de gestão da PricewaterhouseCoopers em Portugal, tendo voltado a assumir funções neste órgão a partir de 1 de Julho de 2007.

Foi responsável, ao nível da PricewaterhouseCoopers, pelas áreas de Formação, Metodologia de Auditoria, “Human Capital” e “Knowledge Management”. Foi monitor do curso de Pós-Graduação em Auditoria, desenvolvido em conjunto com o ISAG, entre 1997 e 2002, tendo sido o responsável pelas três últimas edições. Integrou desde Março de 1999 até Setembro de 2000 o corpo docente do ISAG na Licenciatura Bi-Etápica em Gestão de Empresas (Ramo de Auditoria). Participante e monitor em vários cursos de auditoria lecionados no âmbito do programa de formação interna da PricewaterhouseCoopers. Foi docente da cadeira de Auditoria no MBA em Finanças da Faculdade de Economia do Porto entre 2004 e 2008.

Fonte: www.dgtf.pt/ResourcesUser/SEE/Documentos/see_apss/apss_18_07_2014_modelo_governo_orgaos_sociais.pdf

4. Caracterização do funcionamento do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indiciando designadamente, consoante aplicável:

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro.

Durante o ano de 2014, foram realizadas oito reuniões do Conselho Fiscal, nas quais estiveram sempre presentes todos os membros do órgão de fiscalização e tendo o conteúdo de cada uma sido exarado em ata.

Nº Reuniões	Local de realização	Intervenientes na reunião	Ausências dos membros do Conselho Fiscal
3	Sede da APSS (Setúbal)	Todos os membros do órgão de fiscalização e os do Conselho de Administração e a Diretora Financeira, participando, igualmente, numa das reuniões a Diretora de Recursos Humanos	Não existiram ausências
5	DGTF (Lisboa)	Todos os membros do órgão de fiscalização	

b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Dr.ª Teresa Costa - Vogal (efetiva) do Conselho Fiscal da Parque Expo 98, SA; Secretária da Mesa da APL, SA, Membro da Direção da PVCi (Portuguese Venture Capital Initiative - Sociedade de Capital de Risco, sediada no Luxemburgo- cargo não remunerado).

Dr.ª Sara Ambrósio - Presidente da Mesa da SIEV, SA até meados de 2014 e Secretária da Mesa da APS, SA, bem como membro de diversas Comissões de Remunerações (este último sem remuneração).

c) Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

A APSS não tem auditor externo.

d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas desempenhou durante os últimos cinco anos as funções de Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas, num número muito significativo de entidades. Nos termos estabelecidos no Decreto-Lei 487/99, de 16 de novembro, esta informação é reportada e atualizada, anualmente, à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

D. Revisor Oficial de Contas

1. Identificação do ROC, SROC respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que o representa e indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

De acordo com o modelo de governo adotado para o mandato de 2013-2015, um dos vogais efetivos e o vogal suplente do Conselho Fiscal são obrigatoriamente revisores oficiais de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas. Assim, foi nomeada, através da DUE de 22/02/2013, a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, inscrita com o n.º 183 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e representada pelo Dr. José Pereira Alves, ROC n.º 711. Como vogal suplente, foi nomeado o Dr. Manuel Henriques Bernardo, ROC n.º 903.

No mandato de 2008-2010, e no período intercalar até às nomeações de 2013, o Revisor Oficial de Contas da APSS foi a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, inscrita com o n.º 183 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, representada pelo Dr. Jorge Manuel Santos Costa, até 31/07/2012 e posteriormente a esta data pelo Dr. José Pereira Alves. No mandato de 2005-2007, a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, inscrita com o n.º 183 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e representada pelo Dr. Jorge Manuel Santos Costa, também fazia parte dos Órgãos Sociais da APSS, mas como Fiscal Único.

Assim, a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda exerce funções na APSS desde 2 de maio de 2005.

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à sociedade.

O Decreto-Lei n.º 224/2008, de 20 de novembro que introduziu no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as alterações decorrentes da transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu do Conselho, de 17 de maio, veio impor a título de requisito de independência, a rotação do sócio responsável pela orientação ou execução da revisão legal de contas com uma periodicidade não superior a sete anos nas entidades de interesse público.

Conforme referido no ponto anterior, a PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda está no primeiro mandato como membro do Conselho Fiscal no atual modelo, embora em anteriores mandatos tenha exercido funções como SROC não integrada no Conselho Fiscal e como Fiscal Único.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório.

A PricewaterhouseCoopers & Associados–Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda exerce funções na APSS há dez anos.

4. Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

Não aplicável.

E. Auditor Externo

A APSS não dispõe de auditor externo, uma vez que a complexidade e estrutura de fiscalização não justificam a sua contratação.

V. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Indicação das regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade.

Nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 8º dos Estatutos da APSS, S.A. compete à Assembleia Geral deliberar sobre quaisquer alterações dos Estatutos e aumentos de capital.

2. Caracterização dos meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Encontra-se definido no ponto 9 – Política de Comunicação de Alegadas Irregularidades no seio da Organização do Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas o seguinte: na APSS é interdita toda a prática de corrupção, em todas as suas formas ativas e passivas, quer através de atos e omissões quer por via da criação e manutenção de situações de favor.

Na salvaguarda da gestão de riscos e em benefício da transparência do governo societário, a APSS adota a seguinte política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio.

- i) Na APSS, SA, é responsabilidade de todos/as os/as trabalhadores/as exercer um forte controlo sobre os riscos associados à atividade da organização;
- ii) Compete aos/às trabalhadores/as a comunicação de situações duvidosas detetadas, relativamente a algum cliente, consultor e/ou parceiro de negócio

- iii) Todos os colaboradores dispõem de meios de comunicação interna para o *report* de alegadas irregularidades no seio da organização (IMP. 006);
- iv) A Comissão de Monitorização do PGRIC está legitimada para receber/ analisar o teor dos *reports* recebido e na sequência destes propor ações de ajustamento adequadas às necessidades da sociedade;
- v) Sempre que o colaborador declarante o desejar o assunto exposto terá um tratamento restrito ao CA e à Comissão de Monitorização do PGRIC.

Atividade	Função				
	CA	GJ	D	GQ	QC
Registar a alegada Irregularidade no Pedido de Ação (IMP.006)					R
Análise da(s) causa(s) da Não Conformidade ou potencial Não Conformidade	R			R	
Definição da correção	R	E		E	
Implementação da Ação corretiva ou preventiva			R	E	
Fecho da reclamação	R		R	E	
Avaliação da eficácia da Ação Corretiva ou Preventiva	E		R	R	E

R – Responsável; E – Envolvido CA – Conselho de Administração QC – Qualquer Colaborador GQ – Gestor da Qualidade, Ambiente e Segurança ou restantes membros da Comissão de Monitorização do PGRIC D – Diretor(es) GJ – Gabinete Jurídico

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional.

Na APSS,SA estão implementados diversos instrumentos mitigatórios de eventuais fraudes ou comportamentos desviantes, destacando-se alguns dos mais relevantes:

1. Existe um Código de Ética e de Conduta da APSS (aprovado pelo Conselho de Administração e difundido a todos/as os/as colaboradores/as, consta do ponto 2º do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas);
2. A empresa está certificada pela *Lloyd's Register Quality Assurance*, nos referenciais ISO 9001 e 14001 e, conseqüentemente, dispõe dum programa de auditorias internas e externas aprovado pelo Conselho de Administração;
3. Procedimento interno (P-16) com a definição da metodologia e das responsabilidades inerentes à aquisição de bens, serviços e empreitadas, de forma a assegurar que:
 - Está definido o ciclo de emissão dos documentos de aquisição/contratação;
 - Os documentos de aquisição descrevem claramente os bens a adquirir ou serviços e empreitadas a contratar;
 - A aquisição/contratação seja autorizada e formalizada;
 - Os fornecimentos sejam controlados;
 - O cadastro patrimonial dos bens adquiridos seja efetuado, quando aplicável;
 - Seja feito o pagamento aos fornecedores;
 - Os registos necessários sejam mantidos.
4. Procedimento interno (P-17) com a definição da metodologia e das responsabilidades para assegurar a seleção e o controlo dos **fornecedores**, de modo a assegurar que:
 - Os critérios de seleção de novos fornecedores encontram-se definidos;
 - Os fornecedores sejam qualificados;

- Os critérios de avaliação de fornecedores estão definidos;
 - Os fornecedores sejam controlados no sentido de identificar oportunidades de melhoria,
 - Os registos necessários sejam mantidos.
5. Procedimento interno (P-20) com a definição da metodologia e das responsabilidades pelo acompanhamento dos **clientes** da APSS, de forma a garantir:
 - A definição do segmento de clientes a acompanhar sistematicamente;
 - O estabelecimento das regras para o acompanhamento;
 - O acompanhamento dos clientes é planeado;
 - Os resultados do acompanhamento são analisados e tomadas as medidas consideradas necessárias.
 6. Procedimento interno (P-06) com a definição da metodologia e as regras relativas ao **Tratamento de Não Conformidades** da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS) de modo a assegurar que:
 - As Não Conformidades são registadas;
 - É feita a análise das Não Conformidades;
 - É definido o tratamento adequado para cada Não Conformidade;
 - É avaliada a importância da Não Conformidade para decisão de necessidade de ações corretivas.
 7. Existência do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
 8. A empresa adotou o disposto no Manual de Boas Práticas para participação em Procedimentos de Contratação Pública, produzido pela Agência Nacional de Compras Públicas;
 9. Promoção da divulgação na rede interna da principal legislação e outros documentos sobre este tema, e das ações previstas e efetuadas;
 10. Definição de Recomendações Gerais, que incitam os colaboradores e o Conselho de Administração a assegurarem a existência de processos e decisões transparentes e passíveis de ser auditáveis interna e externamente;

A empresa cumpre com a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e elabora anualmente um Relatório de execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que contempla a identificação novos Riscos de Ocorrências.

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa).

A empresa no exercício da sua atividade está exposta a diversas tipologias de Riscos (económicos, financeiros, operacionais (ambientais, segurança) e jurídicos).

No sentido de quantificar a exposição ao **Risco económico**, recorreu-se à ferramenta *online* Gestão Transparente.org, cujo resultado é evidenciado na figura infra e está considerado como moderado.

 **GestãoTransparente.org**
 Guia prático de gestão de riscos de corrupção nas organizações

Organização	Dimensão:	Entidade:	
	PME	Entidade privada	Com capitais públicos
Países	Sede:	Países com quem desenvolve negócios:	
	Portugal	Argélia Líbia Portugal	Espanha Marrocos Alemanha
Setores	Sector atividade:	Áreas de actividade de entidades com quem realiza negócios:	
	Transportes e Armazenagem	Transportes e Armazenagem	
Adm. Pública	Relaciona-se?	Formas:	
	Sim	Requerimento de licenças/autorizações/concessões Venda de bens, serviços ou projetos	
Intermediários	Utiliza?:	Tipo:	
	Não		
Parceiros	Negócios em parceria?	Tipo:	
	Não		



Risco Financeiro

Está cometido à Divisão Financeira e de Controlo de Gestão um conjunto de verificações que mitigam a exposição ao risco financeiro. Está definido no procedimento P-41 e visa estabelecer as regras aplicáveis ao controlo de gestão na APSS de forma a assegurar que:

- Os elementos necessários à elaboração do orçamento são disponibilizados;
- O orçamento é elaborado, revisto e aprovado;
- O orçamento é divulgado;
- O orçamento é controlado;
- São elaborados os mapas e os relatórios financeiros a reportar a várias entidades;
- As responsabilidades encontram-se definidas;
- Os registos necessários são mantidos.

Está ainda estabelecida no P-54 a metodologia e as responsabilidades inerentes às garantias a serem prestadas por terceiros, de modo a assegurar que:

- As garantias estão corretas quer na forma quer no valor;
- As garantias são acompanhadas, atualizadas e libertadas sempre que tal se justifique;
- As garantias originais estão devidamente guardadas;
- Os registos necessários sejam mantidos.

Contudo, existem outros mecanismos implementados na empresa que permitem monitorizar informação relevante para a gestão de risco financeiro, nomeadamente:

- Gestão de dívidas de clientes $_ \% \text{ valor em dívida (valor em dívida/valor total faturado} * 100)$;

- Gestão da faturação portuária_% Reclamações (Nº de reclamações relacionadas com faturação portuária/Nº total de faturas emitidas);
- Gestão da faturação_% Reclamações (Nº de reclamações relacionadas com faturação/Nº total de faturas emitidas).

Riscos Operacionais - Planeamento Portuário

Encontra-se definido em procedimento interno P-13 a definição das regras relativas ao planeamento e gestão portuária de modo a assegurar que:

- São analisados os pedidos de entrada e saída do porto de Setúbal, de atribuição de cais, de fundeio, de mudança de cais;
- São consultadas as entidades envolvidas, tendo em conta o pedido efetuado;
- Estão definidas as responsabilidades pela autorização do pedido;
- As prioridades de entrada, saída e de manobra são definidas;
- São mantidos os registos necessários.

Riscos Operacionais - Pilotagem

Encontra-se definido no procedimento P-19 a metodologia associada à **pilotagem**, de forma a assegurar que:

- Estão definidas regras que permitam garantir a segurança e proteção das pessoas, utilizadores/as e passageiros/as, das instalações, da navegação, dos meios de transporte e das mercadorias, durante a operação normal do porto;
- Estão definidas as responsabilidades;
- Os registos necessários são mantidos.

Riscos Operacionais - Segurança

Está previsto no procedimento P-45 a metodologia associada à Segurança Portuária no porto de Setúbal e de Sesimbra na sua dupla vertente, de forma a assegurar que:

- Estão definidas regras que permitam garantir a segurança e proteção das pessoas, utilizadores/as e passageiros/as, das instalações, da navegação, dos meios de transporte e das mercadorias, durante a operação normal do porto;
- São implementadas práticas de modo a reduzir ao mínimo o risco de ocorrência de acidentes e incidentes nas vertentes da segurança e da proteção;
- São minimizados os atrasos e problemas no âmbito da segurança e da proteção que afetem a operação normal do porto;
- É promovida uma aproximação sistemática na identificação dos potenciais perigos e ameaças, desenvolvendo metodologias de avaliação de riscos e de custo-eficácia, para uma melhor gestão de risco e intervenção;
- São minimizados os custos diretos e indiretos dos acidentes e incidentes ou danos estruturais, em articulação com os organismos e entidades oficiais competentes, e maximizados os benefícios de uma atitude pró-ativa e da prevenção;
- É garantida a distribuição de recursos adequados, designadamente no respeitante ao tempo e aos meios financeiros a afetar, para melhor controlo dos perigos e da gestão dos riscos e eficácia das intervenções;
- São elaborados os Planos de Segurança e de Proteção Portuária, os quais contêm normas, manuais e procedimentos, planos de emergência e de contingência, relativos às matérias de segurança e proteção, de sua responsabilidade, e são garantidas as suas revisões e atualizações, bem como a sua distribuição.

Riscos Operacionais - Ambiente

Está previsto no procedimento P-51 a metodologia de identificação dos aspetos e impactes ambientais das atividades que a APSS pode controlar e/ou sobre os quais espera ter influência e definir a metodologia de avaliação dos mesmos, preconizando como objetivos:

- Identificação e documentação dos aspetos e impactes ambientais;
- Integração no SGQAS dos aspetos e impactes ambientais significativos, tendo em vista a implementação de medidas que visem minimizar os impactes negativos no meio ambiente;
- Revisão periódica dos aspetos e impactes ambientais;
- Considerar os aspetos e impactes ambientais como *inputs* na revisão do sistema e definição dos objetivos e metas;
- Definir responsabilidades para todas as atividades e manter registos.

A empresa possui os seguintes documentos de controlo:

- IMP.131 – Matriz de Aspetos e Impactes Ambientais;
- Plano de Gestão de Resíduos;
- Plano de Monitorização Ambiental.

2. Identificação de pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.

A auditoria interna é gerida pelo Coordenador do Gabinete de Inovação, Qualidade, Ambiente e Segurança (GIQAS).

Compete à Comissão de Monitorização do PGRIC, assegurar que o plano de gestão dos riscos é adequado à organização.

Compete aos/às Diretores/as, zelarem pela implementação e eficácia das medidas de controlo.

Compete a qualquer colaborador/a exercer um forte controlo sobre os riscos associados à atividade da organização.

3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da sociedade, deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas.

A política de risco da sociedade está associada à aplicação duma metodologia que pretende identificar ciclicamente possíveis brechas na estrutura dos diversos procedimentos da rotina institucional que comportem **RISCO** de corrupção ou infrações conexas. Trata-se de uma ferramenta autoaplicável incidente sobre todos os processos decisórios considerados mais críticos, onde esta criticidade se avalia pela **probabilidade da sua ocorrência** e pela **gravidade das suas consequências**.

O mecanismo de controlo do risco da sociedade está ligado às múltiplas atividades e processos da empresa e da sua envolvente. Na APSS, S.A. o risco da sociedade é assente numa necessidade de equilíbrio e de respeito pelos interesses do acionista, dos credores, dos trabalhadores, em suma de todos os *stakeholders*. Traduz-se na estrutura através da qual a empresa estabelece os seus objetivos e as formas de os atingir, monitorizando a sua performance alicerçada num Modelo – Dualista, isto é:

1. Orientado para a equidade no tratamento dos *Stakeholders*;
2. Promove a separação de funções executivas e supervisão: Órgão executivo (Conselho de Administração)/Órgão supervisão (Auditoria Interna/externa);

3. Pugna pela transparência de gestão e incita à participação dos colaboradores na supervisão dos processos;
4. Adota um modelo de governo da sociedade e de gestão alinhado com o “Crescimento Sustentável e Sustentado”;
5. Pratica a indução de responsabilidade Ambiental, Social quer internamente quer nas empresas do seio da Comunidade Portuária;
6. Difunde amplamente a sua *Accountability* (i.e. compila e analisa as tendências dum conjunto de indicadores de desempenho e possui procedimentos internos de correção/prevenção face a eventuais desvios).

Destacam-se os seguintes exemplos:

Riscos	Exemplos de medidas adotadas
Riscos do ambiente de negócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvem-se análises de mercado; ▪ Comparam-se os indicadores de desempenho com outros Portos nacionais e estrangeiros; ▪ Mantem-se uma relação de proximidade com as entidades de regulação e com o acionista; ▪ Adotaram-se procedimentos de acompanhamento de clientes / potenciais clientes e de parceiros de negócio;
Riscos operacionais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvem-se inquéritos de satisfação às diversas tipologias de clientes do Porto; ▪ Avalia-se o desempenho dos colaboradores e analisam-se as respetivas expectativas; ▪ Incitam-se os colaboradores a serem intervenientes e pró-ativos; ▪ Certificação da empresa segundo o referencial da ISO 9001:2008; ▪ Compilam-se indicadores de eficiência dos processos do Porto e das respetivas cadeias de abastecimento; ▪ Existem planos de monitorização ambiental; ▪ Desenvolvem-se dragagens alinhadas com os objetivos definidos (acessibilidades marítimas à navegação segura) ▪ Existem planos de emergência ao nível do Porto e de cada Terminal Portuário; ▪ Desenvolveram-se planos de combate a derrames com hidrocarbonetos e outros regulamentos das atividades desenvolvidas no Porto; ▪ Exercitam-se cenários de emergência envolvendo as Autoridades com atribuições específicas; ▪ Cumprimento do plano de comunicações obrigatórias (identificação do cumprimento de prazos e da tipologia dos “reports” a enviar às entidades externas, superintendência, tutela e controlo); ▪ Operacionalização das auditorias internas;
Riscos dos sistemas e tecnologias de informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adotou-se uma plataforma assente no modelo de referência nacional (Janela única Portuária); ▪ Promoveu-se a todos os atores do Porto de Setúbal (Públicos e Privados) ligação à referida plataforma; ▪ Criou-se o Fórum de simplificação de procedimentos, que reúne periodicamente no sentido de melhorar a eficiência e a eficácia dos processos do Porto; ▪ A informação aduaneira é segregada da informação operacional e exige uma sessão credenciada por utilizador; ▪ A referida plataforma foi dotada dum módulo de auditoria que permite aferir quanto à qualidade e rastreabilidade dos processos e das respetivas intervenções/autorizações. ▪ Sistema de BackUp’s da informação crítica;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição de procedimentos de contingência, articulados com as demais entidades e autoridades; ▪ Servidores localizados em centros de processamento de dados dotados de portas blindadas e sistemas de extinção de incêndios; ▪ Adoção de políticas de acesso restritivas e personalizadas;
Riscos de “empowerment”	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolveram-se procedimentos explícitos quanto aos limites de atuação/autorização dos diferentes elementos da empresa; ▪ Operacionalizou-se o descritivo funcional de cada colaborador com a identificação das respetivas atribuições e substitutos funcionais; ▪ Promovem-se reuniões internas de alinhamento de objetivos; ▪ Aprovou-se o manual da organização, com a indicação das competências e recursos humanos alocados. ▪ Divulgação interna da matriz de diplomas legais aplicáveis;
Riscos de integridade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aplicação do Código de Ética e de conduta da empresa; ▪ Cumprimento das disposições gerais do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas; ▪ Manutenção na rede interna uma pasta dedicada aos assuntos da corrupção; (Legislação específica e bibliografia relevante) ▪ Tornar obrigatório a todos os colaboradores o relato de atividades suspeitas e/ou casos de infração; ▪ Sistematização da comunicação e tratamento de alegadas irregularidades cometidas no seio da organização.
Riscos financeiros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprimento das disposições gerais do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas; ▪ Promoção de Auditorias internas e externas; ▪ Produção dos instrumentos de <i>report</i> financeiro (internas e externas); ▪ Procedimentos com a identificação de competências e respetivas redundâncias de autorização; ▪ Intervenção do revisor oficial de contas;
Riscos da informação para a tomada de decisão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tomadas de decisão rastreáveis e outorgados nas respetivas Deliberações do Conselho de Administração; ▪ São atendidas as disposições gerais do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas; ▪ Assuntos de comprovada complexidade são suportados em pareceres jurídicos internos e/ou externos; ▪ As decisões referentes às entradas e saídas dos navios são tomadas de forma colegial e expressas na Janela Única portuária;
Segurança das pessoas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvem-se auditorias de segurança a todos os Postos de trabalho; ▪ Avaliações de risco desenvolvidas por técnicos superiores de segurança e apoiados por prestadores de serviços de segurança; ▪ Certificação da empresa segundo o referencial OSHAS 18001:2007; ▪ Implementação do Código ISPS no Porto e em todos os terminais portuários; ▪ Adotar os standards internacionais na interação com os navios e respetivas tripulações; ▪ Desenvolvimento de exercícios de proteção do Porto e dos Terminais Portuários;
Danos patrimoniais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de dois corpos de fiscalização (dominial e portuária) com competências e atribuições para o levantamento de autos; ▪ Articulação com outras Autoridades; ▪ Operacionalização de sistemas de vídeo vigilância; ▪ Mecanismo de report dos acidentes, incidentes; ▪ Controlo dos contratos de concessão principalmente naqueles que são prestados serviços públicos;
Interrupção do negócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adoção de procedimentos de resposta à emergência; ▪ Existência de plano Disaster & Recovery (direcionado aos sistemas de informação); ▪ Articulação com outras Autoridades e entidades prestadoras de

- | | |
|--|--|
| | serviços;
■ Envolvimentos das empresas licenciadas no mecanismo de resposta à emergência a navios em dificuldade; |
|--|--|

Os níveis de risco são calculados em linha com a fórmula apresentada pelo Tribunal de Contas e que constam do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e de Infrações Conexas (página 27):

 ADMINISTRAÇÃO DAS PORTAS DE SETÚBAL E SERRA LEVA, S.A.	PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS	PLA_02_PGRCCIC
		Edição: 1
		Revisão: 7
		Página: 27 / 61

Matriz de Risco

Probabilidade \ Gravidade	Baixa	Média	Alta
Alta	Moderado	Elevado	Elevado
Média	Fraco	Moderado	Elevado
Baixa	Fraco	Fraco	Moderado

MEDIDAS A TOMAR FACE À GRADUAÇÃO DO RISCO	Aceitar	Prevenir	Transferir
	Prevenir	Transferir	Evitar

PO – Probabilidade da Ocorrência: 1 = Baixa; 2 = Média; 3 = Alta

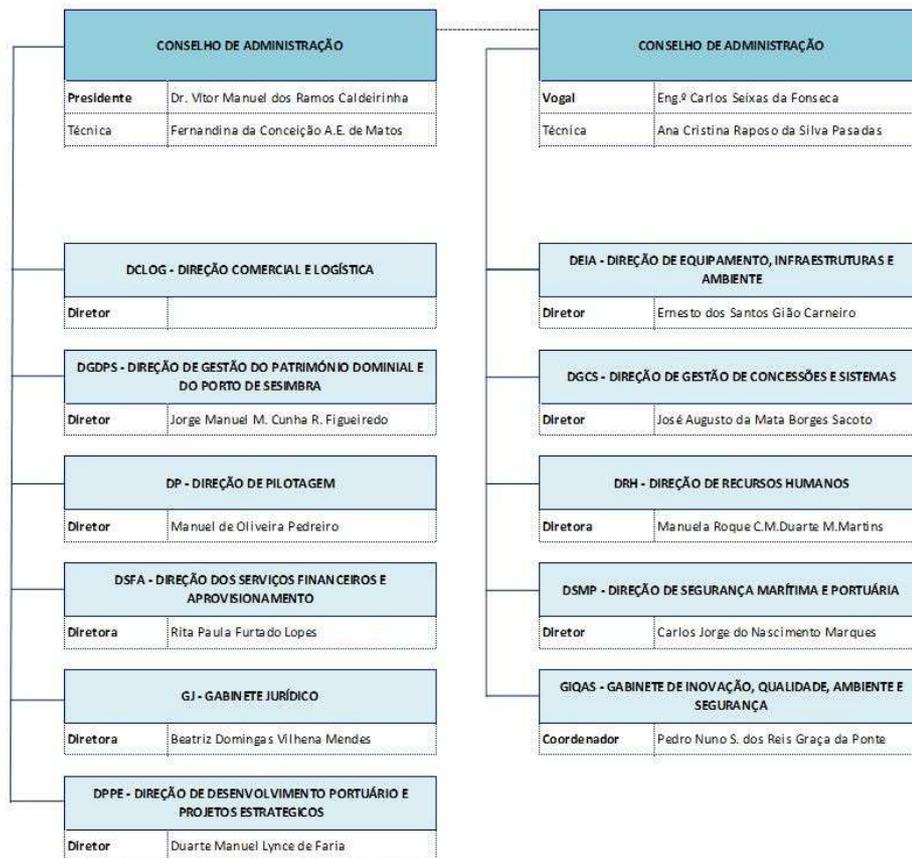
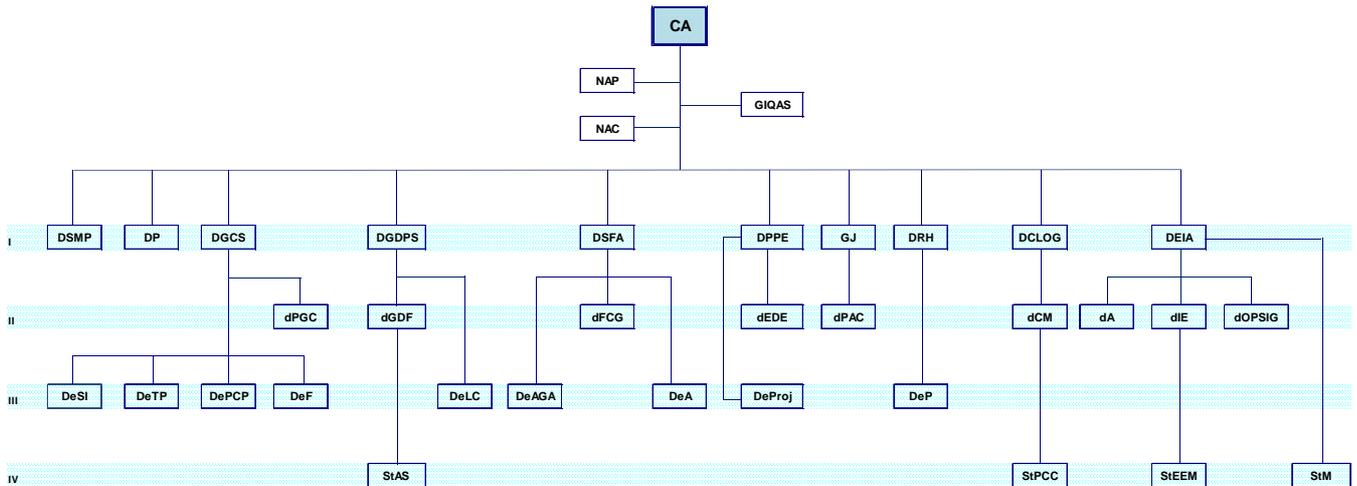
GC – Gravidade da Consequência: 1 = Baixa; 2 = Média; 3 = Alta

GR – Graduação do Risco: 1 = Fraco; 2 = Moderado; 3 = Elevado

Probabilidade de Ocorrência	Baixa	Média	Alta
Fatores de graduação	Possibilidade de ocorrência mas com hipóteses de evitar o evento com o controlo existente para prevenir o risco.	Possibilidade de ocorrência mas com hipóteses de evitar o evento através de decisões e ações adicionais para reduzir o risco.	Forte possibilidade de ocorrência e escassez de hipóteses de evitar o evento mesmo com as decisões e ações adicionais essenciais.

Gravidade da Consequência	Baixa	Média	Alta
Fatores de graduação	Dano na otimização do desempenho organizacional, exigindo a re calendarização das atividades ou projetos	Perda na gestão das operações, requerendo a redistribuição de recursos em tempo e em custos	Prejuízo na imagem e reputação de integridade institucional, bem como na eficácia e desempenho da missão

4. Explicação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.



5. Indicação da existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

- DSFA – Direção dos Serviços Financeiros e Aprovisionamento;
- DGCS – Direção de Gestão de Concessões e Sistemas
- GJ – Gabinete Jurídico.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Na APSS identificam-se os seguintes processos que, face à respetiva Graduação de Risco, merecem intervenções prioritárias:

- Contratação / Aquisição de Bens e Serviços (Riscos Financeiros e jurídicos);
- Celebração e execução dos contratos, incluindo empreitadas (Riscos Financeiros e jurídicos);
- Operações Contabilísticas, Faturação Portuária e Faturação Dominial (Riscos económicos);
- Fiscalização, incluindo Gestão e fiscalização de empreitadas (Riscos Operacionais e jurídicos);
- Manutenção e gestão de Contratos de assistência técnica e prestação de serviços (Riscos económicos e jurídicos);
- Licenciamento de atividades portuárias (Riscos Operacionais e jurídicos);
- Gestão de Contratos de Concessões e de Licenças (Riscos Operacionais e jurídicos);
- Segurança da rede informática (Riscos Operacionais);
- Emissão de pareceres (Riscos jurídicos);
- Comunicação externa (Riscos Operacionais e jurídicos).

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

Entre os diversos processos existentes na APSS os critérios de seleção para o mapeamento atenderam, em particular, aos seguintes fatores:

- 1º Aquisições diretas de produtos ou serviços para a APSS com o emprego de recursos financeiros significativos;
- 2º Processos em que a Administração Portuária concede direitos a cidadãos ou empresas, como a emissão de concessões, licenças, autorizações diversas, etc.;
- 3º Processos que envolvem transferência de recursos entre a APSS e a administração pública, cidadãos ou empresas;
- 4º A cadeia decisória estar toda sob a responsabilidade da própria organização;
- 5º Enquadramento legal mais intrincado e de difícil aplicação.

- PASSO 1: IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS DA ORGANIZAÇÃO;
- PASSO 2: SELEÇÃO DOS PROCESSOS PARA MAPEAMENTO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO;
- PASSO 3: DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM O AMBIENTE DO PROCESSO;
- PASSO 4: MAPEAMENTO DAS DECISÕES DO PROCESSO SELECIONADO;
- PASSO 5: MAPEAMENTO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO;
- PASSO 6: AVALIAÇÃO DOS RISCOS E PROPOSTAS DE MEDIDAS MITIGATÓRIAS;
- PASSO 7: DEFINIÇÃO DOS GRAUS DE RESPONSABILIDADE DE CADA INTERVENIENTE.

A APSS segue as orientações da norma ISO 31000, as quais sistematizam o processo de identificação, acompanhamento, gestão e mitigação de riscos.

8. Identificação dos principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A empresa dispõe e cumpre com o plano de comunicações obrigatórias (PLA-03), onde estão identificados os seguintes elementos:

- Responsável pela preparação e comunicação para o exterior
- Periodicidade;
- Entidades a comunicar;
- Forma de comunicação;
- Documentação associada.

C. Regulamentos e Códigos

1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação onde este se encontra disponível para consulta.

Em virtude da extensão das responsabilidades e competências atribuídas a esta administração portuária, qualquer referência, ainda que sumária, aos regulamentos externos a que está obrigada estará sempre incompleta; não obstante enumeram-se os seguintes instrumentos estruturantes:

- **Decreto-Lei nº 338/98, de 3/11**, que transforma a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, in <https://dre.pt/application/file/222965>.
- **Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08**, que estabelece o regime jurídico da operação portuária, alterada pelo Decretos-Lei n.ºs 324/94 e 65/95, de, respetivamente, 30/12 e de 7/04, in <https://dre.pt/application/file/631772>
- **Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12**, que estabelece a lei geral das concessões do serviço público de movimentação de cargas em cais e terminais portuários, in <https://dre.pt/application/file/321815>
- **Decreto-Lei nº 273/2000, de 9/11**, que aprova o regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, in <https://dre.pt/application/file/621981>
- **Decreto-Lei nº 165/2003, de 24/07**, relativo à receção dos resíduos dos navios, in <https://dre.pt/application/file/673723>
- **Decreto-Lei nº 180/2004, de 27/07**, que integra a informação do Sistema VTS Português no sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego marítimo, in <https://dre.pt/application/file/507163>
- **Decreto-Lei nº 46/2002, de 2/03**, que atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição, in <https://dre.pt/application/file/251892>
- **Diretiva 2005/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/10**, sobre o reforço da segurança nos portos, http://www.dgrm.min-agricultura.pt/xeo/attachfileu.jsp?look_parentBoui=2031602&att_display=n&att_download=y
- **Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11**, que transpõe para o direito nacional a Diretiva do Código ISPS, in <https://dre.pt/application/file/544718>
- **Lei nº 58/2005, de 29/12/2005**: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº. 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, Água in http://www.apambiente.pt/dqa/assets/01-lei-58_2005-lei-da-%c3%a1gua.pdf

- **Decreto-Lei nº 226 – A/2007, de 31 /05**, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos, alterado pelo Decreto-Lei nº. 391-A/2007, de 21/12, in http://www.apambiente.pt/dga/assets/10-decreto_lei-226a_2007.pdf
- **Decreto-Lei nº 197/2005, de 8/11 e Diretiva sobre Avaliação de Impactes Ambientais**, que incide sobre os projetos de construção de novas estruturas portuárias e ampliação das já existentes, in <https://dre.pt/application/file/583122>
- **Decreto-Lei nº 133/2013, de 3/10**, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, in <https://dre.pt/application/file/500153>
- **Lei nº 3/2013, de 14/01**, que estabelece o regime jurídico do trabalho portuário, in <https://dre.pt/application/file/588749>
- **Decreto-Lei nº 421/99, de 21/10**, que aprova o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP)
- **Decreto-Lei nº 48/2002, de 2/03**, diploma que regula a atividade do Serviço Público de Pilotagem
- **Portaria nº 204/1991, 13/03**, aprova o Regulamento de Exploração dos Portos de Setúbal e Sesimbra.
- **Portaria nº 46/2000, de 3/02**, dispensa da obrigatoriedade de recurso aos serviços de pilotagem nos portos e barras.
- **Decreto-Lei n.º 148/91, de 12/04**, que define o regime jurídico da atividade de agente de navegação
- **Decreto-Lei nº 75/2001, de 27/02**, que regula o exercício da atividade de reboque de navios e embarcações nas áreas dos portos;
- **Decreto-Lei nº 280/1993, de 13/08**, que estabelece o regime jurídico do trabalho portuário prestado nas diversas tarefas de movimentação de cargas nas áreas públicas ou privadas, dentro da zona portuária.
- **Decreto-Lei nº 61/2012, de 15/03**, que transpõe a Diretiva n.º 2009/16/CE (EUR-Lex), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto.
- **Decreto-lei nº 264/2012, de 20/12**, que estabelece o regime jurídico do acesso à atividade de agente de navegação, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas nº 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.

Enumeram-se os regulamentos internos da APSS que se encontram, igualmente, disponíveis para consulta no seu sítio da internet ([www.portodesetubal.pt/portuarios tarifas e regulamentos.htm](http://www.portodesetubal.pt/portuarios_tarifas_e_regulamentos.htm)):

- **Código de Ética da APSS**, o qual estabelece os princípios de conduta e as linhas de orientação comportamental em matéria de ética profissional aplicáveis a todos/as os/as colaboradores/as da APSS,SA, disciplinadores das relações da empresa com os seus clientes internos e externos, fornecedores, autoridades e entidades institucionais e sociedade em geral;
- **Regulamento de Utilização do Ancoradouro de Sesimbra**, que define o tarifário a vigorar no ancoradouro para amarrações fixas no porto de Sesimbra;
- **Regulamento de Tarifas da APSS**, o qual define um conjunto de normas que regulam a aplicação de tarifas de serviços prestados;
- **Regulamento de Tarifas da área dominial da APSS**, que estabelece as taxas que APSS cobrará dentro da área de jurisdição, nomeadamente, pela utilização de edificações, terrenos,

terraplenos e leito das águas, bem como pela prestação de serviços e pela realização de atividades diversas;

- **Regulamento de Exploração dos portos de Setúbal e Sesimbra**, o qual define um conjunto de normas relativas às atividades relacionadas com os navios e cargas;
- **Regulamento de Funcionamento e utilização do Terminal Roll-on/Roll-off do porto de Setúbal**, o qual estabelece os princípios de funcionamento e utilização daquela infraestrutura;
- **Regulamento de Utilização da Doca de Recreio das Fontainhas – lado poente**, contendo as regras fundamentais a observar na utilização da referida doca;

Regulamento do Exercício da Atividade de Reboque de Embarcações e de Navios, através do qual a APSS determina, ao abrigo do disposto no n.º 2 do Artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro, que a prestação de serviço de reboque de embarcações e de navios no porto de Setúbal será exercida segundo o regime de licenciamento; in [Regulamento do Exercício da Atividade de Reboque de Embarcações e de Navios](#)

- **Regulamento do Exercício da Atividade de Amarração no porto de Setúbal**, que se aplica aos serviços de amarrar, desamarrar, de correr ao longo do cais e de mudança de embarcações sujeitas a aviso de chegada e de saída e a autorização de estacionamento ou em situação de emergência, previstas no Regulamento de Exploração da APSS; in [Regulamento do Exercício da Atividade de Amarração](#)
- **Regulamento do Serviço de Tráfego Marítimo (VTS)**, que tem por objetivo definir as regras de funcionamento do serviço de tráfego marítimo, bem como estabelecer os procedimentos operacionais a serem observados pelos navios e embarcações; in [Regulamento do Serviço de Tráfego Marítimo \(VTS\)](#)
- **Regulamento de utilização das instalações do Trem Naval de combate à poluição e reboques em Santa Catarina**, aprova as condições de utilização das suas instalações, equipamentos, fornecimentos de bens e prestação de serviços relativos às operações nele previstas;
- **Regulamento de Utilização dos Ancoradouros para Amarrações Fixas de Embarcações de Recreio: Toca do Pai Lopes, Esguelha, Outão, Soltróia em Setúbal**, o qual contém as disposições fundamentais a observar na utilização dos ancoradouros para amarrações fixas de embarcações de recreio no porto de Setúbal; [Regulamento de Utilização dos Ancoradouros para Amarrações Fixas de Embarcações de Recreio: Toca do Pai Lopes, Esguelha, Outão](#)
- **Regulamento de Exploração da Tróia Marina**, o qual tem por objeto o estabelecimento das normas de funcionamento da MARINA DE TRÓIA, de que é Concedente a APSS, S.A., e Concessionária a MARINA DE TRÓIA, S.A, sendo aplicável a todas as pessoas, individuais ou coletivas e embarcações, máquinas e veículos, bem como a quaisquer objetos ou animais e outras coisas que se encontrem, a qualquer título, na área da Concessão;
- **Regulamento de Utilização da Doca dos Pescadores**, que estabelece um conjunto de regras de disciplina na referida doca e área envolvente; [Regulamento de Utilização da Doca dos Pescadores](#)
- **Regulamento de Segurança sobre Prevenção e Proteção contra Incêndios e Derrames Acidentais em Terminais Portuários**, que define os sistemas de prevenção e proteção contra incêndios e derrames acidentais a serem implantados nos terminais portuários; [Regulamento de Segurança sobre Prevenção e Proteção contra Incêndios e Derrames Acidentais em Terminais Portuários](#)
- **Regulamento Interno de Pilotagem**, que define normas internas de funcionamento do serviço.
- **Regulamento de registo e controlo dos tempos de trabalho** - documento disciplinador do modo de apuramento dos tempos de trabalho prestado diária e semanalmente pelos/as colaboradores/as da APSS, SA, através do registo de assiduidade e pontualidade por forma a dar cumprimento ao disposto no artigo 202º do Código do Trabalho, revisto pela Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro;
- **Regulamento de Utilização de Instalações Portuárias por Embarcações Destinadas ao Exercício de Atividades Marítimo-Turísticas em área de jurisdição da APSS**, que estabelece as regras a

que ficam sujeitos os operadores marítimo-turísticos e as embarcações por eles utilizados no exercício da atividade marítimo-turística na área de jurisdição da APSS;

- **Regulamento de Alienação de bens e serviços**, que estabelece o regime da alienação de bens móveis do património privado da APSS;
- **Regulamento sobre o regime jurídico dos armazéns e módulos do edifício da antiga lota de Setúbal**, que define as regras de ocupação dos armazéns e módulos no edifício em causa;
- **Regulamento de Avaliação de Desempenho**, documento disciplinador do processo de avaliação do desempenho dos/as colaboradores/as da APSS, SA visando assegurar, de acordo com as regras definidas na Portaria nº 1098/99, de 21 de Dezembro, a respetiva progressão na carreira bem como fornecer elementos para melhorar a definição de funções, identificar as necessidades de formação, abrir oportunidades de carreira em função das potencialidades demonstradas por cada um(a), fundamentar medidas de reorganização e reestruturação do trabalho e/ou dos serviços, contribuir para a melhoria das relações interpessoais, da comunicação e motivação bem como dos resultados de cada trabalhador/a;
- **Regulamento de Utilização da Doca de Recreio das Fontainhas – lado nascente**, contendo as regras fundamentais a observar na utilização da referida doca;
- **Regulamento de recolha de resíduos de hidrocarbonetos, materiais contaminados com hidrocarbonetos e outros produtos perigosos a embarcações na área de jurisdição da APSS**: conjunto de normas que visa regular o exercício da atividade de recolha de resíduos
- **Regulamento de utilização do fundeadouro de embarcações de tráfego local do porto de Setúbal**, que visa definir o denominado fundeadouro para embarcações de tráfego local, no porto de Setúbal em área de jurisdição da APSS e regular as condições da respetiva utilização.
- **Regulamento de utilização de veículos automóveis**, que define um conjunto de normas destinadas a regular a utilização dos veículos automóveis da APSS, SA por parte dos seus/as colaboradores/as;
- **Regulamento de Fardamento do Pessoal da APSS**, que regula os tipos de fardamento existentes na APSS, SA e o respetivo uso por parte dos/as colaboradores/as.

2. Referência à existência ou aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética com a data da última atualização, em que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e a forma como é efetuada. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (artigo 47.º DL 133/2013).

O Código de Ética da APSS, SA foi aprovado em 2007 tendo sido objeto de uma primeira revisão em maio de 2015 a qual foi divulgada por todos/as os/as colaboradores/as. O documento encontra-se disponível para consulta no sítio da internet da APSS em: www.portodesetubal.pt/files/codigo_de_etica_apss.pdf.

3. Referência à existência de Planos de Ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou

Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação do local no sítio da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório (vide artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

A APSS tem um Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, que está disponível para consulta de todos os colaboradores na rede interna (em [G:\Divulgação SGQA\DOCUMENTOS SGQA\PLANOS](#)) e é divulgado externamente através do sítio da internet da APSS (em www.portodesetubal.pt/documentos_institucionais.htm). O referido plano é atualizado anualmente e são tidas em linha de conta as ocorrências identificadas.

D. Deveres especiais de informação

1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira (vide alíneas d) a i) do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013), a saber:

- a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;***
- b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar;***
- c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;***
- d) Orçamento anual e plurianual;***
- e) Documentos anuais de prestação de contas;***
- f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.***

Em cumprimento do artigo 44.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, são remetidos, à DGTF (Direção Geral do Tesouro e Finanças) e à IGF (Inspeção Geral de Finanças), nos prazos oportunos, os planos de atividade e orçamentos anuais e plurianuais, que incluem os planos de investimentos e as fontes de financiamento, os documentos anuais de prestação de contas, que incluem a certificação legal de contas do revisor oficial de contas e o relatório anual do conselho fiscal, bem como os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização. Para além disso, a informação é, ainda, prestada de forma desmaterializada através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

A informação é, igualmente, divulgada no sítio da internet da APSS em: www.portodesetubal.pt/documentos_institucionais.htm.

2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar

anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

A informação é prestada regularmente através do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), no sítio da internet da APSS e do Setor Empresarial do Estado, bem como informações específicas prestadas ao acionista, sempre que oportuno ou solicitado.

E. Sítio da Internet

1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s) na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa (vide artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 133/2013):

- a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;**
- b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;**
- c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios;**
- d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais;**
- e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público;**
- f) Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.**

A informação é prestada:

- No sítio da internet da APSS em: www.portodesetubal.pt/documentos_institucionais.htm
- No sítio da internet do Setor Empresarial do Estado: www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entity/apss-administracao-dos-portos-de-setubal-e-sesimbra.

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável)

1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral, respeitante à remuneração dessa atividade (vide n.º 3 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

2. Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade (vide n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 133/2013), das quais deverão constar os seguintes elementos:

- a) Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis;**
- b) Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento;**
- c) Critérios de avaliação e revisão contratuais;**
- d) Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes;**

e) Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício;

f) Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes.

De acordo com o Decreto-lei nº 338/98, de 3 de novembro, que criou a APSS, SA, sociedade anónima de capitais públicos, são atribuições desta administração portuária a gestão e exploração do domínio público do Estado dentro da sua área de jurisdição e, conseqüentemente, o exercício dessas atribuições funda-se naquele diploma legal a título originário e não como concessionária.

VI. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	Deliberação da Assembleia Geral que pode revestir a forma de deliberação social unânime por escrito (DUE)
Remuneração dos dirigentes	Consta de tabela salarial específica aprovada pelo Conselho de Administração e homologada pelo Ministro responsável pelo setor, conforme nº 4 do artº 33º do Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias, aprovado pelo Decreto-lei nº 421/99, de 21 de outubro.

2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas (vide artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

Sempre que se verificam situações de conflito de interesses os membros do conselho de administração abstêm-se de participar na deliberação sobre o assunto em causa assim se registando em ata, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo. De igual modo, as eventuais despesas realizadas por um dos membros do Conselho de Administração são aprovadas pelo outro.

3. Apresentação de declaração dos membros do órgão de administração a referir que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses.

As declarações seguem em anexo.

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Não existe atualmente comissão de fixação de remunerações. As remunerações dos órgãos sociais da sociedade foram fixadas pela Deliberação Social Unânime por escrito de 22.02.2013.

C. Estrutura das Remunerações

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.

Conforme supra referido as remunerações dos órgãos sociais para o triénio 2013-2015 foram fixadas pela Deliberação Social Unânime por Escrito de 22.02.2013, ao abrigo do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei nº 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de dezembro e pelo Decreto-lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, objeto de retificação pela Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro, e da Resolução de Conselhos de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro e da Resolução de Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março.

De acordo com o disposto no artigo 4º do Decreto-lei nº 8/2012, de 18 de janeiro e nº 4 da Resolução do Conselho de ministros nº 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não haverá lugar à atribuição de prémios de gestão, conforme com o disposto no artigo 41º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.

A remuneração fixa mensal dos membros do Conselho de Administração é reduzida nos termos do disposto no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho em 5 %.

Por força do disposto no nº 21 da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro e no nº 3 da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 26 de março, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, as remunerações efetivamente auferidas pelos membros dos órgãos sociais não podem exceder os montantes atribuídos à data de 1 de março de 2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro, sem prejuízo do eventual exercício da opção pelo vencimento do lugar de origem nas novas nomeações.

Aplicar-se-ão a todas estas remunerações outras reduções que vierem eventualmente a ser legalmente determinadas.

2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade.

1. Mesa da Assembleia Geral

Presidente: senha de presença no valor de 500,00 €

Secretário: senha de presença no valor de 350,00 €

2. Conselho de Administração

Presidente: Valor mensal ilíquido: 4.578,20 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.831,28 €, pago 12 vezes por ano.

Vogal executivo: Valor mensal ilíquido: 3.662,56 €, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de 1.465,02 €, pago 12 vezes por ano.

Estas remunerações são reduzidas conforme referido no ponto anterior.

Os membros executivos do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público;
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder 80,00 €, nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Não é permitida:

- a) A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- b) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e
- c) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

3. Conselho Fiscal (inclui Revisor Oficial de Contas)

Presidente: Valor mensal ilíquido de 1.281,90 €, pagas 14 vezes por ano.

Vogal: Valor mensal ilíquido de 961,42 €, pagas 14 vezes por ano.

Revisor Oficial de Contas: A remuneração anual ilíquida será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o Conselho de Administração da empresa e o respetivo Revisor Oficial de Contas, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração da empresa, de acordo com o estabelecido nos artigos 59.º e 60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não haverá lugar à atribuição de prémios de gestão, de acordo com o disposto no artigo 41º da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro.

4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Não aplicável.

5. Caracterização dos parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.

Não aplicável.

6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Não aplicável.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser remetida para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Presidente: Remuneração base e despesas de representação, subsídios de férias e de Natal: 80.194,15 €

Vogal executivo: Remuneração base e despesas de representação, subsídios de férias e de Natal: 65.413,24 €

Os valores da remuneração anual acima referidos resultam da aplicação das reduções referidas no ponto C. Estrutura das Remunerações, nº 1, à remuneração fixada na DUE de 22.02.2013.

Não foi paga remuneração variável.

2. Indicação dos montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeita a um domínio comum.

Não aplicável.

3. Indicação da remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

Não aplicável.

4. Referência a indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não aplicável.

5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Presidente: Remuneração base, subsídios de férias e de Natal: 15.740,33 €

Vogal Efetivo: Remuneração base, subsídios de férias e de Natal: 11.685,39 €

Revisor Oficial de Contas: Honorários: 15.264,94 €

6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação.

Presidente: Senha de presença: 0,00 €

Secretário: Senha de Presença: 321,74 €

VII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Apresentação de mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

As transações efetuadas pela APSS com partes relacionadas decorrem da própria legislação, no caso do IMT e da DGRNSSM, e da qualidade de sócio fundador, no caso da APP, conforme previsto nos estatutos da mesma. Assim, o controlo destas transações resulta do acompanhamento quer da atualização da legislação, quer da atividade desenvolvida pela APP, sendo que no período em análise a APSS exerceu o cargo de Presidente da mesma.

▪ **IPTM - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos**

Em 2012, e em consequência da extinção do IPTM, foram publicados os Decretos-Lei n.º 236 e 237/2012, de 31 de outubro, que determinam que são receitas próprias do IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes e da DGRNSSM - Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, até, respetivamente, 2% e 3% das receitas de exploração de cada porto integrado em administração portuária, a fixar anualmente por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes, no caso do primeiro, e das áreas das finanças e do mar, no caso da segunda.

Consequentemente identifica-se como “transação relevante” a transferência de 3% dos proveitos registados na conta 72, “Prestação de Serviços”, excluindo a receita do serviço de pilotagem, para a DGRNSSM fixada para o ano de 2013, através da Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio.

Também se considera “transação relevante” a verba a entregar ao IMT – Instituto da Mobilidade Terrestre, cujo pagamento ainda não foi efetuado por falta de legislação específica para o ano em

análise. Esta verba corresponderá a um máximo de 2% das prestações de serviços do ano de 2013, excluindo a Taxa de Pilotagem.

▪ **APP – Associação dos Portos de Portugal**

Nos termos dos seus estatutos, a APP – Associação dos Portos de Portugal tem, como sócios fundadores, as administrações portuárias e como objeto “assegurar a defesa e promoção dos interesses dos seus associados e contribuir para o desenvolvimento e modernização do sistema portuário nacional”. Os recursos financeiros da associação são, entre outros, as contribuições dos sócios.

2. Informação sobre outras transações:

a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços

Em matéria de aquisição de bens e serviços, a APSS adotou o Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as devidas atualizações.

b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado.

Não se verificaram transações que não tenham ocorrido em condições de mercado.

c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros).

Não se registaram transações de valor superior a 1 milhão de Euros e que representassem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos.

VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, sociais e ambiental

Caracterização dos elementos seguidamente explicitados, podendo ser feita remissão para ponto do relatório onde já conste esta informação:

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

No seguimento da estratégia definida no Plano Estratégico da APSS, foram desencadeadas as seguintes linhas de ação, sintetizadas no “Plano 3+2 de Desenvolvimento do porto de Setúbal”:

1. Criar um Pólo logístico portuário shortsea e panamax na região
2. Criar um Hub Roll-on Roll-off de cross trade intercontinental atlântico
3. Melhorar os acessos marítimos e ferroviários
+
4. Reforçar a ligação cidade-rio através do desenvolvimento da náutica de recreio e marítimo-turística
5. Reflorescer a aquacultura e a pesca.

Procurando dar cumprimento a estas linhas de ação referidas no ponto anterior, foram desenvolvidos diversos projetos e iniciativas e reportados no ponto 3. “Ações desenvolvidas” do capítulo I. “Relatório de Atividades” do Relatório e Contas da APSS de 2014.

Para além disso, foram definidos objetivos operacionais por direções de serviço, com indicadores de cumprimento, metas e responsáveis pela execução, cujo acompanhamento é periodicamente relatado ao conselho de administração, de acordo com um procedimento definido no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

A APSS desenvolve sua atividade assente em princípios e políticas de sustentabilidade seguindo as orientações:

- Plano Estratégico dos Transportes
- “Plano 5+1 Redução de custos portuários” (Secretaria de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Ministério da Economia)
- Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente segundo o referencial NP EN NP EN ISO 9001:2008 e NP ISO 14001:2004
- ESPO- European Seaports Organization (a APSS figurou na lista das autoridades portuárias europeias consideradas como exemplos de boas práticas ambientais na edição da ESPO “*Green Guide: Towards excellence in port environmental management and sustainability*”)
- Plano Estratégico dos portos de Setúbal e Sesimbra para o triénio 2013/2015
- Adoção de uma política de recursos humanos e promoção da igualdade
- Princípios de Bom Governo
- Fórum de Simplificação de Procedimentos
- Código de Ética da APSS.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013)

Meio escolar e académico:

- A colaboração com o meio académico é vista como uma forma de enriquecimento mútuo, pelo que foram efetuadas várias visitas aos terminais portuários por alunos/as do ensino secundário e universitário. Esta ligação também tomou forma através da receção de estagiários/as e da sua possibilidade de participação em atividades da APSS. Receber pessoas com novas ideias e competências tem também reflexos na atividade da empresa.
- No âmbito da colaboração entre o Porto de Setúbal e o IPS - Instituto Politécnico de Setúbal, a APSS associou-se ao projeto *IPSartUp Week*, destinado a um público-alvo de jovens dos ensinos básicos e secundário e ensino profissional, tendo como temática principal o Empreendedorismo. Ainda na ligação ao IPS - Instituto Politécnico de Setúbal, a APSS associou-se ao *Supply Chain Day 2014*, que assinalou o Dia Europeu da Logística;

- O Desporto Escolar da Península de Setúbal para o ano letivo 2013/2014 recebeu o apoio da APSS nas ações que decorrerão na sua área de jurisdição

Dinamização do Turismo Náutico:

- Enquadrado no objetivo de desenvolver o Turismo Náutico em Setúbal, o Dia Mundial do Mar foi, em 2014, celebrado, em Setúbal, com um amplo programa de atividades, distinguindo-se também no modelo de organização conjunto com a Câmara Municipal de Setúbal, envolvendo ainda a Marinha, a Aporvela e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa;
- Este dia, promovido pela OMI - Organização Marítima Internacional, foi comemorado com um programa que decorreu ao longo da semana de 22 de setembro, com destaque para as seguintes atividades: a exposição “Portos em Banda Desenhada”; o Seminário Internacional “Cidades Portuárias e a relação Porto–Cidade - A Náutica de recreio e o turismo náutico”; a presença em porto dos três veleiros Sagres, Creoula e Vera Cruz, ícones da histórica relação de Portugal com o Mar;
- A estada dos três veleiros, evento que se realizou pela primeira vez na cidade de Setúbal, gerou a adesão de milhares de visitantes, entre alunos/as de escolas da região e público em geral, estimando-se que tenham entrado a bordo mais de dez mil visitantes, dos quais três mil e quinhentas eram crianças;
- Merece também referência o veleiro polaco POGORIA, que mais uma vez aportou em Setúbal. É um veleiro de três mastros, que nasceu no âmbito do projeto de educação marítima Iron Shackle Fraternity e tem como objetivo a promoção e ensino da navegação à vela;
- O Porto de Setúbal acolheu, ainda, a visita do veleiro “Tres Hombres”, a única embarcação de carga transatlântica, sem motor, que promove o transporte sustentável de produtos biológicos só com energia eólica. À presença do veleiro esteve associada uma parceria com o Projeto Sail a Future, da Fundação Holandesa *Paint a Future*, tendo como fim “realizar Sonhos de crianças desfavorecidas, em países e/ou situações precárias”, neste caso, o destino do apoio (manuais escolares e equipamentos de ginástica) foram as crianças da Ilha Brava, de Cabo Verde, e do Brasil. A iniciativa envolveu ainda crianças, entre as quais filhos/as de colaboradores/as da APSS, que pintaram uma vela com os seus desejos para as crianças cabo-verdianas e brasileiras;
- A APSS apoiou o evento “Regatas do Sado”, uma organização da Marina de Troia, que consiste num conjunto de regatas mensais que decorreram durante todo o ano de 2014, na Baía de Setúbal, com um total de inscrições que podem atingir mais de setenta veleiros.

Igualdade de tratamento e oportunidades:

- Apesar de ainda não ter adotado um Plano de Igualdade a APSS,SA adota medidas tendentes a eliminar as discriminações entre homens e mulheres e a permitir a conciliação da vida, pessoal, familiar e profissional. Para além de proporcionar a todas as mães e todos os pais que o requeiram horários flexíveis e/ou ajustados às necessidades de prestar apoio aos filhos e filhas menores a empresa dispensa os/as seus/as colaboradores, com filhos e/ou filhas até à idade de 12 anos, na tarde do dia em que estes/as comemoram o respetivo aniversário.

- Todos/as os/as colaboradores/as dispõem da possibilidade de usarem até 7 ou 8 horas por mês, consoante a duração do respetivo período normal de trabalho diário, sem necessidade de justificação, para tratarem de assuntos de natureza pessoal e familiar.
- A empresa proporciona ainda a todos/as os/as seus/as colaboradores/as, independentemente da natureza do vínculo ou regime de trabalho, um seguro de saúde que inclui coberturas em situação de hospitalização, tratamento ambulatorio, maternidade e medicamentos.
- Com o intuito de proporcionar a todos/as os/as colaboradores/as benefícios e condições mais vantajosas em vários ramos de atividade, a empresa tem vindo a celebrar acordos de parceria com entidades bancárias; clínicas médicas, de fisioterapia e de estética; centros óticos; colégios e creches; clínicas veterinárias e agências de viagens.
- Por ocasião do nascimento dos filhos/as das mães ou pais trabalhadoras/es, foi instituída a atribuição de um presente que deverá traduzir-se numa lembrança útil, destinada à criança, mas que represente igualmente uma ajuda para a mãe ou pai como por exemplo o primeiro carrinho ou cadeira de passeio, o berço ou primeira cama, um Kit para a decoração do quarto (tintas, papéis de parede, tecidos de decoração, etc).
- Foi criado o “Banco de livros escolares da APSS, SA” com o objetivo de Incentivar a troca/cedência de livros escolares entre os colaboradores e colaboradoras, criar nos alunos e alunas o respeito pelo livro, contribuir para um melhor ambiente, fazendo uma gestão mais proveitosa do papel e permitir às filhas e filhos dos colaboradores e colaboradoras a utilização de livros sem qualquer gasto, contribuindo para a poupança dos colaboradores e colaboradoras.
- A empresa tem vindo progressivamente a rever os seus documentos internos no sentido de introduzir uma linguagem neutra e não discriminatória.

b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável (vide artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

Estratégia

A APSS tem vindo progressivamente a consolidar uma atitude ambientalmente responsável e proactiva, adotando procedimentos que permitem a integração das questões ambientais, desde fases cada vez mais iniciais do processo de planeamento.

Constituem já procedimentos de rotina, as seguintes atividades:

- Minimizar e monitorizar os impactes ambientais,
- Reforçar a aplicação dos princípios da prevenção e da precaução,
- Implementar medidas de redução do consumo energético e de recursos naturais,
- Colaborar nas estratégias de conservação da natureza, especialmente nas áreas protegidas envolventes,
- Efetuar uma gestão adequada dos resíduos produzidos no desenvolvimento das suas atividade, incluindo os produzidos nos navios e embarcações que demandam os portos de Setúbal e Sesimbra, privilegiando, sempre que técnica e economicamente viável, a redução da produção de resíduos na origem e o seu encaminhamento para destinos de valorização.
- Incentivar o desenvolvimento de boas práticas ambientais junto da comunidade portuária de forma a melhorar o seu desempenho ambiental,

- Colaborar com outras entidades e participação em iniciativas que contribuam para a preservação do ambiente.

As ações realizadas no domínio ambiental encontram-se detalhadas no ponto 3. “Ações desenvolvidas” do capítulo I. “Relatório de Atividades” do Relatório e Contas da APSS de 2014.

c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional (vide n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013);

Apesar de a empresa não ter ainda aprovado formalmente um Plano de Igualdade isso não a tem impedido de tratar igualmente homens e mulheres proporcionando-lhes iguais oportunidades, designadamente no que concerne à aprendizagem ao longo da vida, às oportunidades de carreira ou à nomeação para cargos de direção e chefia de diversos níveis. Além disso a APSS, SA efetuou o diagnóstico da situação de homens e mulheres na empresa e tem vindo a adotar medidas promotoras da conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, além de proporcionar alguns benefícios aos seus trabalhadores e trabalhadoras e respetivos familiares.

d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro;

Desde logo consta do Código de Ética da empresa como um dos princípios de conduta o princípio de igualdade de tratamento e de não discriminação no sentido de que todos/as os/as trabalhadores/as da APSS, S.A. têm igualdade de oportunidades e de tratamento no que se refere à formação, à promoção e acesso na carreira e às condições de trabalho e que se devem abster de qualquer forma de assédio não atuando, nem física nem verbalmente, com o objetivo ou efeito de afetar a dignidade da pessoa ou criar um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.

Bem como não devem privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de direitos ou isentar de deveres quem quer que seja em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

A empresa concede horários flexíveis a todos os/as trabalhadores e trabalhadoras, com filhos e/ou filhas menores, que o requeiram tendo em vista facilitar a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal bem como a dispensa de trabalho até 7 ou 8 horas mensais, consoante a duração do período normal de trabalho, sem necessidade de justificação e sem perda de remuneração ou de quaisquer direitos ou regalias para que possam tratar de assuntos pessoais assim como a dispensa a todos os/as trabalhadores e trabalhadoras, com filhos e/ou filhas até à idade de 12 anos, no período da tarde de trabalho do dia em que estes/as celebram o seu aniversário.

A empresa instituiu também a atribuição de um valor pecuniário a todos os/as trabalhadores e trabalhadoras por ocasião do nascimento de filho ou filha destinado à aquisição de um bem útil para

a criança e o “Banco de livros Escolares” visando a troca/cedência de livros escolares entre os trabalhadores e trabalhadoras com filhos/as a frequentar os ensinos Básico e Secundário com objetivos ambientais, de promoção da partilha e bom uso dos livros e de contribuir para a economia das famílias.

A empresa tem vindo a rever os seus documentos internos com vista à utilização de linguagem neutra ou não discriminatória.

Têm sido igualmente celebrados diversos protocolos com clínicas, óticas e farmácias, creches, infantários e colégios, ginásios e restaurantes através dos quais são proporcionadas condições mais vantajosas de preços ou serviços a todos/as os/as colaboradores/as.

e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização

A empresa para além das ações de formação dirigidas a todas e todos os trabalhadores e trabalhadoras em diversas áreas do saber que proporciona todos os anos comparticipa ainda nas propinas para frequência de cursos de pós-graduação, mestrados ou outros cursos de nível superior que se revelem interessantes para a empresa assim contribuindo para a aprendizagem ao longo da vida de todos/as os/as seus/as trabalhadores/as.

Sempre que possível e desde quer verificadas as necessárias condições são proporcionadas possibilidades de reconversão ou mudança para carreiras mais valorizadas cumprindo um duplo objetivo: a adequação dos recursos humanos disponíveis às necessidades da empresa e o fortalecimento da respetiva motivação.

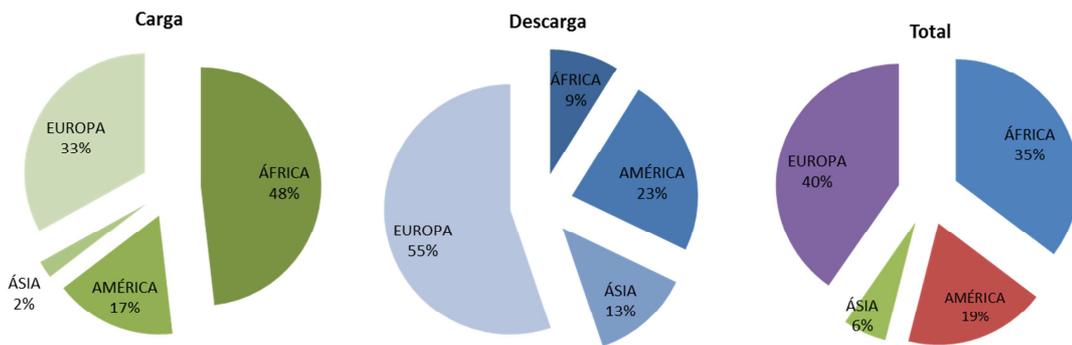
f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo (vide n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013). Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactes ambientais, económicos e sociais das atividades, etc).

O desempenho global do porto de Setúbal foi positivo, merecendo destaque os seguintes resultados:

- Em 2014, o porto de Setúbal voltou a registar um novo recorde na movimentação de mercadorias, ultrapassando as oito milhões de toneladas e movimentado mais de 100 mil TEUs, registando um crescimento total de 15%.
- No sistema portuário continental, o porto de Setúbal foi também o que mais cresceu na carga expedida, totalizando cerca de 5,4 milhões de toneladas, que representam agora 67% do total do tráfego.
- O porto de Setúbal continua a ser o maior porto nacional na movimentação de carga fracionada e de viaturas *roll-on roll-off*, dois segmentos de elevado valor acrescentado e que traduzem parte expressiva do dinamismo económico e logístico que se gera à sua volta,

num *hinterland* onde se incluem dois dos maiores concelhos exportadores do país: Palmela e Setúbal.

- Importa realçar ainda que as mercadorias movimentadas através do porto de Setúbal tiveram como origem ou destino, essencialmente, o continente europeu e contabilizando-se a ligação a 283 portos, localizados em 89 países em 2014.

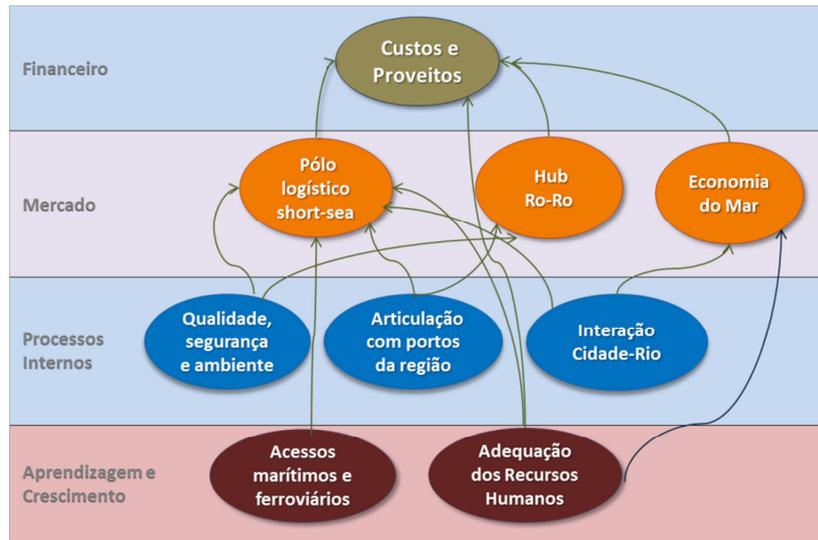


A nível da responsabilidade económica, a APSS prosseguiu com os seus compromissos, nos seguintes moldes:

- i. **Salvaguarda da competitividade da empresa, designadamente através de:**
 - Desenvolvimento do Projeto ANNA, em parceria com outras administrações portuárias
 - Preparação da candidatura CEF do Projeto *LSW-Logistic Single Window*, em parceria com outras administrações portuárias e entidades
 - Preparação da candidatura CEF do Projeto em parceria GAINN4MoS, que incide sobre o abastecimento de navios por LNG (projeto-piloto)
 - Desenvolvimentos dos projetos previstos no PETI3+ de Melhoria dos acessos marítimos, Ligação ferroviária à Termitrena e Expansão do Ro-ro para jusante
 - Entrada em operação da lancha de pilotagem
 - Adoção de um Sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente, certificado segundo os referenciais NP EN ISO 9001:2008 e NP ISO 14001:2004
- ii. **Criação de valor para o acionista, através de, entre outras medidas:**
- iii. Orientação para o cliente através do incentivo à intermodalidade (cargas movimentadas via ferroviária) e às cargas oriundas do *hinterland* espanhol
 - Participação no grupo de trabalho da renegociação das concessões
 - Monitorização ambiental contínua, desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental e Portuária - SIGAP, estruturado em torno de um Sistema de Gestão de Bases de Dados relacional e continuação do desenvolvimento do projeto ECO AP (ações reportadas nas páginas 13-17 do Relatório e Contas)
 - Obtenção de resultados quer operacionais, quer líquidos, sustentados e positivos

Os planos de ação para o futuro definidos para a APSS assentam no cumprimento dos princípios de equilíbrio financeiro, responsabilidade social e ambiental, tendo presente as orientações da tutela

definidas para as administrações portuárias e para o Setor Empresarial do Estado, estruturando-se na seguinte matriz BSC-Balanced Score Card:



IX. Avaliação do Governo Societário

1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário vide artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013), através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá incluir:

- Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página).**
- Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.**

A APSS tem procurado cumprir, ao longo do exercício da sua atividade, as Boas Práticas do Governo Societário conforme disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e seguir as instruções da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) no que se refere à elaboração do Relatório do Governo Societário e dos Relatórios e Contas.

A informação que evidencia o cumprimento desses princípios pode ser aferida da seguinte forma:

- Através da consulta do [sítio da internet da APSS](http://www.portodesetubal.pt/documentos_institucionais.htm), os Princípios de Bom Governo são divulgados num menu específico, com a mesma designação, disponível para consulta em: www.portodesetubal.pt/documentos_institucionais.htm.
- Através da consulta ao [sítio do SEE](http://www.see.pt), a APSS procura manter atualizada a informação sobre a empresa (designadamente sobre estatutos, ficha síntese da empresa, remunerações,

regulamentos, código de ética, informação financeira, entre outras) e que pode ser consultada em: www.dgtf.pt/sector-empresarial-do-estado-see/informacao-sobre-as-empresas/entidade/apss-administracao-dos-portos-de-setubal-e-sesimbra.

- No Relatório e Contas da APSS de 2014, a informação pode ser identificada no capítulo II – Cumprimento das Orientações Legais, no quadro seguinte:

Informação a constar no site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data de Atualização	
Estatutos	S	02/05/2013	
Caracterização da Empresa	S	12/03/2010	
Função de tutela e acionista	S	21/08/2013	
Modelo de Governo/Membros dos Órgãos Sociais - Identificação dos órgãos sociais - Estatuto remuneratório fixado - Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais - Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração - Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais	S	18/07/2014	
Esforço Financeiro Público	S	13/02/2015	
Ficha Síntese	S	27/06/2014	
Informação Financeira histórica e atual	S	27/06/2014	
Princípios de Bom Governo - Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita - Transações relevantes com entidades relacionadas - Outras transações - Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios: Económico Social Ambiental - Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo - Código de Ética	S	27/06/2014	

Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial dos itens assinalados (o que, no caso vertente, não se verificou), o conselho de administração toma conhecimento e toma as medidas consideradas adequadas.

2. Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Não aplicável.

Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA, a 10 de março de 2015.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Vítor Caldeirinha

(Presidente do Conselho de Administração)



Carlos Seixas da Fonseca

(Administrador)

ANEXOS



APSS

Administração dos Portos
de Setúbal e Sesimbra, SA

Declaração de Independência

(ao abrigo do disposto no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 10/03/2015

O Presidente do Conselho de Administração

Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha



APSS

Administração dos Portos
de Setúbal e Sesimbra, SA

Declaração de Independência

(ao abrigo do disposto no artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Carlos Seixas da Fonseca, declaro que não intervenho nas decisões que envolvam os meus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por mim realizadas, conforme determina o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 ou em outra legislação aplicável.

Lisboa, 10/03/2015

O Vogal do Conselho de Administração

Carlos Seixas da Fonseca



APSS

Administração dos Portos
de Setúbal e Sesimbra, SA

Declaração de Participações Patrimoniais

(ao abrigo do disposto no artigo 52.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Vítor Manuel dos Ramos Caldeirinha, para os devidos efeitos declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 10/03/2015

O Presidente do Conselho de Administração



APSS

Administração dos Portos
de Setúbal e Sesimbra, SA

Declaração de Participações Patrimoniais

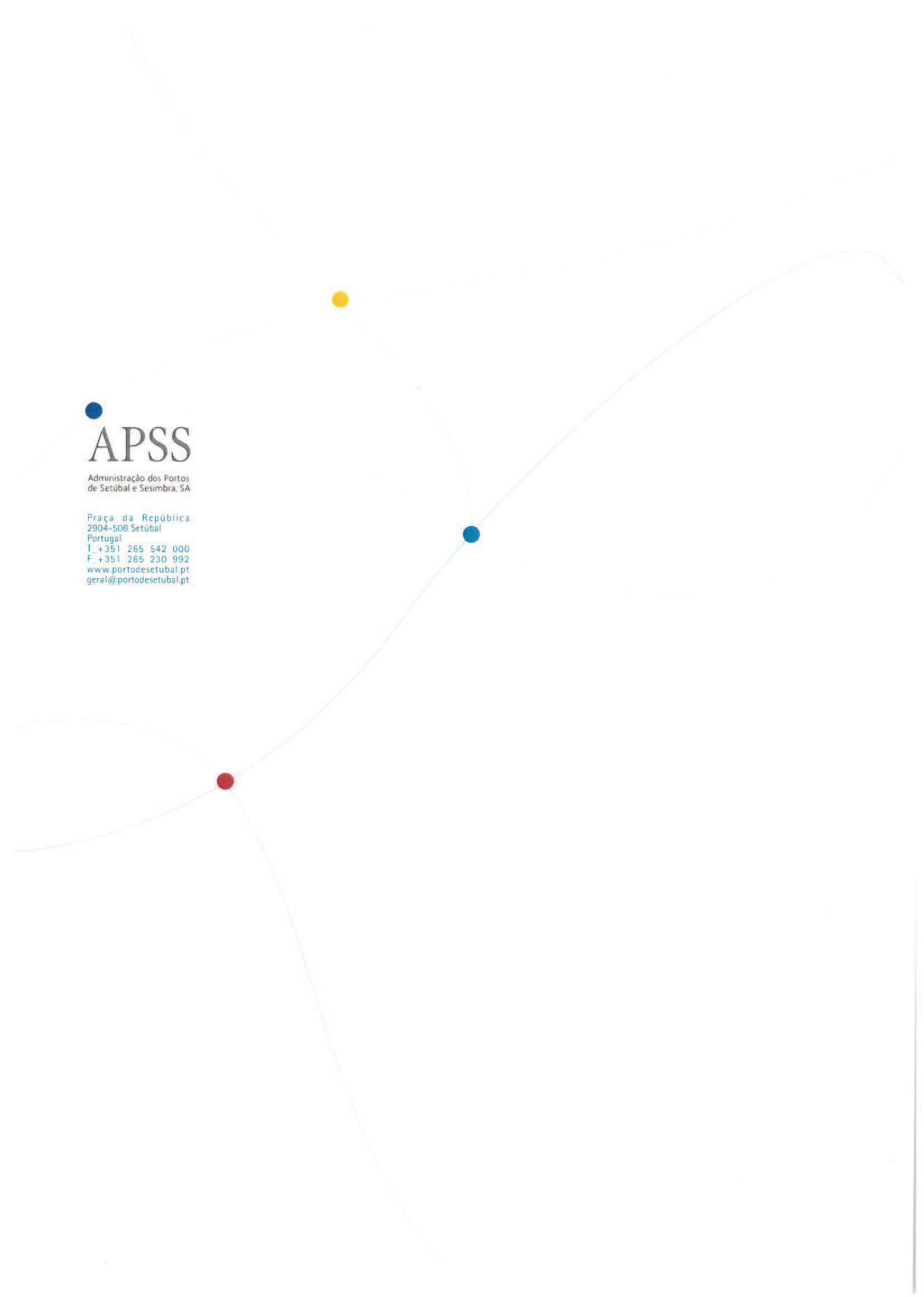
(ao abrigo do disposto no artigo 52.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro)

Eu, Carlos Seixas da Fonseca, para os devidos efeitos declaro que não detenho quaisquer participações patrimoniais na empresa, assim como quaisquer relações com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Lisboa, 10/03/2015

O Vogal do Conselho de Administração

Carlos Seixas da Fonseca



●

APSS

Administração dos Portos
de Setúbal e Sesimbra, SA

Praça da República
2904-508 Setúbal
Portugal
T. +351 265 542 000
F. +351 265 230 992
www.portodesetubal.pt
geral@portodesetubal.pt